Universidade hoje

Apresentação de Machado de Assis — *I. Teixeira*
A literatura hispano-americana — *J. Joset*
A civilização helenística — *P. Petit*
A literatura grega — *F. Robert*
A religião grega — *F. Robert*
A psicologia social — *J. Maisonneuve*
O inconsciente — *J.-C. Filloux*
A crítica literária — *P. Brunel, D. Madelénat, J.-M. Gliksohn* e *D. Couty*
Sociologia do direito — *H. Lévy-Bruhl*
As teorias da personalidade — *S. Clapier-Valladon*
Literatura brasileira — *L. Stegagno Picchio*
A crítica de arte — *A. Richard*
As primeiras civilizações do Mediterrâneo — *J. Gabriel-Leroux*
A economia dos Estados Unidos — *P. George*
A idéia de cultura — *V. Hell*
História da educação — *R. Gal*
História dos Estados Unidos — *R. Rémond*

Em preparação

As empresas japonesas — *M. Yoshimori*
Descartes — *G. Pascal*
Os celtas — *V. Kruta*

Universidade hoje

HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS

René Rémond

Martins Fontes

Título original: HISTOIRE DES ETATS-UNIS
Publicado por: Presses Universitaires de France
Copyright © Presses Universitaires de France, 1959
Copyright © Livraria Martins Fontes Editora Ltda., para esta tradução

1.ª edição brasileira: agosto de 1989

Tradução: Álvaro Cabral
Revisão da tradução: Mitsue Morissawa
Revisão tipográfica: Maurício Balthazar Leal e Cláudia Cavicchia

Produção gráfica: Geraldo Alves
Composição: Artel — Artes Gráficas

Capa — Projeto: MF
Arte-final: Moacir K. Matsusaki

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rémond, René.
História dos Estados Unidos / René Rémond ; [tradução Álvaro Cabral]. -- São Paulo : Martins Fontes, 1989. -- (Universidade hoje)

Bibliografia.

1. Estados Unidos - História I. Título. II. Série.

HO-1512 CDD-973

Índices para catálogo sistemático:
1. Estados Unidos : História 973

Todos os direitos para a língua portuguesa reservados à
LIVRARIA MARTINS FONTES EDITORA LTDA.
Rua Conselheiro Ramalho, 330/340 — Tel.: 239-3677
01325 — São Paulo — SP — Brasil

Índice

CAPÍTULO I — **As primeiras colônias (1607-1763)** 1
Analogias e pontos comuns, 9

CAPÍTULO II — **A Independência (1763-1783)** 15
I. As causas do rompimento, 15
II. A Guerra de Independência, 21

CAPÍTULO III — **A Constituição dos Estados Unidos** 25
I. Da fragmentação à unidade — *E pluribus unum*, 25
II. O nascimento dos partidos, 31

CAPÍTULO IV — **O Oeste e a democracia americana** 41
Uma nova sociedade, 50

CAPÍTULO V — **A escravatura e a Guerra de Secessão** 55

CAPÍTULO VI — **Industrialismo e democracia** 71

CAPÍTULO VII — **Isolacionismo e imperialismo** ... 85

CAPÍTULO VIII — **O New Deal e a responsabilidade mundial** 97

CAPÍTULO IX — **A superpotência: de Truman a Reagan** 115

Bibliografia sumária 127

CAPÍTULO I

As primeiras colônias (1607-1763)

Lugar e herança da era colonial — Essa primeira fase da história do povoamento europeu do território dos Estados Unidos de hoje, chamada de período colonial, muito provavelmente parecerá aos contemporâneos do presidente Reagan e da conquista do espaço tão distante da realidade presente do país quanto a Atenas de Péricles está na Grécia moderna. Se ela já não tem para nós outro interesse além dos possíveis atrativos do exotismo ou do pitoresco de seus David Crockett e histórias de índios, será de fato conveniente desviar algumas destas páginas, que poderão fazer falta quando da descrição dos Estados Unidos de hoje, para falar do que, em última instância, é apenas a sua pré-história? Ceder a tal escrúpulo seria, no entanto, subestimar a importância desse período em si mesmo e na seqüência da história.

Sua duração é aproximadamente a mesma de toda a existência dos Estados Unidos como sociedade política organizada. Desde a fundação de Jamestown, a mais antiga colônia anglo-saxônica do Novo Mundo (1607), até a Declaração de Independência (1776), transcorreram exatamente tantos anos quanto desta última data até o fim da Segunda Guerra Mundial (1945). Colocando esse mesmo dado fundamental em outros termos, a constituição das colônias divide a história dessa região do globo em dois períodos iguais, o primeiro dos quais é o colonial, por vezes injustamente negligenciado. Seu conhecimento é importante para o da história dos Estados Unidos propriamente dita, ainda sob um outro aspecto: ele a prenuncia. O país recebeu desse período o legado de uma população, de uma sociedade, de uma economia, de uma mentalidade, de uma parte de suas instituições políticas, de suas tradições jurídicas e instituições judiciárias, e também de alguns de seus problemas,

como a questão do negro. Impossível compreender o desenvolvimento da árvore sem se observar primeiro a semente lançada à terra e suas primeiras germinações.

Ocupação tardia — A parte do litoral americano que se estende aproximadamente da baía de Fundy, ao norte, até a foz do rio Savannah, ao sul, futuro berço da grandeza americana, ingressou com atraso na história da colonização européia do Novo Continente, muito depois da América Central e Meridional, e mesmo depois do vale do São Lourenço. Entre o Canadá, reconhecido pelos franceses desde meados do século XVI, e a Flórida, anexada pelos espanhóis a seu vasto império, a localização dos futuros Estados Unidos lembra a de um sítio desprezado. Para esse prolongado desfavor existiam causas naturais: o clima ora glacial ora sufocante; uma costa geralmente inóspita, pantanosa e cortada por lagunas ao sul, rochosa e juncada de arrecifes ao norte, não propiciando à penetração para o interior nenhuma via comparável ao São Lourenço ou ao Mississípi; enfim, uma floresta densa e cerrada. A região tampouco possuía o que atraía então os exploradores: especiarias ou metais preciosos. Seria necessário, para a colonização, que homens fossem levados para lá por outros interesses que não os meramente mercantis ou porque as outras regiões já estivessem ocupadas.

Efetivamente, os primórdios da colonização coincidiram com a entrada em cena de uma nova potência colonial: a Inglaterra. Nessa parte do mundo, como em todas as outras, os ingleses chegaram por último, muito depois dos portugueses e dos espanhóis, e mesmo após os franceses: sua vocação colonial desenhou-se tardiamente, no reinado de Elizabeth. Suas primeiras colônias têm, com uma diferença de escassos vinte anos, a mesma antigüidade no norte e no sul: *sir* Walter Raleigh desembarcou na Virgínia no final do século XVI, e foi em 1620 que os 120 peregrinos, chegados das Províncias Unidas a bordo do famoso *Mayflower*, desembarcaram perto de Cape Cod e formaram o embrião de Massachusetts. O que não se esperava era que, tendo largado com atraso na corrida às colônias, desfavorecidos

sob todos os aspectos, eles levariam a melhor sobre seus concorrentes. Durante o século XVII, mediante guerra ou negociação, os ingleses eliminaram um após outro os enclaves, vestígios de colonização estrangeira: holandeses na desembocadura do Hudson, suecos nas margens do Delaware. No final desse século, a Grã-Bretanha era senhora de toda a costa. Esse êxito imprevisível explica-se em parte pela vitalidade do povoamento, suas qualidades naturais, sua potência numérica também.

Um povoamento variado — O povoamento foi muito variado sob todos os aspectos. Numa composição étnica heterogênea, o núcleo principal contou com ingleses, escoceses e galeses, mas chegaram também imigrantes das Províncias Unidas, da Suécia, da Alemanha, da própria França, pois a revogação do Edito de Nantes, em 1685, gerou uma corrente de emigração protestante para a América. A diversidade de opiniões políticas e de crenças religiosas não era menor. Todos os que fugiam ao domínio de uma facção rival ou tinham razões para temer por sua fé desembarcavam nas margens do Potomac ou do Hudson. A história política e religiosa inglesa do século XVII inscreve-se assim, por via de conseqüência, na do povoamento americano: todas as perturbações de um período particularmente fértil em agitações de múltipla ordem concorreram para engrossar a corrente de emigração. Após os dissidentes perseguidos pela reação anglicana, chegaram os cavaleiros, aristocratas e realistas caçados pelos "cabeças redondas", depois os puritanos, banidos pela Restauração, e os jacobitas, que preferiram expatriar-se a reconhecer o usurpador. As vicissitudes dramáticas da história inglesa interna acarretaram efeitos benéficos para a colonização britânica. Essa emigração teve um caráter específico que deixou uma marca indelével na mentalidade americana. Puritanos ou católicos, os emigrados obedeceram a considerações religiosas: colocaram a liberdade de crer e de praticar seu culto acima das vantagens de carreira e de seu bem-estar pessoal.

Formado com o tempo de sucessivas contribuições humanas, o povoamento do litoral atlântico dos futuros Esta-

dos Unidos também foi descontínuo no espaço: compunha-se de colônias disseminadas de longe em longe, geralmente na foz de um rio, nas margens de alguma baía. Esses núcleos populacionais, no começo bastante modestos, estendidos de norte a sul desde a fronteira canadense até os confins da Flórida espanhola, ao longo de quase 2.000 km, separados uns dos outros por intervalos que a colonização ainda não arrancara à floresta, à savana ou aos índios, tornaram-se pouco a pouco o centro de outras tantas colônias independentes entre si, as quais tinham Londres por capital comum.

Três grupos de colônias — Ao crescerem, essas colônias individualizavam-se, sua originalidade adquiria contornos mais precisos. Esboçaram-se três grupos principais, diferenciados em suas atividades produtivas, em suas formas de sociedade política, e até mesmo em seu estilo se vida. Bastaria o clima para torná-las diferentes: não se espalhavam elas ao longo de 15° de latitude? As demais condições naturais também concorreram para tal diferenciação. O constraste mais acentuado opunha o grupo mais setentrional ao das colônias meridionais e seria de extrema importância para o futuro, pois trazia consigo o germe do antagonismo entre o Norte e o Sul, cuja exacerbação levou à Guerra de Secessão.

O grupo da Nova Inglaterra — No século XVIII, a Nova Inglaterra, que agrupava quatro colônias de dimensões desiguais — New Hampshire, Massachusetts, Connecticut e Rhode Island —, apresentava já uma economia com um grau relativamente elevado de complexidade: além da agricultura e da pecuária, havia a pesca, o comércio, um começo de indústria. O litoral rochoso, profusamente recortado, propiciava a criação de uma quantidade de bons portos naturais; a proximidade das florestas facilitava aos estaleiros navais o fornecimento da madeira necessária; tripulações bem treinadas partiam todos os anos para proveitosas campanhas de pesca do bacalhau, nos cardumes da Terra Nova, ou,

para mais longe, atrás das baleias. Zarpando de Newport ou de Portsmouth, os navios iam até as Antilhas, onde carregavam, infringindo o pacto colonial, o rum, o melaço e todos os produtos das ilhas. Enfim, pequenas oficinas tinham se fixado junto aos numerosos cursos fluviais que desciam das montanhas e planaltos do interior: eram moinhos, usinas de açúcar, fábricas de papel, serrarias, que transformavam sumariamente os produtos da terra ou as contribuições do comércio. A combinação dessas atividades variadas gerava trabalho e proporcionava apreciáveis lucros a uma população empreendedora, acostumada a ver no trabalho uma razão de vida e um dever, e no sucesso material, consagrado pela riqueza, um sinal de benevolência divina.

Povoadas em sua maioria por puritanos, essas colônias foram aquelas em que o caráter religioso era mais acentuado e imprimira mais profundamente sua marca na fisionomia moral e na vida pública. Esses homens, que preferiram expatriar-se e correr os perigos de uma travessia perigosa a transigir com as imposições do príncipe ou a admitir acomodações com a Igreja estabelecida, estavam determinados a viver em conformidade com sua fé e a guiar por ela a vida de suas pequenas comunidades. A religião governava aí não só a vida privada, familiar, mas também a vida pública. Nada mais distante do ideal de tolerância universal definido por Franklin e Jefferson do que essas sociedades primitivas, ciosamente devotadas à unidade da fé, perseguindo quem não pensasse como a coletividade com o mesmo zelo e o mesmo vigor dos que os haviam perseguido antes. Nessa mentalidade, Estado e Igreja encontravam-se estreitamente unidos, e quem quer que se afastasse da Igreja excluía-se *ipso facto* da sociedade civil. A intolerância estendeu-se das crenças aos costumes, arrogando-se a comunidade o direito de zelar pela estrita observância das leis de Deus e da Igreja: uma regulamentação minuciosa (o Código Azul) instaurou uma ordem moral rigorosa; os contraventores eram punidos impiedosamente: era a época da caça às bruxas. Essa repressão religiosa e moral difundiu em toda a sociedade um semblante de austeridade: os mais inocentes divertimentos pareciam suspeitos; o tempo devia ser todo ele dedicado ao tra-

balho e aos grandes deveres da existência. A religião presidia até as atividades intelectuais, que nasceram na Nova Inglaterra mais cedo do que em qualquer outra parte. A atividade econômica, a busca do lucro, não fariam mal à vida do espírito: foi lá que se fundaram os primeiros colégios, embriões das futuras universidades do Leste: a Harvard é de 1636. No começo, eram instituições com fins essencialmente religiosos: serviam à formação dos futuros ministros. Essa marca deixada pela religião nos primeiros estabelecimentos de ensino não desapareceu inteiramente dos Estados Unidos: mesmo sua política externa inspira-se com freqüência, em seu moralismo, nas mesmas considerações que regiam essas pequenas comunidades.

A religião exerceu influência também sobre a vida política. Esses não-conformistas abraçaram em geral seitas derivadas da Reforma calvinista. Dispensavam a existência de um episcopado; seus ministros dependiam dos notáveis da comunidade; suas pequenas igrejas estavam habituadas a administrar-se livremente. Os habitantes transferiam para suas vidas de cidadãos seus hábitos de fiéis; discutiam entre si os interesses do burgo, tal como deliberavam em comum sobre os da Igreja. Esse pacto celebrado pelos passageiros do *Mayflower* já estipulava expressamente a subordinação das preferências pessoais aos interesses da comunidade. Assim, as crenças religiosas, a disciplina eclesiástica, adaptando inconscientemente práticas democráticas, orientaram a sociedade da Nova Inglaterra para uma democracia de fato. Nos agrupamentos que se constituíam em redor dos portos, nas encruzilhadas das estradas, nas proximidades de pequenas oficinas, nos mercados rurais, desenvolvia-se a vida municipal.

Atividade econômica diferenciada e lucrativa, índole religiosa, prática democrática, tradição intelectual, todas essas características da Nova Inglaterra consubstanciaram-se numa cidade: Boston, que contava com cerca de 20 mil habitantes em meados do século XVIII. Setentrional demais para poder pretender mais tarde guindar-se à categoria de capital dos Estados Unidos, Boston constituía plenamente a metrópole da Nova Inglaterra, cuja fisionomia moral expressava. Foi uma das primeiras cidades a pegar em armas pela independência.

O grupo do Sul — Em tudo distinto foi o tipo de sociedade constituído pelas cinco colônias meridionais, na outra extremidade. Do norte para o sul, eram elas: Maryland, assim batizada em homenagem à Virgem Maria pelos católicos de Lorde Baltimore; a Virgínia, que recebeu esse nome de *sir* Walter Raleigh, desejoso de fazer uma cortesia à sua soberana, Elizabeth I, a "Rainha Virgem"; as duas Carolinas, do Norte e do Sul; e a Geórgia, uma das últimas colônias fundadas, honrando a George I, rei da Inglaterra desde 1714. A superfície média de cada uma dessas colônias era nitidamente superior à das colônias mais setentrionais, sem que por isso fossem mais povoadas; pelo contrário, elas apresentavam uma densidade mais fraca, raras cidades e alguns portos pouco ativos. Isso deveu-se ao fato de viverem quase exclusivamente da terra. Adotaram uma forma de ocupação e exploração do solo muito diferente da que se verificou na Nova Inglaterra, mais concentrada e mais extensiva: a *plantation*, com a ajuda da mão-de-obra negra importada da África e que o tráfico negreiro renovava e aumentava continuamente. A partir do século XVIII, os negros eram aí mais numerosos do que os brancos, e havia mais escravos do que homens livres. Na falta de atividades complementares, toda a vida dessas colônias e sua riqueza dependiam da colheita de alguns produtos adaptados ao clima quente e úmido — tabaco, arroz, índigo, mais tarde o algodão, cultivados em grandes extensões. Produzindo mais do que o necessário para consumo interno, os plantadores tinham de vender para o exterior: sua dependência natural em relação às condições atmosféricas é reforçada pela dependência comercial em relação aos compradores. Aí germinava a fraqueza da economia, enquanto a escravatura tornava a sociedade vulnerável. Essa sociedade, aristocrática em seus fundamentos e em seus gostos, era o mais diferente possível das sociedades democráticas da Nova Inglaterra: acima da massa de escravos reinava uma oligarquia de plantadores que tinha a propriedade da terra, fazia-se

representar nas assembléias e governava a colônia. Entre escravos e oligarcas, havia poucos elementos intermediários. Culta, requintada, essa classe que descendia em parte de cavaleiros e levava uma existência de nobreza rural, transplantou para a América as maneiras de viver da aristocracia européia. Nessa sociedade hospitaleira que adorava receber, que vivia prodigamente, que atribuía menos valor ao dinheiro do que ao uso que se podia fazer dele, a Europa era mais transparente do que nos burgueses da Nova Inglaterra e como que reencontrava nela um pedaço de si mesma.

O grupo intermediário — Por muito distintos que fossem esses dois grupos de colônias, suas diferenças não suscitaram nenhum problema no século XVIII; elas não faziam parte de um conjunto, de um todo comum; estavam simplesmente justapostas. Nenhuma instituição comum conferia efeito jurídico à analogia de seus gêneros de vida ou de suas atividades: a autonomia de cada colônia era total. A relação entre a extensão e a população tornava impensável um conflito. Se faltavam interesses comuns, as colônias tampouco alimentavam antagonismos. Por outro lado, esses dois grupos, aos quais atribuímos uma homogeneidade de que eles próprios não tinham consciência, estavam separados um do outro por várias centenas de quilômetros. Interposto a eles havia um terceiro grupo de quatro colônias (Nova York, Nova Jersey, Delaware e Pensilvânia), que não se assemelhava a nenhum dos dois, embora possuísse talvez mais traços em comum com o primeiro. É a parte menos homogênea, em virtude de suas origens e de seu povoamento: os vestígios da colonização holandesa (Nova York chamava-se originalmente Nova Amsterdã) e da presença sueca (no Delaware) conviviam com os imigrantes das Ilhas Britânicas. A Pensilvânia, uma colônia muito original, que leva o nome de seu fundador, William Penn, foi povoada pelos *quakers*. Sua capital, Filadélfia, cujo nome exprime a virtude que os amigos têm por regra, era a maior e mais admirada cidade norte-americana: seu urbanismo era muito avançado, mesmo em comparação com a Europa. Contava com cerca de 30 mil habitantes, numa época em

que um burgo, com três ou quatro vezes menos residentes, já fazia figura de pequena capital. A singularidade de seus costumes, o tratamento informal, o uso constante de chapéu, a simplicidade do vestuário, a beleza das jovens *quakers*, atraíam a curiosidade e eclipsavam no espírito dos viajantes qualidades menos estranhas: a reputação de virtude, o escrúpulo de honestidade nos negócios que não entravou seu sucesso comercial.

A diversidade do povoamento dessas colônias permitia vaticinar que a imigração seria uma constante da história dos Estados Unidos. Sua posição central, a meio caminho da Nova Inglaterra e do Sul, como no ponto de partida das principais vias de penetração para o Oeste, conferia-lhes uma posição de arbítrio: foi a localização destinada de atemão às capitais federais, a asilos provisórios do Congresso continental e depois sede definitiva do governo federal; foi também palco e alvo dos combates ferozes entre nortistas e sulistas. Mas, de momento, Norte e Sul sequer sonhavam combater-se.

Analogias e pontos comuns

Com essas diferenças em sua economia, na composição da sociedade e nos costumes, as treze colônias tinham entre si, no entanto, algum parentesco: as origens semelhantes, o povoamento, a dependência comum da Coroa, certas tradições políticas, inclusive a do parlamentarismo britânico, suas instituições políticas. Eram dotadas de constituições: a primeira foi redigida para a Virgínia em 1609. Sob formas jurídicas variadas (colônias da Coroa, governos proprietários, colônias com carta constitucional outorgada), em quase todas se encontravam mecanismos funcionando de maneira semelhante: um governador que representava a Coroa, geralmente escolhido entre as famílias mais antigas da colônia, uma assembléia eleita pelos proprietários para representar os colonos. Esboçava-se entre eles uma distribuição de poderes de acordo com o modelo fornecido pela evolução constitucional inglesa: era a assembléia que votava

o imposto e estava estabelecido que o governador necessitava da anuência dela para levantar tributos. Nessas assembléias recrutadas numa sociedade bastante restrita, abastada, culta, formava-se uma elite política, uma prática dos negócios públicos, uma maneira de pensar comum. Essas analogias, entretanto, não eram suficientemente fortes para por si só inspirarem nas colônias o sentimento de uma personalidade comum e de uma identidade de destino.

O perigo indígena — A luta contra os inimigos comuns teve muito mais êxito: primeiro, o francês e o índio; em seguida, o inglês. O Continente, de fato, não era absolutamente virgem. O indígena, que foi obstinadamente chamado de "índio" em conseqüência do equívoco geográfico inicial dos primeiros descobridores, era o inimigo natural. Foi lutando contra ele que os primeiros colonos pisaram na terra americana: o exemplo de um William Penn, que quis firmar um contrato na forma da lei com os nativos e comprar-lhes o território, não fez escola. Em seguida, as povoações mantiveram-se em estado de alerta permanente, a fim de prevenir contra-ofensivas ameaçadoras. A coabitação das duas raças era virtualmente impossível: seus modos de vida eram dessemelhantes demais: os índios, habituados a uma existência livre e aventureira, seminômades, vivendo sobretudo da caça, procuravam o abrigo da floresta e tinham necessidade de grandes espaços. Os colonos, agricultores, sedentários, desmatavam e cultivavam. À medida que cresciam em número, iam penetrando cada vez mais no interior e repelindo para mais longe as tribos. Com intervalos de acalmia e tréguas sucedendo às grandes investidas, a guerra foi a forma de relação normal entre antigos e novos americanos: e assim continuou sendo até finais do século XIX. Essa pequena guerra, feita de emboscadas, escaramuças, ataques de surpresa, deu à nação americana a epopéia de que qualquer história nacional necessita: essas Cruzadas encontraram sua *Chanson de Roland*. As peripécias dessa luta de dois séculos e meio forneceram o enredo para a maioria dos romances de Fenimore Cooper, ou seja, da literatura americana nascente, antes de inspirar incontáveis *westerns*,

revistas infantis e jogos de escoteiros. Mas, antes de converter-se em mito, o perigo indígena foi, no século XVIII, uma realidade: as colônias ainda estavam então espremidas entre o oceano e a floresta. Instaladas em toda uma extensão de 2.000 km, elas não dispunham de mais de algumas dezenas de quilômetros para o interior. Suas cidades situavam-se a apenas alguns dias de marcha do "deserto". Felizmente, essa parte do continente americano estava longe de ser tão povoada de indígenas quanto a América espanhola. Mas os índios compensavam seu pequeno número com sua mobilidade e virtudes guerreiras: seus ardis e o que se dizia de sua ferocidade compuseram em torno deles uma reputação de horror e semearam o pavor.

O cerco pelos franceses — À ameaça indígena juntava-se um segundo perigo que a tornava ainda mais terrível: o perigo francês. Tendo chegado tardiamente ao novo continente, os britânicos deixaram-se ultrapassar pelos espanhóis e franceses. Com os espanhóis, os colonos tinham muito poucos pontos de contestação. O mesmo não ocorria com os súditos do rei da França. Estes encontravam-se estabelecidos no Canadá muito antes da instalação dos primeiros colonos ingleses. Por muito tempo houvera bastante espaço vazio entre eles para impedir que as duas colonizações tivessem qualquer oportunidade de colisão. A partir do século XVIII, entretanto, tornou-se inevitável o conflito pela posse, justamente, de territórios desocupados. De um lado, os colonos ingleses, achando insuficiente o espaço que ocupavam no litoral, extravasaram na direção do interior: pelo gosto da independência ou pelo amor à aventura; para esquivar-se, no Norte, às imposições morais da Igreja e, no Sul, à autoridade dos proprietários; porque a terra ia ficando escassa, os homens, imitando seus pais, davam as costas ao litoral, penetravam na direção do Oeste, instalando-se ao longo dos vales, transpondo os desfiladeiros dos Alleghenies: suas vanguardas desembocavam e espraiavam-se nas vertentes opostas. Mas iam deparar os postos avançados franceses. Desde o final do século XVII, partindo de suas bases canadenses, missionários jesuítas ou recoletos e os

negociantes de peles reconheceram pouco a pouco os Grandes Lagos, os mananciais do Mississípi, desceram o grande rio até a foz, penetraram em seus afluentes da margem esquerda e tomaram posse, em nome do rei da França, do imenso território que se estende da foz do São Lourenço à do Mississípi: a Luisiana. Um império francês da América foi assim constituído, cujo arco imenso, abrangendo milhares de quilômetros, cercava por completo as treze colônias, impedindo-lhes totalmente a penetração para o interior e ameaçando-as até de serem jogadas no mar se persistissem em seus intentos. Para os colonos ingleses, eram seu futuro e sua própria existência que estavam em jogo. Cada uma das duas potências inimigas explorava as rivalidades entre tribos indígenas e açulava seus aliados peles-vermelhas contra o adversário. Entrecruzavam-se duas políticas indígenas.

A ameaça francesa é afastada — Na maratona a que se entregavam as duas nações beligerantes pela posse de toda a América do Norte, os franceses levavam vantagem, aparentemente: tinham espaço e mobilidade. Mas outros dados eram mais decisivos para o futuro, mormente os numéricos. Ao passo que os anglo-americanos se avizinhavam do milhão e meio concentrado num território relativamente apertado, eles não chegavam a uns 60 mil diluídos num espaço de dimensões continentais. Além disso, os colonos ingleses recebiam da metrópole uma ajuda mais substancial do que eles: a Marinha britânica assegurava as comunicações e interceptava os reforços franceses. As colônias inglesas tiravam proveito de cada guerra franco-britânica para melhorar suas posições: de conflito em conflito, o equilíbrio de forças invertia-se em benefício delas. Em 1748, os franceses perderam os acessos do São Lourenço, de Terra Nova e da Acádia; viram-se ameaçados de, a todo momento, serem isolados da França, com suas comunicações à mercê das esquadras inimigas, enquanto que eles próprios continuavam cercando por terra as colônias inglesas. Mas a Guerra dos Sete Anos pôs fim a essa situação instável: os franceses sucumbiram diante da superioridade numérica do adversário e perderam todas as suas posições. O Canadá passou para a Inglaterra; a Luisiana, para a Espanha. O império francês da América estava liquidado. As colônias inglesas estavam salvas, o futuro assegurado, o acesso ao Oeste foi-lhes reaberto. Nessa luta contra os franceses e seus aliados indígenas, os colonos afirmaram sua força, suas milícias adquiriram experiência de guerra, seus oficiais distinguiram-se: um deles, sobretudo, gozou daí em diante de uma reputação de bravura e sangue-frio: George Washington. Eles adquiriram, além disso, consciência de uma certa comunidade de interesses. Afastados os inimigos tradicionais, a comunidade viria a afirmar-se de novo, após tantas peripécias e incertezas, desta vez contra a metrópole.

CAPÍTULO II

A Independência (1763-1783)

I. As causas do rompimento

A secessão, conseqüência indireta da vitória sobre os franceses — 1763: eliminação do perigo francês e vitória comum da metrópole e das colônias. 1776: as colônias rompem com a metrópole. Treze anos separam os dois eventos. Nada, em 1763, permitia prever uma evolução nesse sentido: ninguém, entre os anglo-americanos, planejava e ainda menos desejava um rompimento; e mesmo quando ele pareceu inevitável muitos hesitaram em consumá-lo. E, no entanto, a independência das colônias resultou, sem dúvida, da vitória comum: por um encadeamento de causas e efeitos em que os mal-entendidos desempenharam um papel mais importante do que as vontades deliberadas. A diversidade dessas origens autoriza uma certa diversidade de interpretações, entre as quais os historiadores da Independência escolheram aquelas que mais se harmonizavam com suas filosofias pessoais.

Primeira causa: essa mesma vitória, que de súbito tornou menos indispensável o apoio da metrópole. A principal razão, aos olhos dos colonos, da manutenção de tropas inglesas em solo americano tinha assim desaparecido; eles consideravam-se em condições, daí em diante, de promover sua própria defesa. Uma certa ciumeira opunha os milicianos aos regimentos do rei. Menos necessária, portanto menos desejada, a presença inglesa parecia mais penosa. Ora, foi precisamente esse o momento que a metrópole escolheu para multiplicar as medidas vexatórias e ineptas que lesavam os interesses das colônias e feriam seu amor-próprio. Essas medidas foram impostas, em parte, pelas finanças depauperadas em conseqüência da guerra; outro aspecto conjuntural donde se depreende que a Independência resultou indiretamente da vitória.

O governo de Sua Majestade considerava natural que as colônias da América suportassem sua parcela das despesas efetuadas principalmente no próprio interesse delas. Ele dispunha-se, ao mesmo tempo, a repor em vigor o regime do pacto colonial e a fazer votar novos impostos. Essas duas ordens de medidas tenderam indiretamente a questionar de novo o *status* das relações entre a metrópole e suas colônias. O sistema de exclusividade, que proibia às colônias comerciar com outros países que não a metrópole e as condenava a ter uma economia estritamente complementar da daquela, vinha de longa data apresentando brechas. O restabelecimento efetivo da aplicação rigorosa desse estatuto trazia em seu bojo o germe da ruína de toda uma classe de negociantes, armadores e marinheiros que tinham baseado sua fortuna no comércio com as Antilhas francesas e espanholas. Significava forçá-los a escolher entre os vínculos políticos com a Inglaterra e as relações comerciais com as ilhas, entre a fidelidade à Coroa e seus interesses. Não obtiveram sequer as compensações que o Oeste teria podido oferecer-lhes: tendo combatido para expulsar os franceses, contavam que estes territórios lhes seriam concedidos. Ora, o governo de Londres, em parte para agradar a seus novos súditos canadenses, decidiu reservá-los para estes e fechá-los à penetração dos colonos americanos. O ressentimento que isso lhes causou contribuiu em muito para a alteração de suas relações com as colônias.

O debate de princípio — Os novos tributos, essencialmente os impostos sobre o consumo, não tiveram melhor acolhimento; além de onerarem os colonos com encargos suplementares, tocavam num ponto de direito cuja discussão ocupou um lugar cada vez mais preponderante na crescente discordância entre os dois parceiros. O governo inglês teria o direito de cobrar esses impostos? Uma interrogação que envolvia o grande princípio constitucional inglês: nenhum novo imposto sem o consentimento dos representantes. As colônias da América não seriam filhas da Grã-Bretanha se não estivessem prontas para mobilizar-se e, se necessário, para bater-se pelo respeito a esse princípio: de fato, elas nunca estiveram tão próximas em espírito à sua metrópole quanto no momento em que optaram pela secessão. Na verdade, a discordância não envolvia o princípio, que ninguém contestava, mas sua interpretação: na circunstância, deram as colônias seu consentimento ao voto do Parlamento de Londres? Esta era a tese defendida pelo governo: o Parlamento representava todos os súditos da Coroa. Mas os americanos não entendiam assim: eles não tinham representantes no Parlamento; somente suas assembléias coloniais estavam qualificadas para autorizar o imposto em nome deles. O ponto de vista do governo londrino ameaçava o poder de controle de que estas haviam gradualmente se apoderado: após sua autonomia comercial, as colônias viam agora ameaçada sua autonomia política. Era, portanto, o conjunto das relações entre metrópole e colônias que estava em vias de revisão, num sentido desfavorável às colônias. Esse debate de princípio que alguns historiadores parecem considerar secundário e no qual pretendem ver apenas a máscara de uma competição de interesses precipitou o surgimento, na América do Norte, de uma reflexão política. Isso iria também conduzir à secessão: incapazes de obter da Grã-Bretanha a aplicação dos princípios constitucionais ingleses, não podendo ser totalmente ingleses, os colonos e seus descendentes preferirão ser apenas americanos.

As etapas do rompimento — Só se chegaria a essa conclusão depois de muitas incertezas e do fracasso de várias tentativas de conciliação. De um lado e outro do Atlântico, a opinião estava profundamente dividida. A causa americana tinha em Londres e até nos Comuns defensores convictos, e, com freqüência, eloqüentes: Edmund Burke justificava em pleno Parlamento as reivindicações das colônias. O governo real fez alternar as medidas rigorosas e as concessões: em 1770, o Parlamento aceitou revogar quase todos os tributos que constituíam matéria de litígio, com exceção do imposto sobre o chá. Mas esse gesto de boa vontade não produziu o apaziguamento esperado, pois eximira-se de ceder no ponto principal: a questão de direito. Nada resguardava as colônias contra o retorno de medidas seme-

lhantes: elas continuavam dependentes da boa ou má vontade do Parlamento de Londres, do arbítrio régio.

Por seu lado, a maioria dos americanos estava longe de querer o rompimento. Muitos manifestavam sua apreensão em face da possibilidade de ficarem sós e não acreditavam que as colônias pudessem prescindir do socorro britânico e, com mais fortes razões, que pudessem subtrair-se pela força à dominação inglesa. Não se deve perder de vista que ainda não existia nenhum órgão qualificado para falar em nome das colônias reunidas, coordenar sua ação ou simplesmente capaz de adquirir consciência de seus interesses comuns. Solução temida, raramente desejada, o rompimento, entretanto, iria prevalecer. Por um encadeamento em que o "rigor dos fatos" desempenhou um papel tão decisivo quanto a vontade dos homens, a prova de força tornava-se de ano para ano uma eventualidade mais provável. Acontecimentos e opinião pública reagiam reciprocamente: extraíam-se da situação conseqüências que na véspera ainda eram imprevisíveis e, pouco a pouco, os espíritos acostumavam-se à idéia de uma secessão que antes lhes parecera rematada loucura. A partir de 1773, uma sucessão de incidentes, de gravidade crescente, ora inopinados, ora provocados, forjariam a corrente em cuja extremidade se vislumbravam a guerra e a independência. Esses episódios constituem os anais gloriosos da liberdade americana.

A 16 de dezembro de 1773, no porto de Boston, um grupo de cinqüenta cidadãos disfarçados de índios subiu durante a noite a bordo dos navios da Companhia das Índias e lançou à água toda a carga. A passividade das autoridades locais foi uma demonstração de conivência. O governo inglês decidiu responder a esse desafio com uma firmeza exemplar: cinco decretos arruinaram o comércio de Boston e reduziram a zero as liberdades em Massachusetts. Londres queria que isso servisse de exemplo, mas tudo o que conseguiu foi precipitar o nascimento da solidariedade continental. As outras colônias colocaram-se ao lado de Massachusetts. Dando continuidade a uma idéia de Franklin, um primeiro Congresso Continental reuniu-se em Filadélfia, em setembro de 1774: no espírito daqueles que se intitulavam "delegados designados pelo bom povo das colônias", ainda estava fora de questão

romper com a Inglaterra ou formar um governo comum: tratava-se somente de ponderar sobre os meios adequados para obter o reconhecimento de seus direitos pela negociação.

Mas, nesse meio tempo, todos os elementos de um dispositivo insurrecional estavam sendo montados pouco a pouco. Constituíam-se por toda a parte comitês de correspondência que formavam nas colônias uma rede compacta; armas foram reunidas, as milícias treinavam. Improvisaram-se legislaturas revolucionárias. Duas colônias estavam à testa do movimento: Massachusetts e Virgínia. A conjunção dessas duas colônias ricas e populosas teria para o futuro do movimento uma vantagem decisiva: limitado este a uma única região, levaria a crer que se tratasse de um caso de agitação local; animado por colônias que pertenciam uma à Nova Inglaterra e a outra ao grupo meridional, o movimento adquiria uma significação continental. Era um penhor de unidade futura. Bostonianos e virginianos conservariam a preeminência na União durante mais de meio século, exatamente até 1829, quando a eleição de Andrew Jackson manifestaria a intervenção de um terceiro elemento: o Oeste. Pouco a pouco, os intransigentes suplantaram os conciliadores e apoderaram-se da direção do movimento: esses patriotas eram geralmente radicais que esperavam, beneficiando-se da independência, reconstruir a sociedade sobre alicerces mais democráticos. Sua atividade expandiu-se: multiplicaram-se os panfletos, os jornais. A revolução americana foi a primeira na qual a imprensa desempenhou um papel importante.

Em 18 de abril de 1775 ocorreu a fuzilaria de Lexington. O general inglês que comandava a guarnição de Boston enviou uma coluna para apoderar-se de um depósito de armas e munições instalado em Concord por um comitê insurrecional. Os patriotas foram imediatamente alertados: os fazendeiros das vizinhanças acodiam de todos os lados e, emboscados atrás das cercas, alvejavam os soldados ingleses. Foi o primeiro choque entre os *redcoats** e os voluntários

* Alcunha dos soldados ingleses, cujo uniforme incluía a característica veste vermelha. (N. T.)

americanos. Emerson disse que o ruído dessa fuzilaria dera a volta à Terra. Dois meses depois, em Bunker Hill, às portas da própria Boston, travou-se a primeira batalha em moldes convencionais: a infantaria inglesa, lançando-se ao assalto de uma colina, onde os americanos estavam entrincheirados, perdeu um milhar de homens (17 de junho de 1775).

A independência reivindicada e proclamada — Entre essas duas refregas reuniu-se o segundo Congresso Continental, que decidiu formar um exército continental e confiar o comando supremo a George Washington. Escolha decisiva: a independência americana, a confiança dos insurgentes no êxito de sua causa, sua reputação além dos mares, deveram mais ao desinteresse desse homem, às suas virtudes cívicas e militares, do que a todo e qualquer outro fator. Daí em diante, a independência estava adquirida nos fatos, mesmo antes de ser reivindicada. O movimento dos espíritos, a expressão na literatura somar-se-iam à realidade um ano mais tarde, com a Declaração de Independência (4 de julho de 1776). Este texto, justamente famoso, cujo aniversário a república americana comemora religiosamente ano após ano, fundamentava no direito a insurreição e enunciava um sistema de valores aos quais se refeririam todas as gerações de homens de Estado: ela forma ainda em nossos dias a base da filosofia política do povo americano. Compõe-se principalmente de uma recapitulação das queixas das colônias contra a Inglaterra, mas marca também uma data da história universal: antes de Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, e pela primeira vez no mundo, uma nação proclamava solenemente um certo número de princípios fundamentais sobre os quais devia repousar a existência das sociedades políticas. Essa declaração está na origem de dois movimentos históricos. Por um lado, era a primeira vez que colônias se emancipavam: a sublevação americana anunciava, assim, por antecipação, todos os movimentos de independência colonial. Implantou no âmago da mentalidade americana o reflexo anticolonialista. Não devem os Estados Unidos sua existência à recusa de depender de uma

metrópole? Por outro lado, foi a origem da onda revolucionária que, reatada e ampliada pela Revolução Francesa, iria derrubar, um após outro, os regimes estabelecidos até a Revolução Russa de 1917: a Revolução Americana é, simultaneamente, a mãe das revoluções e dos movimentos de independência.

II. A Guerra de Independência

Proclamada a independência, restava ainda conquistá-la. Quase sete anos foram necessários para alcançar esse objetivo: a longa duração é uma característica constante dessas guerras coloniais que põem frente a frente exércitos regulares e tropas improvisadas, uma potência organizada e reconhecida e autoridades insurretas. Em suma, a empresa teve inicialmente um caráter algo desesperado: tudo ou quase tudo faltava aos insurretos. A guerra apresentava múltiplos problemas. Um problema propriamente militar: os insurgentes contavam apenas com um exército de milícia para combater as melhores tropas regulares da Europa. Além disso, contra um exército profissional e permanente, esses milicianos não passavam de voluntários, metade soldados e metade agricultores, com um olho em suas terras ou em seus negócios; só dependia deles continuar servindo na tropa ou pôr um ponto final no alistamento e ir embora: na ausência de um princípio de disciplina, o comando via, em certos momentos, seus efetivos sumirem literalmente. Como, em tais condições, executar um plano de campanha? A esse exército, era imprescindível dar coesão, equipá-lo, abastecê-lo. Ora, as colônias não possuíam indústrias, e o Congresso Continental não estava habilitado para criar impostos.

A aliança francesa — Numa correlação de forças tão desvantajosa, a busca de aliados era uma necessidade imperiosa. Contra a Inglaterra, os insurgentes só podiam dirigir-se à outra potência marítima da época, a França: era aceitar por aliados aqueles mesmos contra os quais as colônias estavam combatendo havia quinze anos. Essa inversão

das alianças não ameaçaria ressuscitar um perigo que eles tinham feito tudo por afastar? Franklin foi o hábil negociador dessa aliança, cujo desenvolvimento se enquadra entre duas vitórias: a capitulação em Saratoga (17 de outubro de 1777) de uma coluna inglesa em terreno plano e descoberto, cercada pelas milícias, fez o governo francês decidir-se a assinar o tratado de aliança; cinco anos depois, quase no mesmo dia (19 de outubro de 1782), outra capitulação, desta vez a de uma guarnição entrincheirada num forte em Yorktown, veio coroar as operações combinadas de terra e mar entre insurgentes e franceses. A França forneceu à América dinheiro, armas, um corpo expedicionário, uma esquadra e a aliança espanhola.

O aspecto mais delicado da situação talvez fosse ainda o político: para levantar um exército, contratar alianças, subscrever empréstimos, era indispensável a existência de uma autoridade política. Ora, as colônias não tinham governo; tampouco pretendiam tê-lo. Os treze Estados então soberanos eram por demais ciosos de sua recém-adquirida independência para aceitar o sacrifício de uma parte dela, ainda que fosse para garantir sua conservação. O Congresso Continental, esse embrião de governo central, não dispunha de nenhum poder coercivo para impor a execução de suas decisões: ele dependia em tudo da vontade dos treze Estados. Sua impotência prolongou a duração da guerra. Na ausência de um poder central, a autoridade pessoal de Washington supria o que lhe faltava de autoridade funcional. Foi preciso esperar por março de 1781 para que, tendo todos os Estados adotado os artigos de uma Confederação, o governo central fosse finalmente investido de um começo de poder efetivo. Se o problema militar foi apenas razoavelmente resolvido e o diplomático o foi totalmente, o problema político, entretanto, não recebeu solução satisfatória em conseqüência de toda a guerra.

A vitória e a paz — Nesse meio tempo, a Inglaterra resignou-se a negociar: conversações secretas culminaram numa paz separada (30 de novembro de 1782). Ela reconheceu a independência de suas antigas colônias, cedendo inclusive todo o território compreendido entre os Grandes Lagos, ao norte, o Mississípi, a oeste, e as possessões espanholas, ao sul. Suntuoso presente. Uma negociação geral com os aliados dos insurgentes teve seu desfecho no tratado de Versalhes (3 de setembro de 1783). Desforra para a França do desastroso tratado de Paris, mas uma vitória completa para as ex-colônias inglesas: em vinte anos, estas tinham logrado rechaçar a França e rejeitar a dominação inglesa. Sua história própria estava então começando: a história de uma nova América independente, ao mesmo tempo prolongamento da Europa e separada dela, herdeira da Inglaterra e nascida de uma rebelião contra seu governo.

CAPÍTULO III

A Constituição dos Estados Unidos

1. Da fragmentação à unidade
E pluribus unum

O fracasso do governo confederado — Os insurgentes tinham ganho a guerra, mas não tinham a paz. De início, pôde até parecer que a jovem América ia mergulhar na desordem e na anarquia. O problema político permanecia sem solução: as mesmas causas, tanto na paz quanto na guerra, continuavam produzindo os mesmos efeitos. Antes impotente para conduzir a guerra, o Congresso não estava então menos para solucionar os problemas nascidos da paz: execução de tratados, pagamento de empréstimos, negociações comerciais. Diante dos fatos concretos criados pela nova realidade, o governo de tipo confederado estabelecido pelos artigos da Confederação revelava-se radicalmente inferior à sua tarefa: a cláusula da unanimidade dos Estados paralisava-o. A situação interna degradou-se rapidamente: as despesas excediam infinitamente os recursos; a dívida inchou; a moeda depreciou-se; o exército desagregou-se ou amotinou-se, soldados marcharam sobre Filadélfia, cujo Congresso fugiu. A opinião pública estava descontente, a agitação alastrava-se, as potências julgavam com severidade a impotência dessa nação. Ficou evidenciado que a vitória, se emancipou as colônias, não fez delas nem uma potência nem uma nação, por ausência de um Estado. Os patriotas estavam desolados. Não teriam alcançando mais do que uma vitória de Pirro, e consumido tanta energia para afinal mergulhar na anarquia? Esses anos críticos, freqüentemente escamoteados na descrição do nascimento dos Estados Unidos, foram capitais para o seu futuro; foram eles os que conquistaram os espíritos para a idéia de uma revisão imperiosa das instituições.

A convenção — A salvação viria de iniciativas tomadas fora do Congresso para suprir a autoridade enfraquecida, com a caução do mais ilustre cidadão norte-americano, George Washington. Após vários adiamentos, os delegados designados por todos os Estados, salvo Rhode Island, "para examinar as disposições que lhes pareçam necessárias a fim de tornar a Constituição do governo federal adequada às exigências da União", reuniram-se em Filadélfia a 25 de maio de 1787. Participaram 55 delegados em todos ou em parte dos trabalhos dessa assembléia, a qual congregou quase tudo o que os Estados possuíam de personalidades de talento e de ilustração (somente Jefferson estava ausente, por ocupar então o cargo de embaixador na França). A maioria já possuía experiência de negócios públicos: 39 tinham participado dos Congressos Continentais, 22 eram graduados por universidades e 31, ou seja, mais de metade, eram juristas de profissão. Apesar desses antecedentes, a média de idade dos constituintes mal passava dos quarenta anos; e mesmo alguns dos que iam ter uma participação ativa nas deliberações eram muito mais jovens: Hamilton tinha apenas trinta e Madison, 36. Tal era a composição dessa assembléia excepcional que os historiadores americanos, na esteira dos contemporâneos, compararam a um concílio de semideuses.

Desde a abertura dos trabalhos, os delegados comprometeram-se a nada revelar publicamente sobre o teor de suas discussões: o sigilo foi observado escrupulosamente. Essa disposição, afastando as paixões do exterior, ajudou de maneira considerável a aproximar pontos de vista opostos. Entretanto, divergências aparentemente insuperáveis surgiram com bastante rapidez, mormente entre delegados de pequenos e de grandes Estados: à força de compreensão mútua, chegava-se quase sempre a um acordo. A bonomia sorridente de Franklin, seu espírito arguto e senso de oportunidade, seu gênio conciliador também contribuíram para isso. Washington, levado de imediato à presidência por consentimento unânime, exerceu suas funções para satisfação de todos. As deliberações duraram quase quatro meses, de 25 de maio a 17 setembro de 1787, e ocuparam talvez um

total de trezentas horas. Daí resultou um texto cuja concisão não é uma de suas qualidades menos impressionantes. Os amadores de estatísticas calcularam que ele compunha-se de 89 frases e 4 mil palavras: sua leitura em voz alta exigiria apenas 23 minutos. Em sua brevidade, nem por isso deixaram de ser previstas todas as eventualidades, porquanto é essa Constituição que ainda hoje rege o funcionamento das instituições políticas americanas. As emendas adotadas depois, 22 no total e das quais as dez primeiras, promulgadas em 1791, são suas contemporâneas, não modificaram essencialmente a arquitetura da *carta magna*.

Entretanto, essa constituição tinha um caráter eminentemente circunstancial. Os constituintes não obedeceram a nenhum espírito de sistema. Embora ambicionando harmonizar o governo da União com os princípios fundamentais de toda a sociedade política, eles decidiram fazer, sobretudo, obra de circunstância e responder aos problemas apresentados pela situação: sempre essa mistura tão característica de idealismo e de pragmatismo. Pacientemente, confrontaram seus pontos de vista, testaram a solidez de seus argumentos: pouco a pouco, as discordâncias foram reduzidas, as concepções aproximadas, os ajustes concretizados graças a concessões mútuas. A Constituição resultou desse processo transacional. Se não houve quem se recusasse ao conceder sua assinatura no final dos trabalhos, também é verdade que ninguém se considerou inteiramente satisfeito com os resultados. É precisamente por esse seu caráter transacional que essa constituição tem durado mais do que nenhuma outra: sua flexibilidade proporcionou-lhe sua faculdade de adaptação.

Estado federal e Estados — Dois problemas precisos, que pareciam igualmente insolúveis, apresentavam-se à sagacidade dos constituintes. Como conciliar a necessidade, que o fracasso dos artigos da Confederação tornou manifesta, de um fortalecimento do poder central com a recusa dos Estados de alienarem uma parte de sua soberania? Exigências aparentemente incompatíveis que, não obstante, a habilidade de um compromisso harmonizou. A nova idéia,

cuja fecundidade será demonstrada logo adiante, consistia em criar um sistema duplo de soberanias inteiras e distintas. Acima dos Estados, cada um dos quais conservava sua soberania, erigia-se um Estado federal igualmente soberano em sua esfera. Entre eles, a Constituição procedia a uma partilha de competências: ao Estado federal cabia de direito a política externa, a defesa, o comércio com o Exterior e entre os Estados; tudo o que não era expressamente delegado ao governo federal continuava sendo de competência exclusiva dos Estados. Nos limites de suas atribuições, as duas soberanias eram plenas e exerciam-se sem limitação nenhuma. Os cidadãos encontravam-se, pois, simultaneamente dependentes da autoridade de dois Estados, um no limite de seus direitos reservados, o outro — o federal — no limite de seus direitos delegados, e estavam submetidos a duas ordens de deveres. Doravante, a vida política desenrolar-se-ia em dois níveis sobrepostos. Os Estados Unidos ofereciam assim ao mundo o primeiro exemplo de federalismo aplicado.

O segundo problema não era menos árduo, e as divergências a seu propósito por pouco não frustraram, mais de uma vez, o esforço de conciliação: como pôr de acordo os grandes Estados, naturalmente desejosos de dispor no novo sistema de uma influência proporcional à importância de suas populações, de suas riquezas e atividades, e os pequenos Estados, temerosos de serem absorvidos e firmemente resolvidos a não transigir no tocante à igualdade de todos? Ainda sobre esse ponto, o espírito de conciliação encarnado por Franklin imaginou uma solução engenhosa: representação igual no Senado, onde todos os Estados, pequenos ou grandes, teriam duas cadeiras, e representação proporcional na Câmara dos Representantes. Ficou estabelecido que esses pontos não seriam suscetíveis de revisão.

A organização dos poderes — O espírito pragmático e a fidelidade a um pequeno número de princípios tidos por essenciais presidiram também à organização dos poderes que compõem o governo federal e à articulação de suas relações mútuas. Os constituintes não seriam pessoas de

seu tempo se não alimentassem uma desconfiança instintiva em relação ao poder excessivamente concentrado; eles aderiam ao postulado da filosofia liberal de que o poder deve ser limitado e fracionado. Por isso criaram um mecanismo sutil e engenhoso, o qual agradava à imaginação da época. Mecanismo aparentemente complexo e delicado, mas cuja robustez foi revelada pela experiência, porquanto tem resistido ao tempo. Cuidadosamente separados, os poderes são independentes uns dos outros: em caso de desacordo, nenhum dispõe de meios para pôr fim à existência de um dos outros. Por isso tampouco existe responsabilidade do Executivo perante o Legislativo: o Presidente escolhe seus ministros conforme seja de seu agrado, os quais só são responsáveis perante ele. Reciprocamente, o Presidente não pode dissolver uma câmara do Congresso. A Constituição zela pelo equilíbrio desses poderes: para evitar que em suas respectivas esferas eles não se tornem onipotentes, cada poder é indiretamente controlado pelos outros e tem necessidade de seu concurso. Assim, os atos legislativos do Congresso, para adquirirem força de lei, devem receber a assinatura do Presidente, que pode opor-lhe seu veto. Por outro lado, o Presidente necessita da aprovação do Congresso no processo legislativo e para votação do orçamento; não pode efetivar a nomeação de certos funcionários (Secretário de Estado, embaixadores) sem o consentimento do Senado, cujo acordo, freqüentemente recusado, é também necessário, por maioria de dois terços, para a ratificação de tratados. É admitido, com efeito, que o Senado e o Executivo têm um poder conjunto no que se refere à condução da política externa.

Esse sistema visa essencialmente preservar os direitos do indivíduo. Uma outra disposição, uma das mais originais dessa constituição que contém tantas, assegura-lhe uma garantia preciosa: aquela que faz do poder judiciário um poder superior aos outros. Com efeito, a igualdade não é absoluta entre os três poderes: os atos do Executivo, as decisões do Legislativo, podem ser levados à apreciação do Judiciário. Na cúpula da hierarquia judiciária, o Supremo Tribunal de Justiça tem o poder de interpretar a Constituição. Isso, com-

binado com a tradição consuetudinária do judiciário inglês, institui um verdadeiro "governo dos juízes".

Tudo está calculado para impedir que um poder se sobreponha aos outros, que o Estado federal sufoque os direitos dos Estados, que os poderes públicos infrinjam a liberdade dos indivíduos. Sistema profundamente liberal, mas de modo algum democrático. Os constituintes desconfiavam do povo, temiam o despotismo da maioria; muitos admiravam o governo britânico e duvidavam de que pudesse existir um modo de governo superior. Corria até o boato de que eles consideravam a possibilidade de uma restauração monárquica. De fato, eles instituíram um governo representativo e republicano, mas cujas disposições tendiam todas a atenuar os movimentos de opinião: em nenhuma parte o sufrágio era universal; os senadores eram designados pelas legislaturas estaduais, o Presidente escolhido por um colégio restrito de eleitores. O princípio do equilíbrio de poderes aplicava-se também ao poderio da opinião pública.

Perenidade do texto e desvios da prática — Tais eram as disposições fundamentais do texto produzido pelas deliberações da Convenção. Essa Constituição elaborada para uma nação nascida na véspera, formada por alguns milhões de habitantes entre o Atlântico e os Alleghenies, entregues ao trabalho da terra, à pesca e ao comércio, preside ainda hoje aos destinos de um aglomerado de mais de 210 milhões de seres humanos, repartidos de um oceano ao outro, e que se tornou nesse intervalo a primeira potência do mundo e a nação mais industrializada. A história oferece poucos exemplos de semelhante perenidade associada a transformações igualmente profundas. Ela é — e de longe — a mais antiga de todas as constituições hoje em vigor. É, em parte, a responsável por esse futuro, ao fazer dos Estados Unidos uma nação: sua existência como sociedade política organizada data da adoção do texto constitucional. O patriotismo americano percebe-o claramente, sente que se dirige tanto às instituições quanto ao próprio solo, o que o diferencia do patriotismo dos povos europeus. Franklin foi um bom profeta quando, no último dia da Convenção, assegurou

que o sol gravado no espaldar da cadeira do presidente, que muitos haviam indagado com freqüência ao longo daqueles quatro meses se ele nascia ou se punha, era um sol nascente.

A mesma Constituição rege ainda hoje o funcionamento dos poderes públicos. Quer isso dizer que sua aplicação se faz em conformidade exata com o que seus autores tinham previsto? Precisamente por terem querido fazer obra de circunstância e se recusado a dispor de antemão sobre todas as eventualidades futuras, o texto deixava uma extensa margem à interpretação. Aquela que prevaleceu está, sem dúvida, bastante distanciada do estado de espírito dos constituintes. A prática levou o sistema a oscilar entre duas direções principais: de um lado, uma evolução democrática fez saltarem todos os ferrolhos com que o liberalismo dos fundadores bloquearam a manifestação de impulsos populares, e a opinião pública passou a ser o poder fundamental e a fonte de todos os outros; de outro lado, a novidade e a multiplicidade de questões apresentadas às sociedades modernas pela industrialização, e o choque dos imperialismos iriam romper o equilíbrio estabelecido entre os Estados e o Estado federal: o centro de gravidade passou hoje dos primeiros para o segundo.

A ratificação — Os convencionais tinham disposto que, para entrar em vigor, a Constituição deveria congregar pelo menos nove dos treze Estados. Foi preciso um ano para o conseguir: somente em três Estados a Constituição foi ratificada sem controvérsia; dois Estados recusaram-se por vários anos a entrar na nova nação. Preenchidas finalmente as condições, o novo governo federal pôde entrar em funcionamento: com a eleição, a 4 de março de 1789, de George Washington como primeiro presidente dos Estados Unidos, chegou ao fim uma época, a dos anos críticos, e uma outra história começou.

II. O nascimento dos partidos

Duas interpretações: federalistas e republicanos — Washington tinha sido eleito sem concorrente: sua pessoa

não era contestada; mas sua administração o foi. Se a unanimidade reinou em 1789, não tardaria muito a desfazer-se. Na verdade, foram as divergências de 1787 que ressurgiram. A propósito de questões práticas, instituição de um banco nacional com ou sem privilégio estatal, impostos federais etc. foram definidas e fixadas duas escolas de pensamento cujo desacordo questionava a própria interpretação do pacto federal e a divisão de competências entre os governos estaduais e o poder federal. As posições vinculavam-se a simpatias ou aversões pela democracia. Estava em causa nada menos do que a evolução democrática da nova república. Com base nessas interpretações, constituíram-se os primeiros partidos políticos, um fator a que a Constituição, com bons motivos, não fez menção e cuja intervenção modificou sensivelmente o funcionamento das instituições.

Uma primeira escola aspirava a reforçar o poder federal: daí seu nome de "federalista". Um governo central forte parecia-lhe duplamente necessário: o Estado não podia dispensar um Executivo eficaz nem a sociedade um instrumento capaz de manter a ordem pública e de impô-la tanto às facções quanto às paixões. Em seu foro íntimo, mesmo tendo combatido a arbitrariedade do governo inglês, eles continuavam convencidos de que a monarquia era a melhor forma de governo e sonhavam instaurar uma, sem monarca, no âmbito da nova Constituição. Por isso desejavam dotar o jovem governo federal com todos os atributos e meios de execução de um verdadeiro Estado: um banco com privilégio de Estado, um sistema de impostos que lhe assegurasse recursos regulares. Suas inclinações monárquicas faziam-se acompanhar de uma desconfiança instintiva em relação ao povo e de sentimentos aristocráticos: a condução dos negócios públicos devia caber àqueles que para isso haviam sido preparados, pela riqueza, pela educação e por uma tradição familiar de liderança. Após a Guerra de Independência, eles pensaram em reagrupar os veteranos numa ordem, a dos Cincinnati, que teria podido tornar-se o germe de uma nova aristocracia: a oposição de Franklin à transmissão hereditária das prerrogativas vinculadas à ordem fizera o projeto fracassar.

Com efeito, uma segunda escola estava determinada a opor-se a toda tentativa de restauração monárquica. Alimentados pelas grandes memórias da Antiguidade greco-latina, os *republicanos* queriam fazer dos Estados Unidos uma república, donde o nome por eles adotado, com o ideal de uma Arcádia americana, sociedade democrática de pequenos proprietários, livres e iguais, vivendo de seu trabalho, sem nada dever a ninguém e desfrutando de um bem-estar honesto. Tratava-se de restabelecer na terra a Idade de Ouro. Concepção arcaizante que deve tanto à *aurea mediocritas* de Horácio quanto à filosofia de natureza de Jean-Jacques Rousseau. Apegados à liberdade individual, que para eles era mais bem defendida pelos Estados, mantinham-se de pé atrás com o poder central, que receavam ver tornar-se o instrumento de uma ambição pessoal ou de domínio de uma facção, e cuidavam para que, por uma interpretação restritiva da Constituição, o poder federal não se arrogasse outras atribuições além daquelas que lhe eram expressamente delegadas pelos Estados, cujos direitos eles defendiam ciosamente.

Hamilton contra Jefferson — Federalistas e republicanos: a oposição desses dois sistemas de pensamento, dessas duas filosofias políticas, atinge, desde o nascimento dos Estados Unidos, a simplicidade dramática dos grandes conflitos que dividem a opinião pública nos Estados modernos. A principal clientela dos federalistas era predominantemente urbana, ao passo que os agricultores foram naturalmente levados a apoiar o ponto de vista republicano. A oposição de dois homens do ministério formado por Washington, que adquiriram títulos eminentes que os recomendaram à gratidão nacional, simbolizou a oposição das duas escolas. Alexander Hamilton, o primeiro Secretário do Tesouro, cuja campanha veemente levou o Estado de Nova York a aderir à Constituição, era o líder dos federalistas. Thomas Jefferson, o primeiro Secretário de Estado da União, redator da Declaração de Independência, era o porta-voz e o filósofo dos republicanos. Tanto um como o outro eram dotados dos mais belos dons do espírito.

A discordância sobreviveria a essa geração de homens políticos: os partidos continuariam, época após época, a opor-se na questão dos direitos dos Estados *versus* direitos do Estado federal. Foi o debate que opôs Jackson a Calhoun e à Carolina do Sul na querela, pacificamente resolvida, da revogação de uma lei federal por parte de um Estado, em seu território; foi o mesmo debate que opôs Lincoln e o Norte ao Sul, e arrastou a União para a pavorosa tragédia da guerra civil; foi ainda esse debate que, quarenta anos depois, antagonizou os partidários e os adversários do *New Deal*. Mas houve uma mudança nos termos de debate e na posição das duas escolas. Em 1789, as alternativas eram as seguintes: fortalecimento do poder federal, concomitante a uma sociedade aristocrática, ou democratização, a qual implicava a autonomia mais ampla possível dos Estados. O paradoxo da evolução política americana está em que os termos do dilema dissociaram-se e reagruparam-se segundo novas combinações: o programa Hamilton foi realizado muito mais tarde, mas pelos herdeiros espirituais de Jefferson, de Jackson a Roosevelt. A evolução política dos Estados Unidos operou-se simultaneamente no sentido de um considerável recrudescimento dos poderes do Estado federal e de uma democratização acentuada da vida política.

Divergências a propósito da Revolução Francesa — Durante a presidência de Washington, uma circunstância exterior veio exacerbar a divergência entre as duas facções: a Revolução Francesa e a guerra na Europa. Os federalistas, e Washington com eles, por gratidão pela ajuda francesa ou precisamente por reconhecimento ao rei, reprovaram de imediato as violências de que a Revolução se fez acompanhar, os excessos perpetrados pelos jacobinos, por medo de contágio, por convicção monarquista, expressaram sua preferência pela Inglaterra. Os republicanos, pelo contrário, aplaudiram a Revolução Francesa e formularam abertamente votos por seu êxito. Washington procurou como pôde manter o país à margem dos redemoinhos provocados por essa formidável onda de subversão e preservar sua neutralidade: os Estados Unidos nada tinham a fazer ou a lucrar

no conflito que dilacerava a Europa. Sua última recomendação, em seu discurso de despedida ao povo americano, algo como seu testamento político, foi para que o país se conservasse fora das querelas européias. A política externa dos Estados Unidos permaneceu fiel a esse princípio por mais de um século, e a opinião pública norte-americana por mais tempo ainda.

A eleição de Jefferson — Cansado dos ataques dos republicanos, que o acusavam de não manter uma posição de equilíbrio entre os beligerantes, de arrastar os Estados Unidos para uma guerra virtual contra a França e de pôr em perigo as liberdades mediante uma legislação de exceção, Washington, fiel à sua personagem de Cincinnato americano, recusou apresentar-se uma terceira vez como candidato à Presidência e retornou a seu querido Mount Vernon: esse precedente criou uma tradição tão forte como se estivesse inscrita na própria Constituição, e foram necessárias circunstâncias tão excepcionais quanto a Segunda Guerra Mundial para que fosse quebrada em 1940 e 1944. Desde então, uma Emenda, a 22ª, adotada em 1951, obstruiu a renovação de semelhante eventualidade e fez do exemplo dado por Washington uma regra de direito. Após John Adams (1797-1801), um federalista, foi o líder do Partido Republicano, Jefferson, quem ascendeu à presidência: o evento marcou um momento decisivo na história dos Estados Unidos, e não apenas porque o novo presidente transferiu o governo para a nova capital federal, cuja criação a partir do nada era duplamente simbólica da novidade do poder federal e do começo absoluto da história do povo americano.

Antes de mais nada, isso se deveu à personalidade do novo presidente, igualmente dotado em numerosos aspectos. Já tinha atrás de si uma carreira que era suficiente para deixar seu nome na memória de seu povo: fora autor da Declaração de Independência, representante dos Estados Unidos junto à corrente da França, depois de Franklin, e primeiro Secretário de Estado. Mas seus atos contaram menos do que seus pensamentos. Esse filósofo, apaixonado

pela arquitetura, que desenhou ele próprio o projeto de sua residência em Monticello, preocupado com as questões de ensino (considerava ele que um dos principais motivos de seu reconhecimento pela posteridade era o fato de ter fundado a Universidade da Virgínia), curioso de tudo, que tinha por amigos todos os ideólogos franceses, que seus adversários suspeitavam de ateísmo, professava uma filosofia otimista à maneira de Condorcet. Acreditava no desenvolvimento do espírito humano, na razão, na tolerância, detestava a arbitrariedade e a desigualdade. Sem extrair de imediato desse fato todas as conseqüências lógicas (Jefferson tinha numerosos escravos), aderiu aos princípios da democracia. Sua presidência eliminou as virtualidades monárquicas e aristocráticas da Constituição. Ele próprio incutiu ao exercício de suas funções uma simplicidade propriamente democrática e aplicou-se à tarefa de realizar o ideal de um governo praticamente inexistente e pouco dispendioso, em conformidade com a filosofia liberal.

Foi como uma segunda fundação das instituições, comparável à que foi a ascenção de Jules Grévy à presidência da República francesa. Os dois mandatos presidenciais de Jefferson (1801-1809), seguidos de uma longa série de presidentes inspirados pelo mesmo espírito, formaram a primeira etapa de uma evolução democrática marcada por sucessivos impulsos, os mais importantes dos quais levaram à presidência dos Estados Unidos Jackson, Lincoln e o segundo Roosevelt.

A era dos bons sentimentos — A orientação imprimida por Jefferson foi bem defendida: ninguém sonhava sequer em renunciar a ela. Essa aceitação razoável das coisas fundamentais é característica da vida política americana e explica sua estabilidade. As instituições são aceitas por todos. A facção federalista dissipou-se; as lutas partidárias acalmaram-se; os próprios partidos que perderam a noção do que os separava pareceram desaparecer; as eleições desenrolavam-se na maior tranqüilidade do mundo; Madisom (1809-1817) e Monroe (1817-1825) sucederam a Jefferson sem choques. É a *era of good feelings*, a era dos bons sentimentos. Um povo feliz não tem história.

As questões externas: da aquisição da Luisiana à doutrina Monroe (1803-1823) — A história chegou-lhe de fora: fez sua intrusão no destino dos jovens Estados Unidos por intermédio das relações com o estrangeiro. Nada existiu nisso que não estivesse estritamente em conformidade com o pensamento orientador da Constituição, que fazia das relações externas o domínio próprio do governo federal. Nesse contexto, três ou quatro acontecimentos tiveram importância histórica para o desenvolvimento dos Estados Unidos, que romperam a plácida continuidade dos anos e foram também repercussões do grande abalo revolucionário que sacudiu a Europa. Em 1803 Bonaparte propôs aos Estados Unidos ceder-lhes a Luisiana, que acabara de lhe ser devolvida pela Espanha. Jefferson aproveitou a ocasião e comprou, por 15 milhões de dólares, um território que mais do que duplicou a superfície da União. O teórico da interpretação restritiva da Constituição, o defensor dos direitos dos Estados contra o Estado federal tomou aí uma das iniciativas mais prenhes de conseqüências que um presidente dos Estados Unidos podia tomar. Assim procedendo, ele orientou o futuro de um modo talvez ainda mais decisivo do que aquele como usou os poderes públicos.

Entre 1812 e 1815 repetiu-se o conflito com a Inglaterra, a que se deu o nome de Segunda Guerra de Independência. A guerra foi deflagrada em conseqüência da pretensão inglesa de interditar todo o comércio entre a França e os Estados Unidos, e das medidas de bloqueio tomadas pela Marinha britânica: Madison queria fazer respeitar os direitos dos neutros. Um século mais tarde, a mesma combinação de considerações jurídicas e de motivos interesseiros decidiria a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial. Essa identidade de motivos revela a continuidade da política comercial e externa norte-americana de 1812 a 1917. As operações militares comportaram poucas ações brilhantes: os britânicos incendiaram Washington; os norte-americanos registraram uma vitória diante de Nova Orleans (8 de janeiro de 1815), onde puseram em debanda um corpo expedicionário. Esse êxito sobre os vencedores de Napoleão persuadiu-os de que eram os melhores soldados do mundo

e foi o ponto de partida para a glória de seu general, Andrew Jackson. O tratado de Gand, assinado dois meses antes (novembro de 1814), confirmava a independência americana sem modificar as disposições territoriais de 1783 e sem nada estipular sobre os direitos dos neutros.

Em 1819, usando alternadamente da ameaça e da persuasão, os Estados Unidos convenceram a Espanha, em guerra contra suas colônias revoltadas, a ceder-lhes, com a Flórida, a porção do litoral que ela ainda possuía entre o Atlântico e o curso inferior do Mississípi, e que os separava do golfo do México. Foi ainda a propósito da Espanha, mais precisamente a respeito de suas colônias revoltadas da América, que o presidente Monroe definiu a posição dos Estados Unidos numa declaração famosa, chamada a reger, por gerações, sua linha de conduta: o conhecimento das circunstâncias é indispensável à sua justa compreensão. Uma expedição francesa acabara de restabelecer a autoridade de Fernando VII na Espanha: a circunstância propiciava a crença em boatos segundo os quais as potências européias planejavam intervir na América, a fim de restabelecer a obediência das colônias revoltadas a seu legítimo soberano. Que iriam fazer os Estados Unidos? Tudo os levava a criar obstáculos a esse plano de intervenção: a simpatia pelos insurretos, que nada mais faziam do que imitar o exemplo dado por eles; o interesse que não era certamente o de ter de novo as grandes potências instaladas nas vizinhanças de suas fronteiras, quando obviamente lhes convinha muito mais ter como vizinhos Estados jovens e ainda fracos. O presidente Monroe decidiu, portanto, reconhecer os governos insurretos e fazer uma advertência à Europa. Numa mensagem ao Congresso, definiu os princípios de sua administração, que no conjunto viriam a ser designados por "doutrina Monroe". Ela reafirmava o princípio de neutralidade legado por Washington, mas definia-lhe com precisão as modalidades e ampliava seu campo de aplicação a todo o Novo Mundo. Os Estados Unidos desejavam permanecer em bons termos com a Europa e abstinham-se de se imiscuir em seus assuntos internos. Em contrapartida, solicitavam às potências européias que se abstivessem de

toda e qualquer intervenção nos assuntos do continente americano: negavam-lhes o direito de estender sua dominação a territórios ainda livres de sua colonização; sobretudo notificavam-nas de que considerariam toda e qualquer ação contra um governo que tivesse proclamado sua independência como um ato inamistoso para a nação americana. Os governos europeus não levaram muito em conta essa declaração, uma vez que os Estados Unidos seriam incapazes de assegurar-lhe o respeito, e apenas viram nela uma fanfarronada ou um gesto para uso interno. Mas nem por isso o texto deixa de possuir um grande valor: foi a primeira menção de uma doutrina continental a formular de maneira bastante exata as palavras de ordem: A América para os americanos! e a conter o germe, por intermédio do pan-americanismo, de uma hegemonia *de facto* da grande República sobre as duas Américas.

CAPÍTULO IV

O Oeste e a democracia americana

Num plano secundário em relação a esses eventos militares e diplomáticos, a essas rivalidades partidárias, desenvolve-se uma outra história, que não importa menos para o futuro dos Estados Unidos e que, em todo o caso, contribuiu mais para a sua originalidade: o povoamento do Oeste. Pois, em última análise, o destino que federalistas e republicanos queriam para o país deles não constituía uma novidade radical: os primeiros imaginavam-no segundo o modelo da monarquia britânica; os segundos davam aparentemente prova de mais audácia em seus pontos de vista e sonhavam-no à imagem e semelhança das sociedades antigas. Mas, em definitivo, foi algo muito diferente o que se materializou, em conseqüência da entrada em cena de um terceiro elemento, igualmente distinto do Norte (será doravante necessário dizer Nordeste) e do Sul: o Oeste.

Por diferente que fosse a sociedade que aí se formava, em muitos aspectos, sobretudo em seus começos, do resto dos Estados Unidos, a história do Oeste não foi um episódio pitoresco e exótico à margem da história americana, como o foi, por exemplo, a das possessões coloniais da França em relação à metrópole, no século XIX. Constitui, de fato, parte integrante dela. Melhor ainda: foi freqüentemente ela que determinou o curso da história geral do povo americano por suas repercussões sobre todos os aspectos principais de sua existência: a imigração que para aí afluiu; a economia, cujo desenvolvimento ela estimulou por seus recursos e seu espaço; a relação das forças políticas, cujo equilíbrio ela rompeu, fazendo pender a balança em favor do Norte; a questão do negro que ela exacerbou; o impulso democrático que precipitou; em suma, o caráter nacional que ela marcou tão fortemente. Sem contar que forneceu um alimento inesgotável para a imaginação e deu aos Estados Unidos sua

grande epopéia nacional, equivalente à gesta imperial para a França e à formação do império colonial para os britânicos. Talvez nem todos se apercebam de que os Estados Unidos situam-se à testa de todos os povos colonizadores e que, pela amplitude dos territórios e dos movimentos de populações, o povoamento do Oeste americano forma o capítulo mais importante da expansão branca na superfície do globo durante o século XIX.

A ordenação do Noroeste (1787) — Este capítulo é tão antigo quanto a própria nação americana; até mais antigo, porquanto o vimos desempenhar um papel no conflito entre a metrópole e as colônias. Em 1776, cerca de 100 mil pioneiros já tinham transposto os montes Alleghenies. A paz deixou aos novos Estados o vasto espaço, ainda praticamente virgem, delimitado pelos Grandes Lagos, o Mississípi e as Flóridas espanholas. O desenvolvimento desse território e o dos Estados Unidos dependiam do *status* que se atribuísse àquele. Reparti-lo em um número de parcelas equivalente ao de Estados existentes e conceder a propriedade plena de uma a cada um significava enriquecê-los, mas também reduzir para sempre essas parcelas à condição de dependências coloniais. A opinião prevalecente cuidava muito melhor do futuro: os Estados legaram esse território à União, concessão bastante comparável à renúncia da soberania que eles declararam no mesmo ano, na Constituição, em favor do governo federal. Assim, os Estados dotavam a União de uma riqueza praticamente inesgotável, que poderia garantir novos empréstimos e permitir o reembolso da dívida federal. A grande ordenação de 1787 traçava também um quadro para o futuro: as regiões do Oeste poderiam, por uma série de etapas, constituir territórios autônomos e até, após um certo prazo, ter acesso ao estatuto de Estado, desfrutando de plena igualdade de direitos com os treze Estados constitutivos. Os primeiros a estabelecerem-se ali recebiam assim a garantia de que, em vez de continuar dependendo, como cidadãos de segunda classe, de uma autoridade longínqua, poderiam administrar-se livremente e tornar-se, desde que fosse atingido o quórum (60 mil), cidadãos de pleno direito de um Estado soberano. A adoção dessa ordenação bem como a redação da Constituição fazem duplamente de 1787 o ano do nascimento efetivo dos Estados Unidos: os dois textos não apenas são contemporâneos como concorrem, cada um em seu nível, para o assentamento dos alicerces da grandeza americana. Essa ordenação do Oeste não tardou em produzir seus primeiros efeitos: o território do Kentucky ingressa na União, na qualidade de novo Estado, a partir de 1792; depois, a intervalos cuja brevidade denota a rapidez do povoamento, outras estrelas vêm ocupar seu lugar ao lado das dos Estados fundadores na bandeira federal: o Tennessee (1796); o Ohio (1803). O princípio desse processo original de crescimento espontâneo ainda não esgotou suas virtudes, pois a admissão do Alasca (1958) e do Havaí (1959) elevou para cinqüenta o número de Estados. É um traço de semelhança suplementar entre a Constituição e a ordenação do Noroeste: elas continuam regendo a existência da União.

As ampliações sucessivas (1803-1853) — Se a mencionada ordenação teve conseqüências tão amplas — o nascimento de 35 novos Estados —, foi porque seu campo de aplicação se ampliou consideravelmente: no território cedido em 1782 pela Inglaterra só era possível traçar, no máximo, sete ou oito novos Estados. Mas esse quadro iria ampliar-se prodigiosamente em meio século, graças a sucessivas investidas. Em certos pontos, o povoamento precedeu a anexação; na maioria dos casos, porém, ocorreu o inverso, tendo a incorporação ao território federal precedido a ocupação efetiva. Essas ampliações foram todas feitas, é claro, em detrimento dos antigos impérios coloniais francês, espanhol, britânico, ou de seus herdeiros: a expansão dos Estados Unidos prolongou assim o movimento de emancipação. Em 1803, Jefferson adquiriu do Primeiro Cônsul toda a Luisiana: imenso território cuja incorporação duplicou de uma só vez a superfície dos Estados Unidos (na verdade, ninguém sabia onde passavam seus limites extremos); a entrada em Nova Orleans abriu uma saída marítima direta para os novos Estados do vale do Mississípi; as perspectivas de ex-

pansão pareciam então ilimitadas, pelo Missouri ou por Arkansas, na direção das Montanhas Rochosas e mais além, talvez, até o Pacífico. Jefferson tomou imediatamente posse desse novo domínio: a partir de 1804, sob seu patrocínio e com o apoio do exército federal, os exploradores Lewis e Clark subiram os afluentes da margem direita do Mississípi. Em 1819, a anexação do enclave espanhol das Flóridas representou, comparativamente, apenas uma ampliação limitada, mas derrubou a cortina existente então entre os Estados Unidos e o golfo do México, ligou a Geórgia à Luisiana e estabeleceu uma fachada marítima nacional contínua desde a Nova Escócia até o delta do Mississípi.

Uns trinta anos depois, nova investida, penetrando simultaneamente em várias direções, dilata ainda mais as fronteiras da União, antes mesmo que todo o espaço fosse preenchido. No noroeste, após 25 anos de contestação, a Inglaterra cedeu aos Estados Unidos, sem um único tiro, o território do Oregon, onde o afluxo de imigrantes americanos superou os colonos ingleses. Foi como os Estados Unidos ganharam uma janela para o Pacífico (1846). A sudoeste e a oeste, eles obrigaram o México, após uma guerra, a reconhecer ao Texas o direito de entrada na União e a ceder-lhes duas imensas províncias — o Novo México e a Califórnia —, de cuja riqueza em metais ainda não se suspeitava, algumas semanas antes da descoberta do ouro (1848). Cinco anos depois, a anexação de uma faixa alongada ao sul do Novo México e a oeste do rio Grande (tratado Gadsden, 1853), acabaria de dar ao território federal seus contornos definitivos. Esta última onda de aquisições representava um crescimento mais considerável ainda do que o da Luisiana. Exatamente em meio século, de 1803 a 1853, os Estados Unidos tinham mais do que triplicado sua superfície: de um oceano ao outro, abrangiam agora 7.800.000 km^2, uma extensão equivalente a quatro quintos da Europa, com uma população dez ou vinte vezes menor. Um campo praticamente vazio que se oferecia ao povoamento, um espaço vasto como um continente no qual se desenrolou do começo ao fim do século XIX a epopéia do Oeste.

A expulsão dos indígenas — O espaço era praticamente vazio, mas não absolutamente. Uma vez afastadas as antigas potências coloniais, havia outra e mais antiga hipoteca. Ainda que se comportassem como primeiros ocupantes, os pioneiros americanos deparavam antecessores: os indígenas. Sendo, de início, dois povoamentos pouco numerosos, não lhes teria sido possível coabitar em bom entendimento? Sem levar em conta o desprezo dos brancos pelos índios e o ressentimento destes para com seus espoliadores, havia a oposição de seus modos de vida: sem dúvida, o povoamento indígena era muito esparso, mas não se pode esquecer da condição seminômade dessas populações que se alimentavam essencialmente do produto de suas caçadas: bisões, animais de peles. Portanto, elas precisavam acompanhar a caça em seus deslocamentos, primeiro através das florestas, mais tarde na pradaria. Ora, na retaguarda de uma rala cortina de franco-atiradores, caçadores e traficantes de peles, cujo modo de vida assemelhava-se ao do índio, o grosso dos pioneiros era formado de gente sedentária, mesmo tendo de mudar de lugar por diversas vezes na vida: eles desmatavam, arroteavam, semeavam. Suas povoações lançavam sobre os territórios de caça dos índios uma rede que lhes entravava os movimentos. Os interesses dos dois grupos eram incompatíveis. Conflito eterno entre o sedentário e o nômade que, expulso o índio, repercutiria mais a oeste entre o agricultor e o criador de gado. Somem-se a isso todas as causas de mal-entendidos que resultaram naturalmente da diferença de mentalidades e que alimentaram a desconfiança recíproca. De tempos em tempos, o antagonismo explodia em ações limitadas: uma tribo índia lançava-se inopinadamente sobre algumas povoações, massacrava de surpresa os habitantes, devastava as plantações; milícia e tropa federal organizavam então uma operação punitiva. Tudo voltava à ordem até o alerta seguinte. Nessas pequenas guerras de escaramuças, as milícias treinavam para o combate, os comandantes adquiriam a glória: foi assim que Jackson, Harrison e muitos outros ganharam sua reputação. As tribos indígenas podiam realmente inquietar os agricultores com suas incursões, mas eram incapazes de conter o caudal ininterrupto que chegava

do Leste com a cumplicidade ativa das autoridades, locais ou federais.

Cada Estado tinha sua própria política indígena, sempre voltada à desapropriação dos nativos. Mas o problema estava presente em quase todos os Estados e ultrapassava a competência de cada um, de modo que seu equacionamento dependia também de Washington; foi uma das atribuições que a Constituição delegou explicitamente ao governo federal. Com um pouco mais de respeito formal, uma preocupação mais aparente de eqüidade, os prazos menos curtos na execução, o Escritório de Assuntos Indígenas chegou ao mesmo resultado dos Estados: os nativos foram progressivamente empurrados à força para o Oeste. Em 1826, foi dado um grande passo: eles foram todos transferidos para a outra margem do Mississípi. A hipoteca estava definitivamente liquidada para todos os territórios da margem esquerda. O problema só voltaria a apresentar-se com agudeza quarenta anos mais tarde, após a Guerra de Secessão.

A apropriação das terras — Ressalvada a questão indígena, havia disponível, portanto, uma imensa extensão de terras cuja superfície não parava de aumentar e se manteria, no século XIX, quase constantemente superior à dos Estados constituídos. Propriedade federal pela Ordenação do Noroeste, ela aguardava tomador; as condições de apropriação fixadas pelo legislador eram das mais liberais. Embora as terras públicas não fossem distribuídas gratuitamente, o preço de venda era fixado a uma taxa muito baixa, em média um dólar o acre (havia 640 acres num quadrado de uma milha de lado), destinada a não desencorajar nenhum candidato. O governo autorizava até os que não dispunham de fundos suficientes a se instalarem como ocupantes sem títulos de posse: deixava-lhes a opção de comprar a parcela após desbravá-la e arroteá-la ou de vendê-la com direito a indenização pelos trabalhos e benfeitorias efetuados para recomeçar em outro lugar. Todas essas terras eram medidas, cadastradas, subdivididas em parcelas de forma regular e superfícies iguais, as quais recebiam números de ordem: as compras eram registradas, os títulos de propriedade entregues e garantidos pela administração. Imensa operação sem precedentes: aliás, tendo a apropriação do solo precedido sempre o reinado do direito e a instituição de uma administração regular, a origem do direito de propriedade perdeu-se na obscuridade; os Estados Unidos estabeleceram-no com grande clareza e do nada criaram uma classe de proprietários rurais. Isso significou fazer pela apropriação individual da terra o que a história fez coletivamente por eles: um povo que começou com total clareza; uma nação de origens perfeitamente conhecidas. A novidade absoluta da operação manifestava-se até na configuração dos Estados, cujo desenho reproduzia, ampliado, o traçado dessa multidão de parcelas que a vontade do homem extraía do nada. Sob esse aspecto, a diferença com os Estados do Leste salta aos olhos: aqui, as fronteiras dos Estados, dos condados, obedecem a investidas caprichosas, descrevem curvas, fazem desvios sem razões aparentes, exatamente como as da Europa. Transpostos os Alleghenies, as fronteiras administrativas não conheciam outras leis senão as da geometria abstrata: fronteiras traçadas a cordel, acompanhando a rede convencional de meridianos e paralelos. Não havia passado nem geografia a respeitar. Esse contraste visual correspondia a uma diferença efetiva: o Leste era ainda um pedaço da velha Europa; o Atlântico mais reúne do que separa essas duas margens de um mar interior. Os Alleghenies separam dois mundos: do lado de lá estava verdadeiramente a tábua rasa onde se iniciava uma experiência sem precedentes, onde a história recomeçava, o cadinho de uma nova sociedade.

A ocupação do solo — A partir de que elementos? O povoamento do Oeste está em relação estreita com o outro grande capítulo demográfico da história americana, a imigração européia. Durante todo o século XIX, uma corrente contínua, primeiro exígua como um riacho, depois engrossando incessantemente, sobretudo a partir de 1848, até se converter numa onda torrencial, despejou milhões de europeus na América. Imigração muito díspar em todos os aspectos: depois de 1848, a contribuição alemã ultrapas-

sou o elemento britânico ou escandinavo; o proscrito político acotovelava-se com o filho de família cheio de dívidas, o comerciante falido com o operário desempregado; todos iam refazer sua vida, esperando encontrar liberdade e fortuna. Mas a correlação entre a chegada dos europeus e o povoamento do Oeste não é direta: não foi essa imigração que alimentou diretamente o movimento para o Oeste, pois os recém-chegados procuravam obter trabalho, de preferência, nos portos ou em suas proximidades, substituindo os americanos de cepa mais antiga que haviam partido rumo ao Oeste. A imigração da Europa e o movimento para o Oeste constituíram assim as etapas distintas de um ciclo em dois termos que deslocou pouco a pouco o centro de gravidade da população americana das costas para o interior, de Nova York para Cincinnati. Os pioneiros abandonaram as cidades, as regiões habitadas, atendendo ao chamado da aventura que seus ancestrais já tinham ouvido. Nada havia neles que lembrasse esse apego quase religioso do camponês europeu à nesga de terra onde dormiam seus avós. O *farmer* americano preferia sua atividade livre e sua solidão ao solo onde ele a exercia. Por isso não era raro que agricultores retomassem três ou quatro vezes em sua existência o caminho do Oeste: o caso do pai de Lincoln, freqüentemente citado, que passou sucessivamente do Kentucky para Indiana e da Indiana para Illinois, está longe de ser excepcional. Humanidade errante que precedia a civilização e retomava sua marcha assim que esta a alcançasse. Sua progressão fez-se por saltos sucessivos: a história do povoamento do Oeste é a de dois movimentos sobrepostos.

A fronteira de povoamento assinalada pela linha de demarcação entre os territórios desbravados e o espaço ainda virgem era uma frente perpetuamente móvel: ora avançada, ora recuada, raramente coincidia com a fronteira política. Por outro lado, a mesma localidade via passar ocupantes sucessivos; foi esse revezamento contínuo que deu à vanguarda força bastante para avançar sempre, cada vez mais fundo e mais longe, rumo ao Oeste. Primeiro, penetraram nos poucos passos que permitiam transpor e vencer as gargantas dos Alleghenies; depois, desceram a vertente oposta

e seguiram ao longo dos rios que abriam profundas cicatrizes no espesso manto da floresta: o Ohio era a principal via de penetração, com seu sistema de afluentes. A via fluvial foi também um caminho que avançava: passava-se da carroça à jangada, construída rapidamente por esses homens afeitos ao trabalho de lenhadores; meia dúzia de golpes de machado e embarcava-se num barco de fundo chato (*flat boat*) que permitia escapar aos traiçoeiros bancos de areia que o rio escondia. Mais tarde, no delta do Mississípi, seriam utilizados sobretudo os *wagons*, carroções com toldos de lona, puxados por cavalos ou uma parelha de bois. Atingido o final da longa viagem, marcado pelo limite extremo do povoamento, descarregava-se a embarcação, cujas tábuas iriam servir para erguer um abrigo provisório; derrubavam-se as árvores em redor do barraco, deixando para arrancar os tocos mais tarde, e semeava-se um pouco de trigo ou milho na clareira; criavam-se algumas galinhas. No ano seguinte, destocava-se o terreno, ampliava-se o perímetro da clareira, faziam-se melhorias no barraco. Alguns pioneiros vinham logo estabelecer-se nas vizinhanças, ou seja, a uma ou duas milhas de distância. Por toda a parte, de lugar em lugar, sob os machados, a floresta era aberta em mil clareiras, as quais se uniam pouco a pouco, ligadas pelas sendas e atalhos dos lenhadores. Não tardava que algum comerciante esperto abrisse um armazém com uma taverna anexa, onde os pioneiros encontravam os artigos indispensáveis: semente, pólvora, sal, pregos, ferraduras, tecidos. Esboçava-se um começo de vida coletiva, entrava-se em entendimentos para edificar em comum um edifício que funcionasse simultaneamente como escola, templo e tribunal, no dia em que um juiz estivesse de passagem, elegiam os responsáveis para zelar pelos interesses da pequena comunidade. Nascia uma aldeia: aventura emocionante em que a civilização se propagava com uma vitalidade maravilhosa. Esse longínquo pedaço de terra estava desde então ligado ao resto do mundo: uma estrada de ligação, um posto do correio federal, um agente delegado da administração pública e ei-lo incorporado à vida da nação. Aqueles que preferiam a solidão à sociedade dos homens e a aventura individual à

exploração regular já haviam retomado sua marcha e recomeçavam mais adiante uma segunda e uma terceira experiência. Como isso se repetia ano após ano, nasciam assim centenas de novos povoados. Foi esse conjunto de iniciativas de desbravamento em toda uma extensa frente que fez expandir todos os anos o corpo dos Estados Unidos; foi também a soma dessas aventuras individuais que forjou uma nova nação.

Uma nova sociedade

Se o modo de vida tem algum efeito sobre o comportamento, poucas situações se prestariam melhor ao nascimento de um novo tipo de homem: trabalhador esforçado, pronto para brigar, incapaz de ardis, taciturno com efusões bruscas, realista e, no entanto, prenhe de grandes impulsos de idealismo político ou religioso, ele isolou e ampliou alguns dos traços mais típicos do caráter americano. Esses homens rudes eram os herdeiros legítimos dos peregrinos do *Mayflower*, mesmo que os descendentes naturais destes últimos não os reconhecessem e ficassem desconcertados com suas maneiras.

A própria vida religiosa adaptou-se ao modo de vida e ao humor deles: pregadores itinerantes, batistas ou metodistas, visitavam-nos de longe em longe e realizavam reuniões ao ar livre com eles, cujo misticismo primitivo e devoção manifesta escandalizavam os fiéis das Igrejas oficiais quase tanto quanto os viajantes europeus. O Oeste era a terra clássica das campanhas religiosas, o domínio de eleição de todas as seitas, dos mórmons aos adventistas. Essa sociedade nova era igualitária; nenhuma diferença de fortuna, no começo, entre esses homens: filhos de seu trabalho e de suas obras, menosprezavam as superioridades sociais baseadas no nascimento ou na herança; cada homem valia, aos olhos deles, a força de seus braços, sua tenacidade, resistência ou habilidade. O fermento democrático incluído nessa existência iria transformar, pouco a pouco, toda a sociedade americana.

Os novos Estados — Primeiro, em nível local, como o afluxo de imigrantes, a população do Oeste aumentou rapidamente: de 700 mil, no início do século, passou para um milhão em 1810 (recenseamentos decenais), ultrapassou os dois milhões em 1820 e aproximou-se dos três milhões em 1830, comparada a uma população nacional de 12,9 milhões. As condições impostas pela Ordenação de 1787 aos territórios para tornarem-se Estados eram rapidamente preenchidas. Da nebulosa primitiva desprendeu-se um número crescente de Estados. Em 1820 já eram oito: Luisiana (1812), Indiana (1816), Mississípi (1817), Illinois (1818) e Alabama (1819). Esses novos Estados, que não tinham de considerar situações adquiridas nem tradições, e ainda menos de atender a uma classe de proprietários (constituíam tábua rasa do ponto de vista das instituições), outorgavam-se constituições nitidamente democráticas: o sufrágio universal era aí a regra geral (em Ohio, desde 1803). Foram as primeiras sociedades organizadas a fazer essa experiência.

Riscos de desunião e progresso das comunicações — O surgimento desses novos Estados não deixou de apresentar um problema à União e de fazer pesar uma ameaça para sua unidade política e moral: como manter unido um território tão vasto e que não parava de crescer? As distâncias aumentavam de forma incessante, as relações distendiam-se. Numa época em que o passo dos cavalos ainda fixava o comprimento das etapas, alguns desses Estados encontravam-se a semanas de Washington: como podia a administração fazer sentir sua influência e exercer um controle a tais distâncias? O risco de uma secessão de fato não era imaginário. O mesmo problema ocorria nas relações comerciais. E seria muito pior depois de 1848: a Califórnia só poderia comunicar-se com as regiões do Leste pelos istmos da América Central ou pelo cabo Horn. O desenvolvimento dos meios de comunicação — estradas e canais — tornou-se preocupação constante e uma das principais tarefas do governo federal e dos Estados, no sentido de evitar um possível desmembramento. Os Estados do Leste conheceram na dé-

cada de 1820 uma febre de canais, esforçando-se cada um dos grandes portos por atrair para si o tráfego do Oeste: Nova York, Baltimore, Filadélfia. A abertura do canal Erie, em 1825, ligando o vale do Hudson ao lago Erie pela depressão do Mohawk entre Albany e Buffalo, aproximou bruscamente dos portos atlânticos a região dos Grandes Lagos. Nessa circunstância, a unidade americana foi servida pelo progresso técnico: a revolução dos transportes foi, em definitivo, o melhor agente da coesão dos Estados Unidos — a estrada de ferro ontem, o avião hoje. Os meios de comunicação sempre tiveram nos Estados Unidos, em virtude de sua imensidade, mais importância do que em outros países: indispensáveis ao funcionamento normal do Estado, concorreram também para o nascimento de uma consciência comum.

Mas o desenvolvimento do Oeste não comprometia a unidade americana apenas em conseqüência da dilatação do território: submetia-a a uma rude prova pelas dissensões que continha em germe. Num certo sentido, o progresso das comunicações ameaçava até agravá-las: esses lenhadores, esses desbravadores de terras iriam, na convivência mais freqüente, descobrir-se muito diferentes dos advogados e comerciantes da Nova Inglaterra, dos grandes latifundiários da Virgínia, por seus costumes e também por seus interesses. Não era sem relutância que aceitavam a tutela dos banqueiros e negociantes do Leste. Quais seriam as relações entre essa nova América, que, longe de renegar os princípios de 1776, deles extraía todas as conseqüências, e a antiga, ainda que bastante jovem?

A era de Jackson e o impulso democrático — O mal-entendido seria evitado em virtude das instituições. O ardor igualitário dos novos Estados contaminava os Estados mais antigos, que reviam suas constituições a fim de introduzir também nelas disposições mais democráticas, eleição por sufrágio universal para presidente, membros do Congresso, juízes, funcionários locais. Consumaram a separação entre o Estado e as Igrejas. Sobretudo o Oeste pesava cada vez mais no equilíbrio de forças: o centro de gravidade político

deslocou-se em direção a ele. Em novembro de 1828, pela primeira vez, após uma tentativa infrutífera em 1824, o Oeste fez eleger um dos seus para a presidência. A eleição de Jackson interrompeu a série de presidentes virginianos e pôs fim ao monopólio da magistratura suprema pelos antigos Estados. O Oeste reencontrou nele suas qualidades e seus defeitos: energia e brutalidade, fraqueza e obstinação. Sucessivamente agricultor, mestre-escola, advogado, militar, Jackson exerceu todos os ofícios, guerreou contra os índios, perseguiu os espanhóis, jogou os ingleses ao mar e combateu seus adversários políticos com a mesma tenacidade com que enfrentou os inimigos de seu país. Sua eleição foi duplamente simbólica: significava que o Oeste era efetivamente parte integrante da União e atingia finalmente a igualdade de direitos; marcou também uma etapa no caminho da evolução democrática, comparável à eleição de Jefferson. Os dois aspectos estão ligados entre si: foi o avanço rumo ao Oeste que acentuou a evolução democrática. Sob a presidência de Jackson (1829-1837), a sociedade americana desenvolveu suas virtualidades democráticas: abriu-se uma nova era, deflagrou-se uma verdadeira revolução nas instituições que, de liberais, tornaram-se efetivamente democráticas. Foi o quadro dessa transformação, que não se realizou sem efervescência e cuja amplitude surpreende o observador europeu, que Tocqueville traçou em sua *Democracia na América*. Fiel à concepção jeffersoniana da independência dos Estados, Jackson travou luta contra o privilégio do Banco Nacional que, aos olhos do Oeste, encarnava o capitalismo do Leste. Inaugurou, numa escala tão ampla quanto lhe permitia a extensão da administração, o *spoils system*, que contribuiria muito para sua impopularidade na Europa, mas era inteiramente adequado ao princípio democrático, porquanto delegava o exercício das funções administrativas àqueles que tivessem obtido a confiança da maioria. Os Estados acabaram por adaptar suas constituições às novas condições da vida política: por toda parte as oligarquias tradicionais foram despojadas de seus privilégios políticos. A escola e o jornal, esses dois pilares do regime democrático, esteios da ascensão social, conhe-

ceram um desenvolvimento paralelo: graças a eles, o povo estava apto a fazer parte crescente da vida política. Tanto política quanto socialmente, sob a pressão dessa sociedade nova que crescia, os Estados Unidos estavam em condições de se tornarem uma democracia.

Ao mesmo tempo, o país assumia uma consciência mais clara de uma originalidade que se afirmava no mais alto grau. Ele experimentava a democracia efetiva, ao passo que os Estados europeus, mesmo os mais evoluídos, viviam ainda sob um regime estreitamente censitário. A originalidade americana exprimia-se até no domínio do espírito: duas gerações de escritores obrigaram a Europa a rever suas convicção de que os Estados Unidos jamais teriam uma literatura nacional. Após Washington Irving e Fenimore Cooper — cuja reputação se iguala à dos maiores e nos quais se saúda um Walter Scott americano —, Melville, Hawthorne e Poe asseguraram a continuidade. Uma grande revista, a *North American Review*, sustentava a comparação com as revistas britânicas. Emerson elaborou uma doutrina filosófica original, de acordo com o idealismo e o pragmatismo americanos. O unitarismo propôs uma religião, um dogma simplificado. Por toda parte explodia a vitalidade desse povo que não tinha mais motivos para temer a comparação com os demais e podia estar legitimamente orgulhoso de seu êxito em todos os domínios: encontrou o seu próprio caminho, tinha confiança em seu destino e persuadiu-se de poder ir tão longe quanto quisesse.

CAPÍTULO V

A escravatura e a Guerra de Secessão

Divergências entre Norte e Sul — Assim, o desenvolvimento intenso do sistema de comunicações e a evolução democrática da socidade americana trabalharam em conjunto para aproximar os novos Estados dos antigos: uma solidariedade de interesses esboçava-se entre as economias do Estado industrial e as do Oeste agrícola: os costumes e os espíritos harmonizavam-se. Ao mesmo tempo, e quase no mesmo ritmo, o Norte afastava-se do Sul, os vínculos entre eles enfraqueciam e as divergências acentuavam-se. A independência dos Estados Unidos alicerçara-se na associação das colônias das duas regiões; a solidez da União passara a basear-se depois no governo em comum de bostonianos e virginianos. A partir de 1830, um conjunto de causas levou ao questionamento progressivo, em todos os planos, desse entendimento fundamental.

Em primeiro lugar, foi o desenvolvimento econômico da União que fez divergirem o Norte e o Sul. O Nordeste industrializava-se, o Sul permanecia exclusivamente agrícola, mas, em vez de torná-los complementares, tal distinção colocava os respectivos interesses em contradição. A indústria do Nordeste, principalmente a têxtil, essencialmente mecânica, teve seu progresso favorecido pela segunda guerra de independência, que interrompera as correntes comerciais habituais e privara bruscamente o mercado americano dos produtos britânicos. Restabelecida a paz, o Congresso, a pedido dos fabricantes incapazes de lutar contra a concorrência das manufaturas européias, prolongou esse isolamento artificial através de tarifas aduaneiras. Protegida por essas barreiras, periodicamente aumentadas, a indústria da Nova Inglaterra dispôs do monopólio do mercado nacional.

O interesse do Sul tornou-se exatamente contrário, com a expansão da cultura do algodão, que pouco a pouco suplantou as outras; sobretudo depois da invenção da descaroçadora (1793), o algodão invadiu todos os terrenos, dominou a economia. No Sul, tudo passou a subordinar-se a ele. Essa monocultura orientou a economia sulista para o estrangeiro, do qual ela se tornou dependente no mais alto grau: era para os fabricantes do Lancashire que os fazendeiros vendiam o grosso de suas safras de algodão; reciprocamente, estes se supriam na Inglaterra; eram levados a isso com freqüência por cláusulas financeiras: tendo pouca liquidez, vendiam suas colheitas antecipadamente e viviam de adiantamentos por conta concedidos pelos bancos ingleses. De gostos refinados, amando o luxo a que estavam hereditariamente acostumados, preferiam os artigos europeus, cuja qualidade era habitualmente superior à dos fabricantes americanos. De todo modo, o interesse deles residia em manter a concorrência entre produtos europeus e americanos. Outras tantas razões para defenderem o livre comércio e para se enfurecerem ao ver o Congresso anuir aos pedidos dos fabricantes do Nordeste.

A querela e a nulificação — O antagonismo a propósito das tarifas alfandegárias tornou-se tão agudo que foi transposto para o plano constitucional e perturbou momentaneamente a união dos Estados. Houve no Sul homens políticos para indagar seriamente se um Estado, dividido entre a defesa de seus interesses vitais e a obediência à legislação federal, não teria o direito de considerar nulas as disposições que comprometiam sua existência. Calhoun elaborou a teoria da *nulificação*, e a Carolina do Sul, que estaria sempre à testa de todos os movimentos em defesa dos direitos dos Estados, aliou-se a esse modo de pensar. Ressurgia com toda a força a velha controvérsia sobre os direitos respectivos do Estado federal e dos Estados, entre federalistas e republicanos. Calhoun e a Carolina encontraram com quem medir forças: o presidente era Jackson, que se mostrava resolvido a usar de todos os meios para reduzir o Estado dissidente à obediência. Paradoxalmente, o homem a

quem incumbia a tarefa de fazer respeitar a autoridade do governo federal era o herdeiro espiritual desses republicanos tão aferrados aos direitos dos Estados. A firmeza de Jackson foi eficaz: a Carolina não conseguiu arrastar os outros Estados; a gente do Sul não desejava o rompimento; Henry Clay interveio como mediador: estabeleceram-se os termos de um compromisso. O rompimento foi evitado, mas os pontos de vista nem por isso se aproximaram.

A escravatura em questão — Em seguida, o objeto do desacordo muda: de econômico, torna-se social — deixa de ser o regime aduaneiro para passar a ser a escravatura. Os Estados Unidos não tinham a menor responsabilidade pela origem da instituição desta última e quase nenhuma por sua manutenção. Fora uma herança da dominação britânica, do período colonial: o novo governo recebera-a com tudo mais, sob reserva de verificação. A questão da abolição fora apresentada em 1787, mas os constituintes não se reconheceram com o direito de decidir a respeito, sendo a escravatura uma forma de propriedade. Consideraram mais avisado confiar na ação do tempo, esperando que se extinguisse gradualmente. Pensavam ter feito o bastante ao fixar o prazo de vinte anos para a total abolição do tráfico de escravos: o mal estaria assim circunscrito. Sobre esse ponto, o otimismo dos fundadores, confiantes no progresso dos espíritos, foi frustrado: longe de desaparecer por si mesma, a escravatura, apesar da entrada em vigor da abolição do tráfico (1807), tomou um impulso imprevisto; nunca conhecera tal desenvolvimento. Simplesmente, a criação havia substituído a importação. O responsável era ainda o algodão, cuja cultura em áreas sempre crescentes exigia uma mão-de-obra servil e cada vez mais numerosa. Não se acreditava que sua produção, mormente a colheita penosa, sob um sufocante calor úmido, pudesse ser assegurada por trabalhadores brancos. Nas grandes *plantations*, os rebanhos de escravos, rudemente conduzidos por capatazes, começavam a substituir alguns negros que faziam parte da família. A escravatura, ao desenvolver-se, tornava-se ainda mais desumana. Ao mesmo tempo, sua necessidade conferia-lhe uma

aparência de justificação e fazia dela a pedra angular de toda a economia do Sul.

E também de sua ordem social: a *plantation* não podia mais passar sem ela. Sua supressão teria acarretado a fragmentação da propriedade, a ruína material dos fazendeiros e também o desmoronamento dessa sociedade que lhes parecia preservar valores de civilização superiores aos dos ianques. O charme dessa sociedade elegante, hospitaleira, cultivada, dependia da conservação da escravatura. Assim, era por tudo o que lhes era caro — recordações da infância, tradições familiares, costumes sociais — que os sulistas achavam-se vinculados à escravocracia, cuja manutenção significava também a garantia de sua liberdade, o sinal de poderem conservar suas instituições particulares. Paradoxalmente, a perda definitiva da liberdade dos negros tornou-se o símbolo da liberdade do Sul.

A campanha abolicionista — No Norte, a consciência pública começava a sentir-se abalada diante de um estado de coisas que manchava a reputação da União e contradizia os grandes princípios da Constituição. Alguns precursores, em especial os *quakers*, já vinham de longa data fazendo campanha pela abolição da escravatura. Eram, no começo, vozes isoladas, generosas e exaltadas, que denunciavam sem discernimento a crueldade da escravatura: Garrison, Lovejoy, com freqüência indivíduos muito malvistos por seus concidadãos, e vários deles perderam a vida em tumultos de rua. Conquistaram pouco a pouco para suas idéias setores cada vez mais amplos da opinião; as Igrejas intervieram; sobretudo, o movimento aderiu à corrente filantrópica e humanitária que atravessava a sociedade americana e cristalizou em seu proveito as aspirações profundamente idealistas sempre latentes na alma do povo. O problema, por muito tempo considerado secundário — assunto dos Estados do Sul —, eclipsou pouco a pouco todos os outros, até converter-se no problema nacional. A partir da publicação do famoso romance de Harriet Beecher-Stowe, *A cabana de Pai Tomás* (1852), que conheceu um sucesso fulminante tanto nos Estados Unidos como no estrangeiro, nenhum

americano pôde abster-se no debate entre defensores da escravatura e partidários de sua abolição. Trocaram-se argumentos de toda natureza: considerações gerais e dados circunstanciais se entrecruzaram. Os abolicionistas tomaram a iniciativa: sublinharam com veemência a profunda injustiça e a desumanidade de uma instituição que rebaixava seres humanos à condição de coisas, que os vendia em leilão, não levando em conta os laços de casamento, separando os maridos das mulheres, os filhos dos pais, num incitamento permanente à devassidão. Não se compactuaria com o mal: a escravatura devia, pura e simplesmente, ser abolida, e, tanto quanto o tráfico, também a criação de escravos tinha de ser proibida. Conversa de ideólogos, replicavam os anti-abolicionistas, que se entrincheiravam no imperativo econômico. Péssimo argumento: não era uma constante, amplamente comprovada, que o rendimento da mão-de-obra assalariada fosse superior ao da servil? Em último recurso, o argumento supremo dos escravocratas foi o direito dos Estados a pronunciarem-se livremente sobre um problema que só a eles dizia respeito e que afetava seus interesses superiores. Argumento perigoso, porque transferia a controvérsia para o terreno constitucional e colocava em xeque o próprio fundamento da União: faca de dois gumes, porquanto podia muito bem voltar-se contra o Sul, se fosse provado que a escravatura comprometia a liberdade ou os interesses do Norte.

O Oeste tornou-se o objeto da competição — Ora, era precisamente esse o caso. Talvez o debate tivesse podido manter-se no âmbito teórico num país estável, de contornos definidos de longa data, de desenvolvimento tão lento quanto regular: Norte e Sul teriam podido chegar a acordo com base em algumas concessões mútuas. Foi o próprio dinamismo dos Estados Unidos, mormente sua expansão territorial e seu crescimento econômico, que colocou a questão da escravatura no centro da vida política, tornando periodicamente caduco o equilíbrio provisório instaurado à custa de acomodamentos entre Estados livres e Estados escravocratas. Norte e Sul entregaram-se a uma acerba competição

em que o Oeste estava em jogo. O Sul tinha necessidade dessas terras novas para ampliar o reino do algodão, cuja cultura extenuava o solo; colonizou o Arkansas, subiu até o Missouri. Mas a terra nada significava para o Sul sem a faculdade de usar os escravos no cultivo; portanto, daí se originou a campanha sulista para tentar fazer com que esses novos Estados adotassem constituições admitindo a escravatura. Foi então a vez do Norte temer por suas próprias instituições. A introdução da escravatura nos novos Estados seria, em curto prazo, a expulsão dos agricultores livres. Iniciou-se uma corrida de velocidade entre os dois grupos de Estados, cuja meta era a maioria no Senado, onde cada Estado, antigo ou novo, dispunha de duas cadeiras. Disso dependia, para as duas partes, sua existência, seu modo de vida, uma forma de civilização, como também a manutenção e o futuro da União. O Sul lutava com toda a energia que lhe restava, aquela que o desespero inspira nas sociedades que se sentem doravante condenadas pela força dos fatos. A Inglaterra suprimiu a escravatura em suas colônias a partir de 1833, a França fez o mesmo em 1848. A escravatura declinava por toda a superfície do globo. Na Rússia, estudava-se a abolição da servidão.

Os compromissos sucessivos — Mútuas concessões puderam, por um tempo, conciliar os pontos de vista e adiar o conflito. Um primeiro compromisso, o chamado Acordo do Missouri, em 1820, compensou a admissão do Missouri, Estado com escravos, pela do Maine: no futuro, um limite fixado no 36°30' de latitude separaria os dois grupos: a liberdade da servidão. Os poderes cuidavam zelosamente de manter o equilíbrio: os Estados entravam aos pares na União, um Estado livre fazendo contrapeso a um escravocrata e reciprocamente. Mas o crescimento rápido da União transtornou essas sábias combinações: qual seria o *status* dos territórios cedidos pelo México, boa parte dos quais estava situada ao sul do fatídico paralelo? E se esses numerosos Estados proibissem a escravatura, como foi o caso da Califórnia, teria o Sul alguma justificação para impô-la contra a vontade deles? Por outro lado, que fazer dos escravos fugitivos, refugiados no território de Estados livres? O Sul exigia sua restituição; no Norte, a opinião pública, instigada pelos abolicionistas, revoltava-se com semelhante idéia. Novo ajuste em 1850, sugerido de novo por Henry Clay, um conciliador nato, e adotado no Senado após debates patéticos: admissão da Califórnia como Estado livre; restituição dos escravos fugitivos a seus proprietários; supressão do comércio de escravos no distrito federal, onde a presença dos mercados de gado humano insultava permanentemente a majestade do governo federal, o Novo México e Utah decidiram livremente sobre a admissão ou a abolição da escravatura. A trégua durou três anos. Nova transação em 1854, por instigação do senador Douglas: a linha do paralelo 36°30' caducou, e desde então os novos Estados teriam pronunciamento próprio sobre a política a adotar. Era uma aplicação do princípio da soberania dos Estados; era também uma vitória do Sul, que via abrir-se para si a possibilidade de invadir novos territórios. Os dois primeiros territórios a exercer sua escolha foram o Kansas e Nebraska, bem ao norte da antiga linha. Prevendo o resultado da votação, o Sul despejou nesses dois territórios uma leva de imigrantes; o Norte replicou, enviando outra leva de pioneiros.

Essas lutas repercutiram muito além desses dois territórios: em toda a União, tomados de uma crise de consciência nacional que dividia as famílias, os partidos, os próprios cidadãos, os partidos cindiam-se, desagregavam-se, operava-se um realinhamento em função das posições assumidas em relação à escravatura: desacreditados por sua política protelatória, os políticos *whigs* defrontaram a concorrência de uma nova formação política, o Partido Republicano, constituído em 1854. Seu programa: conter a escravatura em seu domínio tradicional, na impossibilidade de sua abolição, e manter a União. Estava decidido a frustar a chantagem da secessão que o Sul praticava cada vez mais abertamente. Por seu lado, os notáveis do Sul encaravam seriamente essa possibilidade, se fosse necessário optar entre a União e a manutenção da escravatura. Caminhava-se de um lado e de outro para a separação. As paixões adensa-

vam-se. O acórdão do Supremo Tribunal no caso Dred Scott (1857), negando ao Congresso o direito de excluir a escravatura dos territórios, revoltou os defensores do Free Soil [Solo Livre]. A lamentável aventura de John Brown e seu desfecho levaram os sentimentos a um paroxismo (1859): John Brown, um exaltado, tentara assaltar o arsenal federal de Harper's Ferry, na Virgínia, para sublevar os escravos. Capturado, foi condenado e enforcado. O Norte, embora não aprovando seu gesto, reverenciou-o como um mártir; o Sul, inquieto com a possibilidade de reedição desses ataques às suas instituições, considerou-se em estado de legítima defesa.

A eleição de Lincoln — Nessas condições, a eleição que devia designar o sucessor do presidente Buchanan, eleito em 1856 com o apoio do Sul, revestia-se de importância capital. A multiplicidade de candidaturas atestava a excepcional gravidade da situação e as profundas divisões dos partidos. O sistema tradicional já não funcionava: quatro candidatos, em vez dos dois concorrentes habituais, disputavam os sufrágios. A convenção democrata, não tendo podido chegar a um acordo consensual, levou os democratas do Sul, que reclamavam uma legislação que protegesse a escravatura, a escolher Breckinridge, ao passo que os do Norte apresentaram a candidatura do senador Douglas, de Illinois, o inspirador do compromisso Kansas-Nebrasca, cujo desejo era contemporizar com o Sul. Essa divisão dos democratas faria o jogo de seus adversários. O jovem Partido Republicano escolheu um advogado de Illinois, Abraham Lincoln, a quem uma veemente campanha eleitoral contra o senador Douglas (1858) tornou repentinamente célebre em todo o país: Douglas fora derrotado, mas a controvérsia contribuíra muito para esclarecer posições. A convenção republicana não poderia ter feito melhor escolha: além de ter suas qualidades pessoais, seu ar de sinceridade, sua força de persuasão, os eleitores do Oeste reconheciam-se nele. Um quarto candidato, Bell, colocara-se entre os pretendentes.

A Secessão — Nenhum dos candidatos obteve a maioria absoluta, mas Lincoln despontou com 40% dos votos. Os dois democratas, Douglas e Breckinridge, somavam entre eles 375 mil votos a mais do que Lincoln, mas a divisão do Partido Democrata abriu a Casa Branca para o candidato republicano. Além da renovação do pessoal político, a eleição de Lincoln iria acarretar as mais graves conseqüências. Sem mesmo esperar a posse do novo presidente, ou que ele definisse suas intenções de governo, a Carolina do Sul, sempre na vanguarda da dissidência, fosse contra Jackson ou Lincoln, considerando que o Norte elegera um homem hostil à escravatura, tomou a iniciativa de sair da União (20 de dezembro de 1860); vários Estados sulistas seguiram-lhe o exemplo. No início de fevereiro de 1861, os delegados de sete Estados, reunidos em Montgomery, no Alabama, constituíram uma nova unidade política — os Estados Confederados — e elegeram um presidente: Jefferson Davis. Quatro outros Estados, após hesitarem entre a fidelidade à União e a solidariedade sulista, aderiram àqueles. A questão da escravatura estava então superada: o que se colocava em jogo era o direito de um Estado de optar pela Secessão, de retomar sua liberdade. Lincoln foi categórico: depois de sua posse, contestou peremptoriamente aos Estados secessionistas o direito de romper unilateralmente o pacto federal. A Secessão ainda não era a guerra: as guarnições federais no Sul abstiveram-se de toda e qualquer provocação. Foi mais uma vez do Sul que partiu a iniciativa: na madrugada de 12 de abril de 1861, a artilharia sulista abriu fogo contra Fort Sumter, a fortaleza federal que defendia o acesso ao porto de Charleston. A guerra foi deflagrada — aquela a que chamamos de Guerra de Secessão —, uma das mais atrozes guerras civis que a História conheceu e também uma das mais longas: ela durará, com a diferença de apenas três dias, quatro anos completos, desde o ataque a Fort Sumter (12 de abril de 1861) até a capitulação de Appomatox (9 de abril de 1865).

A Guerra de Secessão ocupa um lugar excepcionalmente importante na história dos Estados Unidos. O corte que ela efetua nesta divide-a em duas partes quase iguais: não transcorreram muito menos anos desde a nomeação de Washington como comandante supremo até o ataque

a Fort Sumter do que entre a capitulação do general Robert E. Lee e a presidência do general Dwight Eisenhower. Sua importância não consiste apenas em ser um marco de referência. Ela divide efetivamente a história americana em duas épocas: encerra uma era e inaugura uma outra, que duraria pelo menos até a grande crise de 1929, se é que não se prolonga para além dela, ao menos em certos aspectos. A Guerra de Secessão ainda hoje divide os espíritos. Ocupa na consciência nacional um lugar superior até aos episódios da Independência, comparável somente à Revolução de 1789 para a opinião francesa. Tal como essa revolução continua sendo para os franceses um assunto de contradição, a luta do Norte contra o Sul nos Estados Unidos ainda é um tema de discórdia. O Sul evoca com nostalgia as lembranças de seu antigo esplendor; com o distanciamento no tempo, a lenda toma o lugar da verdade histórica; esse período exerce sobre os espíritos, os escritores, os próprios historiadores, um misterioso fascínio.

Norte contra Sul — No início do conflito, a luta não parecia muito igual entre os dois adversários. Eram fiéis à União 23 Estados (em breve 25, com a constituição da Virgínia Ociental e a admissão do Kansas); 11 desligaram-se; 22 milhões de homens no Norte contra 9 milhões no Sul, e mesmo assim incluídos os 3 milhões e meio de escravos negros, cuja presença inspirava o temor de uma rebelião. A comparação de recursos e de sociedades era ainda mais desvantajosa para o Sul: o Norte tinha a seu favor uma economia evoluída, todos os grandes centros industriais, os portos mais ativos, a mais densa rede ferroviária, o sistema bancário mais aperfeiçoado, os recursos financeiros mais consideráveis. Dispunha, sobretudo, dos meios necessários para bloquear as costas do Sul. Os números e a organização prometiam a vitória ao Norte e, no entanto, o Sul retardaria em quatro anos a hora da decisão final: certos dados psicológicos e políticos anularam temporariamente o efeito dos fatores estratégicos e econômicos. O Sul tomara a iniciativa do rompimento; tomou também a das operações. Possuía, mais do que o Norte, o sentimento de combater por sua existência e essa convicção insuflou-lhe uma energia indômita: as disputas partidárias paralisaram o Norte. O Sul, mais do que o Norte, jogava na balança a totalidade de suas forças: estabeleceu o serviço militar obrigatório em 1862; o Norte somente um ano depois, e seu recrutamento comportou grande número de dispensas, ao passo que seu oponente mobilizou todos os homens disponíveis, jovens e velhos. Além disso, o Sul estava mais bem preparado para sustentar uma guerra: como sociedade rural, de estrutura aristocrática, teve mais condições para transformar-se numa socidade militar do que a sociedade urbana, industrial e democrática do rival. Habituados a viver ao ar livre, exercitados nas longas cavalgadas, amando a ação, os sulistas deram naturalmente excelentes soldados, e seus chefes militares eram muito superiores aos dos nortistas. Eles aliavam a iniciativa à disciplina. Desfrutavam também da mal disfarçada simpatia de várias grandes potências. Mas, a longo prazo, essas qualidades não puderam compensar a inferioridade numérica: os sulistas combatiam na proporção de um contra três ou quatro. De ano para ano, o Norte cerrava fileiras em torno do presidente, treinava para a guerra, mandava para a frente efetivos cada vez mais consideráveis. Quando o desequilíbrio se tornasse demasiado flagrante, a guerra estaria ganha.

Por sua duração e amplitude, a Guerra da Secessão prenunciou as grandes guerras do século XX: ela já constituiu uma guerra total, do tipo em que os adversários empenham todos os seus recursos e todas as suas forças. Alinhou efetivos consideráveis — dois milhões de homens para o Norte, entre 700 mil e um milhão para o Sul —, cujo equipamento, abastecimento em material, munições, subsistência, criaram para os estados-maiores e para os governos problemas delicados e mobilizaram todos os recursos da economia. A condução das operações também lembra a Primeira Guerra Mundial; guerra de posição em campo raso, organização do terreno, trincheiras, combates furiosos e prolongados para resultados aparentemente desproporcionais às perdas (a batalha diante de Richmond durou sete dias, a de Gettysburg, três), intensidade dos bombardeios,

amplitude das baixas (mais de 600 mil mortos); no mar, a primeira utilização do navio encouraçado. Foi, enfim, uma guerra de material: o Norte esmagou o Sul sob o número e o peso de seu armamento.

Durante longos meses, as operações marcaram passo, nenhum dos campos logrando alcançar uma vantagem acentuada sobre o outro. As duas capitais, Washington e Richmond, estavam a 200 km uma da outra, nessa planície baixa compreendida entre o Atlântico e os Alleghenies, passando o front entre as duas. Nenhum dos dois exércitos conseguia tomar a capital inimiga. A decisão viria do Oeste. Politicamente, o Sul estava virtualmente condenado, a partir do momento em que não conseguira arrastar o Oeste. Estrategicamente, as tropas da União tornaram-se pouco a pouco senhoras de todo o vale do Mississípi, desde Vicksburg, a grande praça sulista, até Nova Orleans. Em 1864, o exército do Oeste, sob o comando de William Sherman, avançou na direção sudeste, depois para leste, num amplo movimento que envolveu a frente sulista pela retaguarda. Ocupou Atlanta, centro de toda a rede de comunicações do Sul, e atingiu a costa em Savannah. As últimas semanas presenciaram a agonia do Sul. Lee abandonou Richmond, e sua capitulação, a 9 de abril de 1865, marcou o último ato da resistência militar sulista. Não foi o fim de sua resistência psicológica: o Sul, ainda hoje, leva a derrota para o julgamento da História, por intermédio de seus escritores.

A derrota do Sul e a questão do negro — A vitória do Norte resolveu definitivamente a questão, pendente desde a fundação dos Estados Unidos, da hegemonia na União: dos dois modos de vida que aí coexistiam, qual predominaria? A civilização oriunda da Nova Inglaterra — puritana, igualitária e democrática, de predomínio urbano e industrial — triunfou sobre a civilização dos fazendeiros do Sul, aristocrática e rural. A direção da União passou irremediavelmente para o Norte. A democracia levou a melhor, e a evolução iniciada por Jefferson, reatada por Jackson, teria seu prosseguimento com Lincoln.

O Sul não só perdeu sua oportunidade de participar na direção comum, mas foi profundamente atingido e teve grandes dificuldades para recuperar-se do desastre. A guerra desenvolvida em seu próprio solo semeou-o de ruínas; tropas federais ocuparam-no durante anos; governos impostos pelo Norte substituíram os que tinham sido eleitos para tomar em mãos a condução de seus negócios. As conseqüências da guerra, somadas à supressão do trabalho escravo, arruinaram a economia tradicional do Sul e sua aristocracia de proprietários: as grandes *plantations* fragmentaram-se; a mão-de-obra dispersou-se; desfeitas as suas elites dirigentes, uma sociedade morreu. Na ocasião, o problema da escravatura encontrava-se resolvido: em 1863, Lincoln decidiu-se a alforriar os negros dos Estados revoltosos. Mas nem por isso a questão dos negros ficou resolvida: apenas mudou de aspecto. Quase um século depois, os repetidos incidentes suscitados pela candidatura de negros à admissão em universidades do Sul mostram claramente que a Guerra de Secessão, se resolveu brutalmente um conflito, esteve longe de solucionar a questão do negro. Apreciáveis progressos foram, entretanto, recentemente registrados: a decisão do Supremo Tribunal de 17 de maio de 1954, declarando anticonstitucional a segregação escolar, marcou uma etapa decisiva na integração dos negros; o republicano Eisenhower, em Little Rock, o democrata Kennedy, em Oxford (Mississípi), impuseram o respeito à sentença judiciária enviando tropas federais para essas localidades.

A reconstrução — O Sul já não possuía autoridades nem poderes regulares; era preciso preencher esse vazio, reconstituir governos, restabelecer uma vida política e reintegrar os Estados vencidos na União. Tarefa infinitamente delicada, cuja execução uma circunstância inopinada tornou ainda mais difícil: o brusco desaparecimento do presidente Lincoln, assassinado por um fanático, o ator Booth, cinco dias após a capitulação de Appomatox (14 de abril de 1865), num momento em que suas qualidades de inteligência e de coração eram ainda mais indispensáveis para reconciliar os irmãos inimigos e restabelecer a concórdia do que haviam

sido para conduzir o Norte à vitória. Quem sabe, só então pudesse vir a ser avaliada a medida precisa de sua estatura de estadista. Seu sucessor, Andrew Johnson, era um homem bem-intencionado, cuja intenção teria sido a de continuar a política de Lincoln. Mas ele entrou em conflito aberto com o Congresso, que o considerava demasiado fraco em relação ao Sul. A Câmara dos Representantes quis até abrir processo contra ele. Não foi reeleito em 1868: os republicanos mais intransigentes, os radicais, fizeram eleger seu candidato, o general Ulysses Grant, o vencedor do Sul, cujas qualidades políticas estavam muito abaixo de seus talentos militares. Grant foi pessimamente assessorado, e a sucessão de escândalos e falcatruas em que se envolveram membros de seu governo provocaram seu descrédito. Em outros tempos, essa carência do Executivo só teria acarretado pequenos inconvenientes; ao sair da guerra, porém, o desaparecimento de Lincoln, a fraqueza de Johnson e a imperícia de Grant deixaram frente a frente, sem árbitro, vencedores e vencidos. À rivalidade do Norte e do Sul somava-se uma competição de partidos, entre republicanos e democratas, que redundou num ajuste de contas. Os republicanos praticaram a distribuição de cargos públicos entre seus membros, como depois de uma eleição, mas com uma diferença: o sistema foi aplicado em todos os Estados vencidos. Assim, a "reconstrução" foi feita num clima de revanchismo, de ódio e de ressentimento, que deixou traços profundos nas mentalidades e pesou por longo tempo sobre a vida política americana, permanecendo o Sul inabalavelmente fiel aos democratas, até nossos dias, por rancor aos republicanos.

Aceitando sua derrota, a partir de 1865 o Sul reconheceu a abolição da escravatura e admitiu a superioridade da legislação federal sobre a dos Estados: consagração jurídica da vitória militar do Norte. Entretanto, os políticos republicanos entenderam assegurar-se da execução desses princípios e colher os frutos de sua vitória. Uma emenda à Constituição, a 14ª (1866), ao mesmo tempo que declarava nula a dívida dos Estados Confederados, fixou sanções contra os Estados que privariam alguns de seus cidadãos do uso

de seus direitos: por conseguinte, sua representação no Congresso seria reduzida. Por outro lado, todos os deputados ou funcionários que tinham participado na insurreição tiveram retirados seus direitos políticos: não podiam ser membros do Congresso nem ocupar nenhum emprego civil ou militar. Isso significava a exclusão da vida política de todas as personalidades sulistas. Lei de represálias cuja dureza chocou o Sul e criou um vazio que políticos do Norte se apressaram em preencher. Eram aventureiros sem tostão, que, ao chegar, só traziam um pequeno saco de viagem, donde o apelido que ganharam de *carpetbaggers*: eleitos pelos negros analfabetos, aos quais uma outra emenda, a 15ª, concedera o direito de voto, apoiados nas tropas federais que ocupavam o país, eles constituíram governos fictícios, inescrupulosos, tomando, em nome do Sul, compromissos que a população, em seu foro íntimo, repudiava. Esta, que não se reconhecia nesses governos estrangeiros, nascidos da conjunção dos ianques execrados e dos negros desprezados, recorreu aos meios utilizados por todas as populações submetidas a uma ocupação estrangeira ou cuja expressão política natural fosse entravada por um regime de exceção: sociedade secretas (Ku Klux Klan), ações clandestinas, terrorismo dirigido contra os brancos traidores de seu país e de sua raça (*scalawags*), que não temiam ligar seu destino ao dos políticos do Norte, e contra os negros (linchamentos).

Pouco a pouco, o tempo fez sua obra de apaziguamento: o desejo de vingança esfumou-se, as próprias violências dos sulistas acabaram por atrair a atenção da opinião pública do Norte para a situação do Sul. Em 1872, uma lei de anistia anulou a incapacidade política da maioria dos brancos. Portanto, estes reconquistaram, um após outro, seus Estados pelo jogo normal das competições eleitorais: os *carpetbaggers* foram afastados, as tropas federais, retiradas. Em 1874, o Sul voltou a ser senhor de seu destino. A Reconstrução estava terminada.

CAPÍTULO VI

Industrialismo e democracia

O período que começava então e se prolongou, quase sem interrupção considerável, até o prelúdio da grande Depressão (a participação dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial quase não afetou seu desenvolvimento), durante uns sessenta anos, desconcerta o historiador que não mais discerne aí seus pontos de referência ordinários: já não há o frescor idílico dos começos, o heroísmo ou a sabedoria dos tempos de Washington e de Jefferson, tampouco a tragédia da guerra civil. As cores empalideceram. A história perdeu seu interesse: a vida política arrastou-se, sem vigor nem expressão, entre sórdidas rivalidades que só mediocremente afetaram a opinião pública. Onde estavam aqueles grandes impulsos sentimentais ou místicos que a agitavam de tempos em tempos? Busca-se em vão o reflexo desse idealismo que parecia ser constitutivo do espírito americano.

Entretanto, esse período, onde o que tece por toda parte a trama da história se reduz até desaparecer, é precisamente aquele em que a originalidade da história americana mais brilha. É também aquele a que melhor se aplica a interpretação de alguns de seus historiadores (Charles A. Beard) que acreditaram poder reduzir todos os movimentos ao jogo das forças econômicas e às combinações de interesses dos principais grupos da sociedade americana. Tudo estava ordenado em função da busca de lucro; a administração das coisas tinha prioridade sobre o governo das pessoas. Evolução, afinal, em estrita conformidade com a concepção liberal do papel do Estado e da iniciativa individual, rejuvenescida pela filosofia de Spencer e Darwin: na luta pela vida, a seleção natural devia favorecer os melhores para o bem da espécie. Na ordem econômica, o livre jogo da concorrência devia igualmente agir no interesse de todos.

Os fatos principais desse período foram o avanço demográfico consecutivo ao movimento de imigração, a continuação da investida para o Oeste e a ocupação do solo, a industrialização e o desenvolvimento econômico. Nenhum desses fatos afetou diretamente a política, mas todos lhe interessaram indiretamente por seus contragolpes, entre outros, por seus efeitos sobre as estruturas da sociedade que, por sua vez, modificaram o equilíbrio das forças políticas.

A União não tinha esperado que a Reconstrução terminasse para retomar, segundo a metáfora clássica que convém muito bem ao dinamismo desse povo, sua marcha para a frente. A bem dizer, a guerra até que lhe serviu de estímulo; o povoamento, por exemplo, não arrefeceu, tendo o governo federal usado de todos os meios para vincular estreitamente o Oeste aos territórios que permaneceram obedientes a Washington. Foi em plena guerra (1862) que o Congresso adotou o Homestead Act, que outorgava 160 acres de terra a quem os tivesse cultivado durante cinco anos; o liberalismo desse texto imprimiu um novo impulso à imigração e à ocupação do solo. Foi também em plena guerra que se empreenderam as primeiras ferrovias transcontinentais.

O melting pot — O rápido e contínuo aumento da população foi um dos dados fundamentais do desenvolvimento dos Estados Unidos. De 31 milhões, em 1860, nas vésperas da guerra, ela passou para 92 milhões em 1910; portanto, quase triplicou em meio século. A história oferece poucos exemplos de um crescimento tão rápido. Este deveu-se mais à imigração do que ao crescimento natural: o volume de imigrantes aumentou ao ponto de, em certos anos (por exemplo, 1905), atingir o milhão. A cada dia, os Estados Unidos absorviam vários milhares de recém-chegados. Os americanos rejubilaram inicialmente com essa contribuição e felicitaram-se pela excepcional aptidão do país para assimilar esses estrangeiros e fazer deles outros tantos bons cidadãos: exaltou-se o crisol (*melting pot*) americano. Mas, paralelamente ao crescimento numérico, operou-se uma mudança na origem dos recém-chegados: o povoamento setentrional, britânico, escandinavo e germânico, continuou sendo importante em números absolutos, mas perdeu em importância relativa: em 1890, pela primeira vez, entraram nos Estados Unidos tantos latinos e eslavos quanto originários dos países nórdicos. Essa inversão das proporções não ameaçava alterar a composição da sociedade americana? Alguns o temiam e inquietavam-se com o que isso podia significar para a originalidade da civilização e a pureza da raça; preconizavam restrições à imigração. Essas apreensões não constituíam novidade, elas inspiravam periodicamente reações de americanismo e de xenofobia (nativismo, *know nothing**) contra os elementos estrangeiros. Mas o perigo assumiu, em fins do século XIX, proporções que justificaram os alarmes. Entretanto, de momento, os efeitos da imigração continuavam sendo incontestavelmente benéficos: ela fornecia mão-de-obra para a indústria, clientes para a indústria nacional, ocupantes para os territórios ainda vazios; sobretudo, os imigrantes imprimiam flexibilidade e mobilidade à sociedade americana. O êxito surpreendentemente rápido de tantos americanos que partiram da estaca zero e a facilidade das relações sociais foram as conseqüências do afluxo incessante de novos elementos na base da pirâmide social: era como uma corrente ascendente que levantava todo o edifício.

O fim da fronteira — Alimentada permanentemente pelo afluxo de imigrantes vindos da Europa, a investida para o Oeste, que nem mesmo a guerra interrompera, ganhou ainda mais vigor. Atraído pelas facilidades de concessão de terras, depois pela descoberta em várias regiões das Montanhas Rochosas de jazidas metálicas (ouro, prata, cobre), o caudal humano submergiu a grande planície que se estende do Mississípi até as primeiras elevações, e depois foi bater

* *Know nothing* era o apelido dos filiados a um partido político secreto dos Estados Unidos, na década de 1850, cujo programa consistia em manter fora de qualquer cargo público quem não fosse americano nato. Em linguagem coloquial, a expressão significa "estúpido" ou "ignorante". (N. T.)

nas Rochosas. A conclusão das ferrovias transcontinentais, prolongando a revolução dos transportes iniciada quarenta anos antes, secundou a ocupação de novas terras e ligou solidamente as novas povoações aos territórios mais antigos e já organizados. O dia de abril de 1869 em que, em Utah, juntaram-se as duas turmas que tinham partido há vários anos ao encontro uma da outra, foi uma data capital no crescimento da União: afastou os riscos de secessão quase tão eficientemente quanto a derrota dos Confederados e realizou efetivamente a unidade desse vasto continente. Desse momento em diante, não houve deserto nem Rochosas: o espaço foi vencido, os dois oceanos ligados. A resistência indígena desagregou-se: o último dos grandes chefes índios, Touro Sentado, teve de confessar-se vencido; as tribos foram rechaçadas, desarmadas, internadas em reservas, onde elas se deixaram domesticar, conquistadas para a civilização branca ou vencidas por ela. A abertura à colonização da reserva indígena de Oklahoma, em abril de 1889, exatamente vinte anos após a conclusão da primeira estrada de ferro transcontinental, foi um momento mais importante ainda. Constituiu o último ato de uma epopéia de quase quatro séculos que começara no dia em que os primeiros europeus desembarcaram no Continente, a muitos milhares de quilômetros dali: o homem branco tornou-se senhor absoluto de todo o território. As condições de ocupação do solo variaram com as condições naturais: aqui, onde a floresta cobria tudo, ele desmatou, semeou, cultivou; ali, na pradaria, criou gado; ainda mais a Oeste, na montanha, escavou o solo e extraiu minérios. Mas por toda parte introduziu seus modos de atividade e suas preocupações: ele valorizou, explorou, transformou. A civilização da Europa tomou posse da América: a estrada de ferro passou por onde o índio caçava. Era o fim da aventura, o fim da fronteira. Em alguns decênios, todo o Oeste foi explorado, povoado, colonizado, repartido em Estados incorporados à União. Os últimos a ingressar na União foram o Arizona e o Novo México, em 1912. Os Estados Unidos atingiram então sua estatura definitiva.

Expansão econômica e livre iniciativa — Ao mesmo tempo, a economia americana conheceu uma expansão fulminante. Nas vésperas da Guerra de Secessão, mal conseguia eliminar seu atraso em relação à Europa ocidental: a guerra precipitou o movimento. Os Estados Unidos reuniam um conjunto de trunfos pouco comum: variedade e abundância de recursos naturais (descobriu-se nas Rochosas uma grande quantidade de jazidas de minérios; em breve seria o petróleo), extensão do mercado interno, com dimensões continentais, sem alfândegas interiores e protegido por tarifas, afluxo de capitais e de trabalhadores estrangeiros; enfim, as disposições de espírito mais adequadas para tirar partido de todas essas possibilidades. No momento em que o território nacional estava inteiramente reconhecido, a energia e o espírito de iniciativa que tiveram livre curso no Oeste concentravam-se na atividade produtiva. O último decênio do século XIX é tido como aquele que marcou o fim da fronteira; mas a fronteira nada mais fez do que se transferir da agricultura para a indústria, da ocupação do solo para a transformação de produtos e a organização do crédito. O pioneiro não morreu: ele inventou o fonógrafo, fabricou em série as latas de conserva, ou monopolizou o comércio do petróleo. A opinião pública conhecia-o bem e admirava os reis do aço, da carne ou da borracha. Três tipos de homem se destacavam no frontão dessas arquiteturas industriais: o capitalista, o inventor e o filantropo. Aliás, são freqüentemente a mesma pessoa: o inventor que soube tirar proveito de sua descoberta e empregou em seguida com munificência a fortuna adquirida. Neles a sociedade americana honrou o princípio de sua atividade e encontrou a justificação de seu esforço voltado para o lucro. Os próprios assalariados não pensavam em criticar o sistema em vigor e não pediam outra coisa senão receber uma parcela mais substancial de suas vantagens: o sindicalismo americano, cujo surgimento foi relativamente tardio (Knights of Labor, 1869; American Federation of Labor, 1886), diferentemente do movimento operário europeu, não questionava o regime. Ele era quase completamente desprovido de tradições e de preocupações ideológicas: Samuel Gompers, o

animador da AFL, era resolutamente reformista. Tratava-se, de resto, de um sindicalismo de elite, limitado a uma aristocracia profissional de operários qualificados.

Quer isso dizer que a prosperidade econômica não comporta sombras nem vítimas? Esse quadro brilhante tem seu reverso: de longe em longe, alguma crise viria abalar a economia. Mas nunca durou muito tempo, e o movimento para a frente recomeçou ainda com maior vigor, como se o abalo tivesse servido para eliminar os organismos parasitários. A experiência fornece um desmentido mais sério ao postulado liberal que quer que todos extraiam benefício da aplicação ilimitada da concorrência: em diversos domínios, os mais fortes ou mais hábeis apossaram-se do monopólio da fabricação ou do comércio de um dado produto. Ei-los daí em diante aptos a fixar-lhe o preço a seu bel-prazer, sem considerar nada mais do que seu próprio interesse. Ocorria até de a qualidade do produto degenerar ou deixar de oferecer suficientes garantias ao consumidor. Alguns começaram a duvidar dos benefícios absolutos do sistema. Enfim, aqui ou ali, entre as categorias mais desfavorecidas de assalariados, nas profissões mais duras ou mais expostas, sob a direção de líderes mais resolutos, foram deflagrados bruscos movimentos de descontentamento, cuja violência brusca denunciou uma cólera acumulada e fez pressentir uma aspiração favorável a profundas reformas.

A situação no campo — Não foi, porém, dos trabalhadores industriais que partiram as reivindicações mais radicais, mas daqueles que cultivavam a terra: essa aparente anomalia foi um dos traços mais originais da sociedade americana. Desde o século XIX, o campesinato era geralmente considerado na Europa ocidental uma força conservadora, em face das multidões urbanas. Nos Estados Unidos, as cidades eram calmas e o campo turbulento. O radicalismo americano era mais rural do que urbano: isso já fora constatado ao tempo de Jackson; verificou-se igualmente com os presidentes Cleveland e McKinley. Isso deveu-se também ao fato de os *farmers* serem muito diferentes dos camponeses europeus: suas condições em nada se assemelhavam,

a não ser pelo dado de uns e outros viverem da terra. Sua turbulência explicava-se precisamente por suas condições de vida e sua situação econômica, ela própria reflexo e conseqüência da estrutura particular da economia americana.

O camponês europeu (sobretudo no século XIX) cultivava para si mesmo e para os seus: o excedente de que ele podia dispor para venda era apenas uma fração desprezível de sua produção. Pelo contrário, o agricultor americano produzia essencialmente para vender. Se vivia geralmente melhor do que seu homólogo europeu, a necessidade de escoar seus produtos colocou-o na dependência de interesses exteriores, tal como o plantador do Sul em relação aos compradores europeus. O *farmer* dependia dos corretores do mercado de cereais, dos compradores de gado, dos especuladores que jogavam na baixa da Bolsa de Chicago, das companhias ferroviárias que lhe impunham tarifas elevadas para o transporte de seus produtos até os grandes centros consumidores. Impotente para reduzir seus preços de custo, não tinha controle nenhum sobre o estabelecimento dos preços de venda: não tendo onde armazenar sua colheita, pressionado para aceitar o preço, via-se coagido a desfazer-se dos produtos no momento mais desvantajoso para ele, quando as cotações estavam em seu nível mais baixo, e no mais vantajoso para o corretor, que dispunha de meios de armazenagem na expectativa da alta. O mecanismo de fixação dos preços, na medida em que lhe escapava em suas duas pontas, fez com que o *farmer* fosse derrotado de antemão na competição de interesses. Já perdera a esperança de ver a situação recuperar-se a longo prazo, dado que a tendência geral dos preços estava orientada para a baixa, por razões que, algumas delas, extravasavam o quadro do mercado americano. Ora, o preço do que ele comprava não diminuía: protegidos da concorrência estrangeira pelas tarifas alfandegárias, cujos reajustamentos periódicos para cima eram periodicamente obtidos pelos industriais (em 1890, McKinley elevou as tarifas a um nível sem precendente), mantidos pelos entendimentos entre produtores, os preços das ferramentas, das máquinas, dos insumos, dos artigos domésticos permaneciam caros. Melhor dizendo, o

progresso técnico contínuo e o incessante desenvolvimento da maquinaria agrícola levaram o agricultor a despesas crescentes. Ele estava assim dividido entre duas curvas em sentido contrário: a dos preços agrícolas, que declinavam de forma inexorável, e a dos preços industriais, que tendiam a aumentar. A concorrência atuava nos dois sentidos para sua desvantagem. Incapaz de liquidar sua faturas, com pressa de ver de volta o seu dinheiro, dirigia-se aos bancos, que lhe concediam adiantamentos contra hipotecas — mas como poderia ele reembolsá-los? Estava à mercê das circunstâncias atmosféricas: bastava que sobreviesse uma safra ruim para que ele não pudesse pagar os juros de sua dívida e veria, assalariado de sua própria terra, a propriedade desta passar para as mãos do organismo de crédito de que ele era devedor. Assim, a agricultura técnica e economicamente mais evoluída do mundo viu-se paradoxalmente a braços com esse antigo problema do endividamento permanente tão característico das sociedades rurais primitivas.

O radicalismo agrário — Esse marasmo crônico teve conseqüências políticas: os *farmers* irritaram-se por serem párias da sociedade americana e suportarem os ônus da prosperidade geral. O descontentamento deles, que se exprimia em impulsos intermitentes, alimentou os germes de dissensão para a União. Com efeito, verificou-se que a animosidade entre *farmers* e industriais, entre o campo e a cidade, fez-se acompanhar de uma rivalidade regional e de uma competição entre partidos políticos. De fato, as propriedades agrícolas estavam divididas no Oeste, de um lado e outro do Mississípi, dos Alleghenies às Rochosas. As indústrias que vendiam tão caro seus produtos aos *farmers*, os bancos de quem estes eram devedores, as companhias ferroviárias, quase todos tinham suas matrizes no Leste. Portanto, o Oeste sentia-se explorado pelo Leste. A evolução das estruturas e a especialização das atividades produtivas acabaram por reconstituir uma dualidade e por colocar, pelo menos vez por outra, Leste e Oeste face a face, duas Américas cujas relações mútuas lembravam as das metrópoles com suas dependências coloniais. O azedume dos

homens do Oeste era grande: afinal, seus ancestrais ter-se-iam emancipado da colonização britânica, seus pais ou eles próprios teriam abandonado a Europa e seus regimes autoritários, para acabarem caindo sob o jugo dos financistas do Leste?

O descontentamento social, o ressentimento regional prolongaram-se no plano político e procuraram exprimir-se pelo canal partidário. Desde seu estabelecimento, o regime político americano baseou-se na existência de dois e somente dois partidos: após a Guerra de Secessão, os republicanos e os democratas. Estava praticamente excluído que a gente do Oeste votasse nos republicanos. Não por razões de doutrina: em seu conjunto, o papel das considerações ideológicas sempre foi muito fraco na vida política americana e mais ainda nas determinações dos líderes partidários; a preocupação em satisfazer as reivindicações de tal ou tal grupo de interesses era mais imperiosa; disso decorria que a sociedade política americana estivesse mais voltada para a administração das coisas do que para o governo das pessoas. Ora, os republicanos estavam comprometidos com os industriais e os banqueiros do Leste, ou seja, os adversários naturais do Oeste. Também os eleitores do Centro-Oeste acorriam para o Partido Democrata, ao qual procuravam fazer com que adotasse o programa deles.

Insistiam, sobretudo, em dois pontos essenciais. Em primeiro lugar, na redução de tarifas: essa reivindicação era antiga, mas o aumento periódico dos direitos aduaneiros, sob a pressão das indústrias do Leste, tornava-se sempre atual. O bimetalismo era o segundo ponto; tornou-se na década de 1890 o tema principal das lutas políticas: o Leste, em relações comerciais com a Europa, defendia a estabilidade monetária e a manutenção do monometalismo lastreado no ouro. O Oeste fazia campanha a favor do bimetalismo ouro e prata: os Estados das Montanhas Rochosas possuíam minas de prata; sobretudo os proprietários rurais, com o peso de seus votos, pediam uma política de dinheiro abundante e barato. Um surto inflacionário elevaria os preços dos produtos agrícolas e desincharia o montante de suas dívidas. Em torno dessa questão de aparência puramente

técnica, dois sistemas de interesses se chocavam, através de duas concepções da economia. Reencontrar-se-ia uma disposição de forças análoga no momento do *New Deal*. Bryan, o candidato democrata à presidência, em 1896, fez-se o porta-voz das reivindicações do Oeste e desenvolveu uma campanha que ficou célebre em defesa do bimetalismo e da redução de tarifas. Sem êxito: foi derrotado pelo republicano William McKinley.

Os repetidos fracassos dos democratas, bem como a desconfiança, mais ou menos fundada, de que o Partido Democrata só sustentava o ponto de vista dos *farmers* para caçar-lhes os votos, mas sobretudo a aspiração profunda de todos os movimentos de insatisfação agrária exprimindo-se à margem das forças políticas organizadas, acabaram suscitando uma série de movimentos de protesto que, com freqüência, degeneraram em agitação anárquica. Houve primeiro os *greenbackers*: a *greenback*, cédula cujo reverso era de cor verde, foi o papel-moeda emitido pelo governo da União durante a guerra e retirado progressivamente de circulação, a pedido dos banqueiros. Os *farmers*, cujos produtos eram pagos em papel-moeda, tinham de fazer suas compras e quitar seus impostos em espécies metálicas. Por esse motivo eles se insurgiram pelo adiamento da decisão de retirar valor legal ao papel, que deveria entrar em vigor a 1º de janeiro de 1879. Obtiveram momentaneamente ganho de causa. Houve em seguida os *grangers*. As *granges* eram associações de agricultores que estiveram na origem de grande número de instituições técnicas e cooperativas, também levadas a intervir no domínio político: em 1887, obtiveram a criação de uma comissão federal para zelar pela aplicação de tarifas uniformes pelas companhias de estradas de ferro.

O descontentamento do Oeste deu até origem a uma nova formação política, independente dos dois grandes partidos: o Partido Populista que, sem nunca ter posto seriamente em perigo a preponderância daqueles nem conseguido fazer eleger um dos seus para a presidência, obteve grandes êxitos nos Estados do Oeste. Ao mesmo tempo que exprimia uma tendência muito antiga do espírito americano, a mesma que Jackson encarnara, o radicalismo agrário foi um dos componentes de um grande movimento democrático que impôs todo um conjunto de reformas.

O movimento de reformas, sob as presidências de Theodore Roosevelt e de Woodrow Wilson — Essa sociedade ativa, próspera, encerrava, com efeito, fermentos reformistas: o Oeste agrário, o sindicalismo, uma tradição intelectual. Nos primeiros anos do século XX, jornalistas e romancistas, que receberiam o apelido de *muckrakers* (remexedores de lama), atacaram com vigor, em revistas, romances, reportagens jornalísticas, os defeitos do sistema econômico, denunciaram as práticas condenáveis dos industriais, seus meios de pressão: os trustes controlavam os partidos, subjugavam as universidades, domesticavam a imprensa. A democracia corria perigo de morte em virtude das manobras dos "barões-piratas". As campanhas dos *muckrakers* agitaram a opinião pública e reacenderam o movimento reformista que se desenvolveu em duas direções: a econômica e a política. No plano econômico, suscitou uma regulamentação e organismos de controle que vieram temperar a aplicação dos princípios liberais. Já em 1890 o Congresso tinha sancionado uma lei antitruste, o Sherman Act, que limitava severamente o direito à formação de convenções entre industriais do mesmo setor e punha um freio à concentração: mas sua aplicação era delicada; os trustes eram exímios em frustrar os tribunais e a perícia de seus jurisconsultos era inigualável em contornar a lei. Essa legislação não impediu que a US Steel Company agrupasse a maior parte das usinas siderúrgicas em 1901. A luta contra os trustes atingiu uma nova etapa com a chegada à presidência (em sucessão ao presidente McKinley, assassinado por um anarquista) de uma personalidade dinâmica, rubicunda: Theodore Roosevelt. Durante seus dois mandatos presidenciais (1901-1908), endureceu muito a vida dos trustes: instaurou processos contra alguns, acabou com o hábito de colocar tropas federais a serviço deles nos conflitos sociais, ameaçou até Morgan, em conflito com os mineiros em greve, de ordenar a intervenção do Exército e obrigou-o a ceder (1902). Ampliou

consideravelmente o campo de intervenção do poder presidencial: agiu por intermédio do comércio entre Estados, cuja competência a Constituição delega expressamente ao governo federal. Criou um Departamento de Comércio e Trabalho, fez votar uma regulamentação sobre ferrovias, instituiu o controle de produtos alimentares e farmacêuticos (*Pure Food and Drug Act*, 1906). Deu provas, em todos esses domínios, de uma atividade insaciável: proteção dos recursos naturais, luta contra a erosão dos solos. Foi uma maneira de revolução no equilíbrio tradicional dos poderes.

O movimento de reforma desenvolveu-se paralelamente no plano político. Nos Estados do Oeste, onde nasceu, ele inspirou modificações que tendiam todas a colocar as instituições e a vida política mais de acordo com a democracia. Com isso ampliou o controle dos eleitores sobre seus representantes, ampliando-lhes o direito de iniciativa; a prática de distribuição de cargos públicos entre os membros do partido vitorioso (*spoils system*), cujos efeitos sobre o funcionamento da administração se apresentam cada vez mais nefastos com a complexidade crescente dos problemas a resolver, foi atenuada por uma reorganização do Serviço Público: a competência viu serem reconhecidos os seus direitos acima da fidelidade partidária. Em escala municipal, nas grandes cidades, prevaleceram as soluções que se inspiraram na mesma preocupação. O movimento de reformas para uma democracia efetiva alcançou as próprias instituições federais e triunfou com Wilson, eleito em 1912. O Partido Republicano detinha a presidência desde Lincoln: somente Cleveland, por duas vezes (dois mandatos separados pelo retorno de um republicano), tinha interrompido esse longo período de predomínio republicano. A divisão dos republicanos, apresentando-se Theodore Roosevelt contra o presidente cessante, Taft, e arrastando para a dissidência uma parte do eleitorado, permitiu ao candidato democrata reconquistar a Casa Branca por maioria relativa. Woodrow Wilson era um professor universitário que lecionava Ciência Política em Princeton. Seu nome tornar-se-ia no mundo sinônimo do idealismo americano. No plano interno, sua passagem pela presidência assinalou uma retomada do impulso

democrático e uma ampliação da atividade do governo federal: a 16ª emenda, que autorizou o Congresso a estabelecer um imposto de renda federal, garantiu recursos adicionais ao governo de Washington e deslocou a fronteira dos poderes entre os Estados e o Estado (1913); a 17ª emenda, ratificada igualmente em 1913, dispunha que os senadores, designados até então à vontade dos Estados, geralmente pelos legislativos estaduais, seriam daí em diante eleitos por sufrágio universal. A 19ª emenda, adotada nos pós-guerra, estendeu o direito de voto às mulheres (1920). Pela primeira vez, desde longa data, as tarifas aduaneiras foram modificadas para baixo. Uma comissão foi especialmente encarregada de zelar pelo respeito à legislação sobre trustes, reforçada pelo Clayton Act. Para limitar a especulação financeira, o Federal Reserve Act instituiu uma organização federal de crédito: o território dos Estados Unidos foi dividido em doze distritos, em cada um dos quais um estabelecimento federal de crédito assegurava as operações bancárias: um Conselho Federal da Reserva, em Washington, presidia ao conjunto do sistema, do qual se esperava que prevenisse o retorno dessas crises que periodicamente perturbavam a economia dos Estados Unidos. Que caminho percorrido desde o tempo em que Jackson empenhava sua existência política contra as instituições bancárias! Que evolução, também, desde o tempo em que a eleição de Jefferson significou a vitória da interpretação restritiva dos direitos do Estado federal! Entretanto, Jefferson, Jackson, Wilson pertenciam à mesma família política, e todos os três se prevaleceram da mesma tradição filosófica. Mas entre a era de Jackson e a de Wilson a sociedade americana transformara-se profundamente: a industrialização, a concentração financeira fizeram surgir poderosos grupos de interesses, cujas ambições e recursos tornaram necessária a intervenção do poder público. Os mecanismos concebidos pelo liberalismo clássico para reger as relações entre indivíduos já não eram suficientes: foi a fidelidade ao próprio espírito da sociedade liberal que levou a revê-los. O fenômeno não era específico dos Estados Unidos, mas apresentou-se aí mais cedo, com maior agudeza, e a evolução foi ainda mais impressionante.

CAPÍTULO VII

Isolacionismo e imperialismo

Uma outra mudança impôs aos poderes constituídos e à opinião pública uma adaptação também delicada: aquela que, ao fazer dos Estados Unidos uma grande potência, projetou-os no cenário da grande política internacional. Essa transformação foi a conseqüência de seu crescimento interno; foi igualmente a de uma evolução que levou o conjunto do continente americano, por largo tempo situado como que na orla do mundo, para o centro das relações internacionais, com a abertura do Extremo Oriente à penetração ocidental e o despertar da Ásia.

Doutrina Monroe e pan-americanismo — Em matéria de relações exteriores, o sonho dos americanos era tê-las o menos possível: seu distanciamento da Europa, então o centro da política mundial, e a ausência em suas fronteiras de vizinhos capazes de inquietá-los, permitiu-lhes por muito tempo manterem-se fora de complicações diplomáticas. A declaração de Monroe viera fixar precisamente o domínio e as orientações de política exterior dos Estados Unidos: sua política era estritamente continental, mas, dentro desses limites, visava preservar a independência de todo o Continente. Daí em diante, todas as grandes potências que tentaram colocar sob sua influência algum território ou exercer pressão sobre um Estado americano para resolver diretamente um litígio encontraram os Estados Unidos de permeio entre elas e seus interlocutores.

Em 1823, a intervenção norte-americana era ainda mais simbólica do que efetiva, e os Estados Unidos ver-se-iam em apuros para fazer respeitar suas declarações de princípio. Mas, à medida que o século avançava, seu peso aumentava e sua autoridade crescia. Napoleão III só empreendeu a expedição do México porque se beneficiou da Guerra de

Secessão, que paralisara a diplomacia federal; restabelecida a paz, a pressão dos Estados Unidos concorreu para obrigar a França a abandonar seu projeto de criação, na América Central, de um império católico e latino que fizesse contrapeso à potência protestante e anglo-saxônica e erguesse uma barreira contra sua expansão para o sul (1867). Trinta anos depois, a Grã-Bretanha estava em litígio com a Venezuela em torno de uma região limítrofe da Guiana Inglesa: tendo a Venezuela solicitado o apoio dos Estados Unidos, o governo inglês teve de resignar-se, após um momento de mal disfarçada irritação, a admitir a arbitragem do presidente Cleveland. Em 1903, interditaram à Alemanha uma intervenção contra a Venezuela. Entre as grandes potências européias e as débeis repúblicas da América Latina, a intervenção dos Estados Unidos restabelecia o equilíbrio.

Ocasionalmente, os Estados Unidos dedicavam-se também a subtrair outros territórios ao jugo de potências estrangeiras. A iniciativa de Jefferson, comprando a Luisiana, fez escola. Em 1867, o czar Alexandre II procurava desfazer-se do Alasca: os Estados Unidos foram seus compradores pela soma de 7 milhões de dólares; a descoberta ulterior de seus recursos auríferos (1896) justificará retrospectivamente essa aquisição, que fora muito criticada na época.

O governo americano, reatando por sua conta e numa escala mais vasta os projetos de federação americana formados outrora por Simón Bolivar e que ele próprio contribuíra para fazer fracassar, tentou, a partir de 1889, por iniciativa do Secretário de Estado Blaine, coordenar a ação das repúblicas americanas e dar ao Continente uma relativa unidade. Daí em diante, conferências periódicas reuniriam os ministros de todos os Estados americanos; comissões especializadas examinaram as possibilidades de unificação dos sistemas de pesos e medidas, das moedas; estudaram-se os meios de tradução em decisões práticas dos princípios do pan-americanismo. Mas o balanço desses encontros e conversações foi fraco: a potência dos Estados Unidos tornou-se forte demais para não sobressaltar a suscetibilidade de alguns vizinhos. Uma colaboração em pé de igualdade era quase inconcebível entre a grande República e as pequenas nações ao

sul do rio Grande; elas desconfiavam de que o interesse tardio dos Estados Unidos pelo pan-americanismo não passasse de um meio indireto de impor sua hegemonia a todo o Continente.

O nascimento do imperialismo norte-americano — Temor tanto mais justificado, porquanto, na mesma época — o último decênio do século XIX —, afirmava-se um começo de imperialismo norte-americano, distinto das preocupações de grandeza nacional, que tinham inspirado até então a conduta do país, e singularmente mais ousado. Os homens de negócio americanos começaram a lançar seus olhares para além dos limites do mercado nacional: voltaram suas vistas para os mercados de matérias-primas, cobiçaram mercados para a colocação de seus produtos. Certos grupos de interesses particularmente poderosos e bem organizados exerceram pressão eficaz sobre o Congresso e a Administração para que prevalecesse uma política ativa. McKinley foi ativamente sustentado por esses *lobbies*. Foi precisamente o momento em que o capitalismo norte-americano em plena ascensão, muito pouco afetado por crises, mudou de posição e adotou novas dimensões e estruturas: a ambição chegou simultaneamente com os meios. Os trustes que controlavam a imprensa prepararam e amoldaram a opinião pública, que não pedia outra coisa senão ser convencida de que incumbia aos Estados Unidos a missão civilizadora ditada por sua superioridade moral: o idealismo inerente ao caráter nacional americano transferia-se para o imperialismo e fornecia-lhe uma justificação. Alfred T. Mahan formulou a teoria da supremacia marítima e insistiu sobre a importância estratégica das bases navais. O fim da fronteira tornou disponíveis as energias que a expansão para o Oeste tinha absorvido. A nação, transbordante de vitalidade, inebriada de dinamismo e excitada por seus êxitos, aspirava a grandes empreendimentos.

Até mesmo o anticolonialismo tradicional veio engrossar a corrente: nas vizinhanças dos Estados Unidos, a Espanha mantinha uma dominação mal aceita sobre a grande ilha de Cuba, sacudida por agitação crônica. O governo

americano, sem procurar o conflito, aproveitou a ocasião que se lhe apresentou: um encouraçado americano, ancorado em Havana, foi destruído por uma explosão cujas causas nunca foram esclarecidas (fevereiro de 1898). Era tentador responsabilizar a Espanha pelo sinistro. Após um ultimato, e embora a Espanha se declarasse pronta a aceitar as exigências americanas, os Estados Unidos entraram em guerra. O Exército e a Marinha federais obtiveram vitórias fáceis em terra e no mar: em poucos meses, as esquadras espanholas foram aniquiladas ao largo de Manila e de Santiago; Cuba e Porto Rico, ocupados. A França interveio: a Espanha cedeu Cuba, à qual os Estados Unidos deram logo a independência, Porto Rico e, por 20 milhões de dólares, as Filipinas.

O evento teve uma repercussão enorme, que sua importância justificava amplamente: era o fim da epopéia colonial da Espanha, que assim perdia os últimos vestígios de seu império ultramarino; era também a primeira derrota da Europa e a vitória do Novo Mundo sobre o Antigo; era, enfim, para os Estados Unidos, seu começo de potência colonial. Eles possuíam, desde 1878, uma dependência nas ilhas Samoa, em participação com a Inglaterra e a Alemanha, mas uma coisa era interessar-se, como tinham se interessado até então, pelos países das margens do Pacífico, mormente pelo Japão, para fazê-los abrirem-se ao comércio, e outra era apossar-se dos despojos de uma antiga potência colonial. Daí em diante, o campo de ação dos Estados Unidos estendeu-se muito além do hemisfério ocidental.

As intervenções na política mundial — Com Theodore Roosevelt, o sucessor do presidente McKinley, a política externa americana transpôs uma nova etapa: tornou-se mundial. O presidente multiplicou as iniciativas e as intervenções: a recomendação de Washington, o compromisso de Monroe de manter-se à margem dos assuntos europeus, foram esquecidos. Roosevelt fez-se representar na conferência de Algeciras para solucionar o litígio franco-alemão sobre o Marrocos (1906); esteve igualmente presente na Conferência de Paz em Haia, em 1907; propôs sua mediação

à Rússia e ao Japão, e foi nos Estados Unidos que se assinou o tratado que pôs fim à guerra russo-japonesa. Embora lisonjeira para o amor-próprio nacional, essa rápida ampliação das responsabilidades internacionais dos Estados Unidos foi prematura: não levava em consideração o profundo apego do povo americano à neutralidade, um sentimento que em breve teria ocasião de manifestar-se. Quando foi deflagrada a guerra na Europa, o povo norte-americano foi unânime em sua vontade de ficar fora do conflito. Seriam necessários 32 meses e uma convergência de causas para que os Estados Unidos passassem da neutralidade à beligerância: a salvaguarda das somas emprestadas aos Aliados pelos grandes bancos americanos, a defesa dos direitos dos neutros, comprometidos pelo modo como a Alemanha conduzia a guerra submarina, as inquietações suscitadas pelas intrigas alemãs na América Central, as simpatias tradicionais pela França e a Inglaterra, o idealismo generoso dos Estados Unidos, sua fidelidade inquebrantável às instituições democráticas, participaram, em graus difíceis de avaliar, no movimento que levou o Congresso, em 4 de abril de 1917, a declarar guerra à Alemanha.

Os Estados Unidos não estavam preparados para enfrentar a potência militar alemã: desprovidos de tradições militares, apesar da guerra do México, da Guerra de Secessão e da guerra contra a Espanha, não dispunham praticamente de exército permanente e ignoravam o serviço militar obrigatório. Mas seu espírito de iniciativa e seu gênio organizador aplicados à condução da guerra fariam prodígios. Seus imensos recursos foram mobilizados, o governo foi dotado de poderes excepcionais, e a guerra ajudou a acentuar ainda mais a transferência de poderio dos Estados para o Estado federal e do Congresso para o Executivo. Milhões de homens foram alistados, centenas de milhares enviados à França. No prazo de um ano, dezenove divisões estavam prontas para entrar em combate. No verão de 1918, sob o comando do general Pershing, as tropas que formavam o corpo expedicionário americano receberam seu batismo de fogo e iniciaram suas primeiras ofensivas em Saint-Michel e em Argonne. A guerra terminou cedo demais para

que as tropas americanas tenham podido desempenhar nela um papel decisivo. Mas o governo dos Estados Unidos, na pessoa de seu presidente, teve uma participação decisiva nas negociações de paz. Em janeiro de 1918, Wilson tinha enunciado os objetivos da guerra e as condições de paz dos Aliados: esse programa em catorze pontos seduzira a opinião pública européia por sua nitidez e a generosidade de seus pontos de vista. Uma vez mais, o idealismo americano propunha um rosto para a esperança dos homens. Multidões entusiásticas acolheram Wilson, chegado à Europa a fim de participar da Conferência de Paz: discussão laboriosa em que a intransigência de princípios teve de se harmonizar com as situações de fato, em que Wilson se viu freqüentemente em desacordo com Lloyd George e Clemenceau. O resultado dessas negociações, bastante distanciado dos catorze pontos, só lhe agradaria pela metade.

A volta ao isolacionismo — Uma outra contrariedade o esperava em seu regresso: seus adversários políticos aproveitaram-se de sua ausência; os republicanos tinham recuperado em 1918 a maioria no Congresso; ele próprio perdera o contato com a opinião pública; os defensores da Constituição denunciaram o crescimento constante dos poderes do Executivo; o Senado, que só a muito custo perdoava ao presidente suas iniciativas e cuja anuência era indispensável em matéria de política externa, felicíssimo por fazer sentir seu poder, recusou-se a ratificar o tratado de Versalhes (novembro de 1919). O homem que durante oito anos governara os Estados Unidos e simbolizara a vontade de reforma e a vontade de paz da nação teve um triste final de vida; seu candidato foi derrotado nas eleições de 1920. Assim, os Estados Unidos iriam ficar fora dessa Liga das Nações que seu representante contribuíra tanto para fundar. A recusa do Senado acentuava a vontade de limitar a autoridade presidencial, talvez de pôr fim às experiências reformistas: era também uma condenação global de toda a política externa dos últimos presidentes e exprimia o desejo do país de voltar à antiga tradição de estrita neutralidade. Triunfou o isolacionismo. A vitória dos republicanos em

1920 significou também a importância crescente das populações do Centro-Oeste, que não queriam ter nada em comum com a velha Europa. Trazia em seu bojo o germe das leis restritivas à imigração votadas em 1921 e 1924. A América fechou-se sobre si mesma e, uma vez superada a pequena crise de adaptação que se seguiu ao fim da guerra, decidiu consagrar-se exclusivamente à busca da felicidade e da prosperidade.

Americanismo e prosperity *(1920-1929)* — A vitória republicana de 1920 teve assim alcance maior do que o de uma simples inversão de maioria: não foi um mero acidente de política interna, mas o fim de um capítulo. Embora sua participação nos assuntos internacionais lhes tenha valido, feitas as contas, mais vantagens do que prejuízos, os Estados Unidos entenderam de não se deixar arrastar mais para as querelas do Velho Mundo que, vistas do outro lado do Atlântico, pareciam-lhes absurdas brigas de família. Além disso, tomar partido nessas discórdias não deixava de envolver um certo risco para a unidade moral do povo americano: não era este composto de descendentes de todas essas nações da Europa? A presença de um forte núcleo de germano-americanos causara não poucas inquietações durante a guerra contra a Alemanha. Portanto, a composição da população americana, tanto quanto seus interesses, impunham o retorno a uma estrita neutralidade. Por diversas vezes, a legislação reforçaria as precauções destinadas a impedir a renovação das surpresas que, em 1917, tinham arrastado os Estados Unidos para a guerra.

Mais do que isso: eles voltaram resolutamente as costas à Europa e empenharam-se em reduzir ao mínimo suas relações com ela. Ao impulso entusiástico da intervenção sucederam depressa a retirada e a decepção: só extraíram dela motivos de desventura. A paz frustrou seu idealismo; a má vontade dos Aliados em liquidar suas dívidas feria a concepção americana de honestidade comercial. Em todos os domínios, os Estados Unidos fecharam-se em si mesmos e levantaram barricadas à sua volta. Fazendo jus, pela primeira vez, ao ponto de vista de espíritos inquietos que temiam

ver os americanos com "hífen" superarem numericamente os verdadeiros americanos, o Congresso estabeleceu restrições rigorosas à admissão de novos imigrantes: até então, somente os asiáticos, por quem os Estados da costa do Pacífico temiam ser invadidos, tinham sido objeto de medidas dessa ordem. A lei de 1924, agravando as disposições da de 1921, estabelecia cotas: cada país europeu viu limitado o contingente de seus nacionais admitidos em 3% do número fixado em 1890, o último ano em que elementos provenientes dos países nórdicos superaram os eslavos e os latinos. O Estado mais liberal do mundo no tocante à circulação das pessoas converteu-se num daqueles de mais difícil acesso. De cerca de um milhão, o número médio anual de imigrantes caiu para uns cem mil. A América acreditava ter salvo sua civilização; patrões e operários felicitavam-se por terem afastado agitadores e concorrentes no mercado de trabalho. Mas os Estados Unidos, talvez sem se aperceberem disso, secaram uma das fontes de sua espantosa prosperidade.

Tendo por largo tempo acolhido os homens, os Estados Unidos nunca deram o mesmo acolhimento aos produtos da Europa: o protecionismo alfandegário foi ainda reforçado pela administração republicana. O país fechou-se também às idéias, às teorias consideradas subversivas, a tudo o que pudesse contaminar os espíritos e alterar o regime ou o sistema de vida. Uma certa tradição política e moral, imbuída da superioridade da América, severa para o inconformismo, xenófoba e até racista, aquela que inspirara a votação da Lei do Estrangeiro (Alien Bill) na administração John Adams, o movimento nativista, o do Know-Nothing e o Ku Klux Klan, ressurgiu das profundezas da nação e fez a lei. Não era muito saudável ser estrangeiro ou professar opiniões heterodoxas: dois infelizes anarquistas italianos, Sacco e Vanzetti, suspeitos de um crime que obstinadamente negaram, foram enviados para a cadeira elétrica em 1927, após anos de espera; a execução deles suscitou na Europa uma onda de indignação que anunciou o alvoroço provocado mais tarde pelo caso Rosenberg. A Legião Americana denunciou infiltrações comunistas. A América protestante

desconfiava dos papistas, o catolicismo fez Alfred Smith, o candidato democrata nas eleições de 1928, perder uma parte dos votos do Sul e concorrer para o sucesso de seu adversário republicano, Herbert Hoover. A América puritana das seitas e das ligas de temperança traduzia sua preocupação de moralidade através de disposições legais: uma 18ª emenda à Constituição proibiu a fabricação, o comércio e o consumo de qualquer bebida alcoólica, mesmo as de teor mínimo de álcool em todo o território dos Estados Unidos (1919). A fraude suscitou um gigantesco tráfico cuja amplitude só foi igualada pela do dispositivo policial destinado a reprimi-la: as lutas entre *bootleggers* (contrabandistas de bebidas alcoólicas) e policiais alimentavam os noticiários jornalísticos, e o regime da Lei Seca propagou a imagem de uma América puritana, hipócrita e conformista.

Essas tendências de raiz exprimiam-se, na ordem política, pelas repetidas vitórias do Partido Republicano. No sistema partidário americano, os republicanos encarnavam mais, de fato, o conjunto das velhas qualidades morais e intelectuais, as tendências boas e más que constituíam como que um capital de fundo tipicamente americano; votar nos republicanos constituía um diploma de antigüidade, ao passo que os recém-chegados mostravam aberta preferência pelos democratas. Três republicanos se sucederam em dez anos na Casa Branca: Harding, que morreu subitamente (agosto de 1923) e em torno de quem certos escândalos tinham criado uma reputação que lembrava incomodamente os tempos de Grant; seu vice-presidente Coolidge, reeleito em 1924; e Hoover, eleito em 1928 contra Smith. Herbert Hoover era um *self made man*, que fizera rapidamente fortuna, um técnico que gozava da reputação de administrador proficiente. Sua personalidade era eminentemente representativa de certos traços e qualidades do caráter americano. Suas aptidões qualificavam-no para presidir aos destinos de uma sociedade técnica.

Com efeito, se, depois de 1920, os Estados Unidos pareciam voltar-se para seu passado e querer suspender o movimento da História, pelo menos num domínio, o da economia, eles esforçavam-se por apressar o passo e faziam tudo

por levar a dianteira no curso das coisas. A Primeira Guerra precipitara o movimento natural de sua expansão: a necessidade de prover às necessidades dos Aliados, bem como de equipar adequadamente seu próprio exército, tinha estimulado a industrialização. Sua posição financeira invertera-se: de devedores, os Estados Unidos tinham-se tornado credores, não tendo os governos europeus outra alternativa senão liquidar seus investimentos e contrair empréstimos. Todo o país se empenhou com ardor na corrida para a prosperidade. Os métodos americanos, normalização, standardização, taylorização, as estruturas de sua economia, concentração, especialização, somaram seus efeitos, os quais se engendraram por um desses processos cumulativos próprios dos desenvolvimentos econômicos. O crédito multiplicou-se ao infinito. As opiniões de Henry Ford sobre a remuneração do trabalho, que começavam a prevalecer, modificaram totalmente as relações patronais com os assalariados: o aumento dos salários, longe de ser nocivo à empresa, era de seu interesse: aumentava o poder de compra e fazia de cada operário um consumidor. A elevação regular do nível de vida ampliou assim continuamente o mercado e dissimulou as conseqüências da suspensão da imigração: o *big business* prosperou e, com ele, todos os americanos. Os novos setores da indústria em particular, o automóvel, o cinema, estavam à testa do movimento. A administração aplicava sem muito zelo a legislação antitruste. Os republicanos estavam, assim, de acordo, simultaneamente, com sua ortodoxia liberal e com a opinião pública, que via na prosperidade a recompensa e o efeito do liberalismo. A política apagou-se diante do econômico: a deflação, a redução orçamentária, as reduções fiscais, a supressão de todos os controles governamentais facilitaram a expansão. Isolacionismo e liberalismo constituíam os dois princípios fundamentais da administração republicana. Uma prosperidade fabulosa veio demonstrar a correção dessa política.

Na verdade, algumas sombras manchavam o brilho desse quadro: a extração carbonífera e as indústrias têxteis permaneciam muito atrás dos setores mais prósperos. A agricultura, sobretudo, não participava na euforia geral: numa

economia em ascensão, as cotações dos produtos agrícolas mantinham-se estacionárias, e muitos *farmers*, incapazes de saldar suas hipotecas, tinham-se tornado empregados de algum banco em suas próprias terras ou partido em busca de trabalho em outros lugares. A questão racial tampouco deixava de ser preocupante: com o desenvolvimento das indústrias de guerra, que tinham atraído para o Norte uma abundante mão-de-obra negra oriunda dos Estados sulistas, o problema apresentava-se agora na totalidade dos Estados Unidos. Mas todas essas nuvens negras passavam despercebidas em face dos êxitos e, em qualquer caso, não chegavam a perturbar o otimismo geral. A legitimidade das instituições políticas, a excelência do sistema econômico e a superioridade do *American way of life* eram artigos de fé. Aliás, a continuidade da prosperidade, o aumento regular da renda nacional, a elevação indefinida do nível de vida, não tinham peso de prova?

CAPÍTULO VIII

O New Deal e a responsabilidade mundial

Ora, eis que dois fatos, igualmente imprevisíveis no momento em que os Estados Unidos elegeram Herbert Hoover, vieram desmentir, cada um por seu lado, os dois princípios básicos da política republicana — o liberalismo em economia e o isolacionismo nas relações exteriores — e abalar a confiança nos próprios fundamentos da sociedade americana. Um era de ordem econômica e destruía a prosperidade: a Grande Depressão de 1929; o outro era exterior aos Estados Unidos e ameaçava sua segurança: a ascensão dos regimes totalitários e o êxito crescente de suas iniciativas de dominação do mundo. O primeiro teve por efeito o abandono do liberalismo e a experiência do *New Deal*; o outro fez caducar a tradição de neutralidade e arrastou os Estados Unidos para um novo conflito mundial, no qual assumiram responsabilidades muito mais extensas do que em 1917. As duas evoluções tiveram por conseqüência comum uma ampliação considerável dos poderes do Executivo federal. À testa dessas grandes transformações estava um dos maiores presidentes que os Estados Unidos conheceram até hoje: Franklin Delano Roosevelt.

A grande crise — Tudo começou com um simples acidente da conjuntura bolsista. A 21 de outubro de 1929, no Wall Street, vários milhões de títulos foram propostos sem encontrar comprador. A 23, foram postos em venda 6 milhões de títulos. A 24, a baixa acentuou-se; cerca de 13 milhões de títulos foram lançados no mercado, os quais dificilmente encontrariam tomador. O aparelho que transmitia as cotações, o *ticker*, estava congestionado e funcionava com um atraso de quatro horas. Com uma alternância

de altos e baixos, a queda prosseguiu inexoravelmente; a 29, eram mais de 16 milhões de títulos que se abatiam sobre o mercado. Em dez dias, os "dez dias negros", dezenas de milhões de títulos mudaram de mãos, perdendo de 30% a 40% do seu valor, por vezes até 50%, e o valor global das ações cotadas no Wall Street, estimado em 89 bilhões de dólares em 1º de setembro, tinha caído para 71 bilhões, ou seja, com uma depreciação global de 20%. A clientela inquietava-se, mas sem excessos: que vantagem havia em afobar-se? A história financeira dos Estados Unidos já tinha conhecido outras crises. No final de outubro, as cotações reencontraram seu nível do começo do ano. Foi apenas uma daquelas pequenas crises indispensáveis ao saneamento do mercado.

O raciocínio pecava por excesso de confiança. Reduzir o desabamento das cotações a um puro acidente bolsista era minimizar o lugar do crédito na economia americana. Tudo baseava-se nele; o crédito era o princípio de tudo, tanto do consumo quanto da produção; a própria agricultura, como já vimos, dele dependia em grande parte. Foi também o ponto mais vulnerável. Para uma economia tão ligada ao crédito, uma crise financeira era como uma parada cardíaca: se o coração falhasse, a circulação ficaria comprometida em todo esse grande corpo. As empresas, industriais ou comerciais, viam sua tesouraria secar; os bancos, incapazes de satisfazer a toda a demanda, quebraram uns após outros, arrastando por sua vez para a falência numerosas empresas. Aquelas que não fecharam as portas diminuíram sua atividade e demitiram parte do pessoal: eram outros tantos compradores a menos. Os estoques acumularam-se, o dinheiro custava a reentrar; logo, novas falências. Por um encadeamento inexorável, todos os mecanismos econômicos que concorriam num dia para a crescente prosperidade atuavam no outro em sentido inverso: era um ciclo infernal. A diminuição de atividade acarretou o desemprego: o desemprego reduziu a atividade, cada um restringindo à força ou por precaução suas compras. O desemprego alastrou-se: 3 milhões, seis meses mais tarde; 4, ao fim de um ano; 7, após dois anos; 11, em outubro de 1932, ou seja,

10% da população total e mais de uma quarta parte da população ativa. A produção industrial caiu então abaixo da metade de seu nível de 1929.

Inicialmente, a situação foi encarada com otimismo: era impossível que ela se prolongasse. Era o que assegurava o presidente Hoover, que se esforçava por tranqüilizar seus concidadãos: "A prosperidade espera-os na esquina da rua", prognóstico também de quase todos os especialistas. Mas logo foi preciso render-se à evidência: a crise prosseguia, a baixa prolongava-se, o marasmo instalava-se. Aquela não era decididamente uma crise como as outras, e a opinião pública americana, em sua confusão e em sua perplexidade, começou a duvidar de que pudesse entrever uma saída. Uma tal crise, que atingia todas as estruturas da economia e abalava a sociedade americana em seus alicerces, não teria sido conseqüência de sua organização? Talvez fosse esse o efeito mais grave da depressão: a crise moral que engendrou. Os americanos perdiam, pela primeira vez, sua confiança no dogma da livre iniciativa, nas virtudes da iniciativa privada e na solidez dos pressupostos liberais. O otimismo que inspirava a experiência americana e que de seu êxito extraía sua própria justificação foi duramente atingido: a dúvida crescia. A nação americana atravessava uma crise de confiança, a mais grave de sua história, a qual deixaria recordações duradouras. Vinte anos seriam necessários, senão para apagá-las inteiramente, pelo menos para atenuá-las: o tempo, para a geração que vivêu a crise, de ser substituída pela seguinte.

Vinte anos foi também o período de duração da administração democrata (1933-1953). Com efeito, a depressão acarretou também conseqüências políticas: os republicanos deram prova de uma total impotência para compreender a situação e remediá-la; foram atacados acerbamente por sua inação. Desacreditado por seus prognósticos otimistas que os fatos se encarregavam em seguida de desmentir, o infeliz presidente Hoover reapresentou-se às eleições de novembro de 1932 sem ilusões. A situação era catastrófica, a curva estava em seu ponto mais baixo: 12 milhões de desempregados, o índice da produção industrial em 48,7 (100

em 1929), as cotações do trigo e do algodão em um terço de seu nível de 1929. Uma vitória dos democratas estava na lógica das coisas: eles já dispunham da maioria na Câmara dos Representantes desde novembro de 1930. Que mais não fosse para mudar, os eleitores teriam votado no primeiro que aparecesse.

Franklin Roosevelt — Acontece que o candidato democrata estava muito longe de ser o primeiro que aparecesse. Essa foi a sorte do Partido Democrata, também da república norte-americana e, sem dúvida, do mundo livre — a de encontrar nesse momento crucial uma personalidade de primeiríssimo plano. Franklin Delano Roosevelt reunia um conjunto de dotes próprios para seduzir o eleitor: um sorriso eminentemente fotogênico, uma voz persuasiva (foi a primeira campanha eleitoral com intervenção do rádio), uma força de caráter que lhe fizera suportar e até mesmo superar parcialmente a doença que o atingiu (a poliomielite), o nome que ostentava (Theodore era seu primo), sua experiência em negócios públicos: tinha sido sub-secretário da Marinha durante a Primeira Guerra Mundial e governador do Estado de Nova York, um daqueles que desempenham um papel decisivo na designação do Presidente. Seu êxito, assegurado de todas as maneiras, assumiu uma amplitude sem precedentes: obteve a maioria em 42 dos 48 Estados, alguns dos quais quase sempre haviam votado nos candidatos republicanos, e arrebatou cerca de 23 milhões de votos contra menos de 16 milhões dados a seu concorrente. Raras vezes um presidente dispusera, ao assumir o poder, de semelhante capital de confiança.

A vitória dos democratas — O gênio político de Roosevelt seria o de transformar esse êxito de circunstância num triunfo duradouro e o de obter a adesão passageira dos eleitores num sólido apoio ao Partido Democrata. Uma fração importante do eleitorado americano é, com efeito, instável, e seu voto flutuante decide com freqüência a disputa entre republicanos e democratas. Desde 1865, o Partido Republicano assegurara-se da maioria: Wilson só conseguira tornar-se presidente em virtude de uma cisão dos republicanos. A crise reconduziu os democratas à Casa Branca. Roosevelt aí os manteria por vinte anos. A relação de forças entre os dois partidos inverteu-se.

Acidentalmente, a crise reaproximou vários grupos de tradições e interesses distintos, que as circunstâncias, a evolução da situação e a habilidade política de Roosevelt, chefe de partido tanto quanto chefe de Estado, manteriam estreitamente unidos. Havia, em primeiro lugar, o Sul, o *solid South*, assim chamado em virtude de sua indefectível fidelidade ao partido: no interior da coalizão democrata, era um elemento conservador, mesmo reacionário, deliberadamente racista e veementemente oposto a toda igualdade efetiva de direitos entre brancos e negros. O que não impedia os eleitores negros, pelo menos aqueles que exerciam seus direitos políticos, uma minoria, de votar também pelos democratas. Os *farmers* formavam um outro grupo, o qual estava grato à administração democrata por tê-lo tirado de uma situação desastrosa: a desvalorização do dólar e a política inflacionária reabsorveram as dívidas deles, ao passo que as medidas de sustentação dos preços agrícolas os protegeram das flutuações econômicas. Razões semelhantes ligavam o operariado industrial aos democratas: além da redução do desemprego, os sindicatos mostravam-se satisfeitos com a administração que os chamara a colaborar na preparação de algumas de suas decisões. O sindicalismo realizou grandes progressos sob a presidência de Roosevelt: constituída na base do profissional qualificado, a velha American Federation of Labor (AFL) passou a ter a concorrência de uma organização mais dinâmica, o Congress of Industrial Organization (CIO), que enquadrava por federações de indústria as categorias profissionais que não interessavam à aristocracia do trabalho (1936). A competição entre as duas centrais sindicais era proveitosa para o mundo do trabalho, as filiações contavam-se por milhões. O interesse dos sindicatos foi despertado para as questões políticas: eles empreenderam a educação de seus adeptos. Os americanos novos, os imigrados recentes, ou aqueles que eram mais difíceis de assimilar-se, porque conservavam suas particula-

ridades, ou porque suas origens os distanciavam mais da herança anglo-saxônica, também votavam nos democratas: os irlandeses, os italianos, os eslavos, a maioria dos católicos, os judeus, todas as minorias étnicas. Por isso Nova York, a maior cidade judia do mundo, também aquela onde se encontravam mais irlandeses, uma das metrópoles eslavas, era igualmente um baluarte democrata. Os brancos do Sul, o voto do negro, os *farmers*, o sindicalismo, as minorias religiosas ou raciais, eis os elementos heterogêneos cuja coalizão conduziu triunfalmente à presidência o candidato democrata Roosevelt, que vai mantê-los unidos durante toda a sua vida.

Eleito em novembro de 1932, Roosevelt só devia tomar posse e entrar em funções a 4 de março de 1933. Durante esses quatro meses, a situação agravou-se ainda mais; o desemprego alastrou-se; a paralisia propagou-se, os bancos continuaram falindo em série (5.500 desde 1930). A 4 de março, os estabelecimentos de crédito fecharam suas portas em todo o território. A economia americana atingiu o fundo do abismo: tudo estava em suspenso, na expectativa das iniciativas da nova administração; raras vezes um presidente terá, ao mesmo tempo, encontrado uma situação tão desastrosa, sentido o peso de tamanha responsabilidade e disposto de possibilidades de ação tão extensas.

O New Deal — Roosevelt agiu imediatamente com uma determinação que restabeleceu a confiança. O Congresso, que nada tinha a recusar-lhe, votou sem hesitar, com enormes maiorias, freqüentemente unanimemente, todas as propostas que ele lhe remeteu. A atividade legislativa era prodigiosa. Em pouco mais de três meses, de 9 de março a 16 de junho de 1933 — os Cem Dias da experiência do New Deal — as Câmaras adotaram mais textos do que nos quatro anos da administração Hoover. O processo foi de uma rapidez extraordinária: alguns textos eram redigidos, apresentados, discutidos, votados e assinados num mesmo dia. O alcance de muitos deles foi sem precedentes, e o conjunto modificou profundamente os hábitos, as tradições e as estruturas da sociedade, da economia e da política norte-americanas.

As principais medidas foram preparadas entre novembro e março, entre o presidente e o pequeno grupo de intelectuais e de especialistas que compunham seu *brain trust*. A importância das *entourages* presidenciais aumentou com o poder do presidente. O rol dessas leis, que afetavam todos os domínios, não formava, entretanto, um conjunto sistemático: Roosevelt não era um doutrinário. O New Deal exprimia menos um programa do que uma atitude fundamental: os republicanos assistiam impotentes às devastações da crise: Roosevelt decidiu reagir. O New Deal foi, antes de mais nada, um ato de fé nas virtudes da ação, a recusa em admitir a fatalidade da Depressão. É o sentido da expressão: nova distribuição das cartas e retomada do jogo em bases mais justas. A experiência Roosevelt increve-se, por isso, mesmo que suas modalidades tenham sido inovadoras, na tradição otimista do gênio americano. Alguns postulados inspiraram o New Deal: para reanimar a atividade, estimular a demanda e, para consegui-lo, aumentar o poder de compra de operários e camponeses; no marasmo existente, o Estado federal era o único detentor de recursos; a ele competia, portanto, iniciar a retomada. A política deflacionária dos republicanos tinha fracassado: a administração democrata praticou uma inflação controlada. O abandono do padrão-ouro, a desvalorização do dólar (de 30% a 40%), os adiantamentos do Tesouro e as grandes facilidades de crédito deviam revigorar a economia. A experiência também condenou as máximas do liberalismo e demonstrou a nocividade de uma concorrência ilimitada: o Estado devia intervir para regulamentá-la, organizar as relações sociais e defender os interesses legítimos dos assalariados; as orientações econômicas do New Deal estenderam-se a um programa social. Esses princípios traçavam um quadro para a ação administrativa: em sua aplicação, Roosevelt, cuja conduta se regia pelo empirismo, inspirou-se nas circunstâncias com a preocupação de remediar as situações mais prementes e de adotar as inspirações da opinião pública.

Estavam os bancos todos fechados e o crédito paralisado? Uma lei de urgência, proposta e votada a 9 de março, conferiu grandes poderes aos organismos federais, regula-

mentou todas as transações à vista e a prazo, proibiu o entesouramento e a exportação do ouro; uma moratória outorgou um sursis aos bancos. Oito dias depois, cinco mil bancos estavam reabrindo suas portas. Os desempregados contavam-se por milhões? Washington colocou 500 milhões de dólares à disposição dos Estados e empreendeu um vasto programa de obras públicas: a construção de escolas, a remodelação de aeroportos, os projetos de irrigação proporcionavam trabalho a milhões de desempregados que reencontraram, com a esperança e a dignidade, um poder de compra do qual a produção não tardou em beneficiar-se. O ordenamento de todo o vale do Tennessee, para a eletrificação, irrigação e controle de enchentes em todas as regiões circunvizinhas, foi iniciado sob a égide da Tennessee Valley Authority (TVA): grandioso empreendimento que transformaria a paisagem e as condições de vida numa vasta área. Um corpo de defesa civil ocupou 250 mil homens no reflorestamento. Os agricultores sofriam com as dificuldades de venda, a deterioração das cotações, e sucumbiam a enormes dívidas? O Agricultural Adjustment Act (AAA, 12 de maio de 1933) e diversas leis organizaram o crédito agrícola, incitaram os agricultores a reduzir a produção de gêneros alimentícios geradores de excedentes mediante um jogo de subvenções proporcionais às superfícies não cultivadas, estabeleceram um sistema de preços garantidos. Empréstimos a longo prazo, a juros módicos, e a inflação contínua ajudaram os agricultores a libertar-se. Entre 1933 e 1939, a renda média dos agricultores quase duplicou: ei-los no gozo da estabilidade a que aspiravam. O National Industrial Recovery Act (NIRA, 16 de junho de 1933) empreendeu para os industriais e os assalariados o que o AAA fez para os *farmers*; a fixação de preços mínimos, a redução da jornada de trabalho, códigos de concorrência leal redigidos com base num modelo uniforme, que o presidente tinha a faculdade de impor às indústrias que não as aplicassem espontaneamente, devia restringir a oferta e reabsorver os excedentes; a demanda foi estimulada pelos adiantamentos de crédito e pelas grandes obras. Essa regulamentação comportava garantias para os trabalhadores, que viram seus salários restabelecidos, sua tranqüilidade assegurada, seus delegados participando na redação dos códigos, admitidos na mesa de negociações de convenções coletivas.

Quando o Congresso entrou em recesso de férias a 16 de junho, os Estados Unidos consumavam uma espécie de revolução: encerrava-se um capítulo de sua existência; iniciava-se um outro. Mesmo aqueles que lhe contestavam o espírito ou lhe criticavam os métodos tinham de admitir que o saldo da experiência era nitidamente positivo: o desemprego estava em regressão, a economia reanimada, os índices de atividade em aumento, os bancos reabertos, os agricultores vendiam seus produtos a preços mais remuneradores. Roosevelt salvou os Estados Unidos da catástrofe financeira, evitou as convulsões políticas, talvez a revolução. Deu ao povo americano confiança em seu destino e no valor de suas instituições.

As estruturas da economia americana saíram da crise profundamente modificadas: a intervenção do poder público, o desenvolvimento legislativo, a organização dos sindicatos retraíram singularmente o campo de aplicação do liberalismo e transformaram o capitalismo, salvando-o talvez. A ordem política também foi afetada: o equilíbrio entre o Estado e os Estados foi quebrado em benefício do governo federal. A regulamentação econômica e a legislação social passaram a ser de sua competência; a evolução tendia a fazer dos Estados agentes de execução da política decidida em Washington. Era a inversão da concepção que inspirara os constituintes de 1787 e o último estágio de uma evolução em curso desde longa data. A administração federal inchou seus serviços e seus efetivos, Washington adquiriu a fisionomia de uma grande capital administrativa.

As resistências ao New Deal — Essa atividade e suas conseqüências não eram do gosto de todos. Acolhido no início com um alívio praticamente universal — quase todas as suas disposições fundamentais foram adotadas pelo Congresso por quase unanimidade —, o New Deal enfrentou uma crescente oposição: dos patrões descontentes por verem o Estado apoiar as reivindicações de seus empregados

e constrangidos pelas novas medidas disciplinadoras; dos Estados submetidos ao governo federal; dos republicanos enciumados pelos triunfos de seus rivais políticos; e dos juristas ciosos da legalidade. Roosevelt encontrou adversários em seu próprio partido: conservadores que protestavam contra o que consideravam práticas socialistas. Essa oposição díspar reagrupou-se no terreno jurídico e contestou a constitucionalidade do New Deal. Ora, o Supremo Tribunal, a mais alta autoridade na matéria, declarou inconstitucionais o NIRA (maio de 1935) e o AAA (janeiro de 1936). Mas o New Deal também tinha fervorosos partidários; Roosevelt inaugurou novas formas de relacionamento com a opinião pública, dirigindo-se a ela pelo rádio, em conversas familiares "ao pé da lareira". Os desempregados de ontem, os agricultores, todas as vítimas da crise se recordavam de sua recente e aflitiva situação. Em novembro de 1936, Roosevelt foi reeleito com uma margem ainda mais folgada de votos sobre seu concorrente republicano: cerca de 28 milhões de votos contra menos de 17 milhões do opositor. Os democratas detinham no Congresso uma maioria esmagadora: 7/8 do Senado e 3/4 da Câmara de Representantes. A causa foi entendida: o país aprovava o New Deal. Roosevelt era tão capaz de flexibilidade quanto de firmeza: após ter ameaçado o Supremo Tribunal de reduzir o limite de idade de seus membros, esboçou-se uma reaproximação. Roosevelt não deu seguimento a seu projeto e o Supremo mostrou-se mais conciliador. A habilidade do presidente poupou aos Estados Unidos um conflito constitucional análogo ao que opusera o presidente Jackson ao Congresso. Os adversários tiveram de se render à evidência: muitas disposições do New Deal já tinham se integrado aos hábitos da população; era ilusório pensar num retorno ao estado de coisas anterior. A controvérsia acalmou-se. O agravamento da situação internacional contribuiu para isso, ao desviar as atenções do presidente dos problemas internos e ao fornecer uma justificação suplementar para a intervenção cada vez maior do poder federal na vida da nação.

Fora dos Estados Unidos, a experiência Roosevelt teve considerável repercussão: estudada, enaltecida, imitada (a

política econômica do governo de Léon Blum inspirou-se nela), parecia abrir um caminho intermédio entre a anarquia do liberalismo e o rigor do dirigismo planificador, entre a impotência da democracia clássica e os excessos dos regimes totalitários.

A política externa de Roosevelt — No decorrer de seu segundo mandato presidencial (1937-1941), as preocupações externas iriam ter cada vez maior prioridade sobre as questões internas.

Roosevelt tinha pela política externa o pendor natural de todos os homens de Estado que sonham com a política em grande estilo: nos Estados Unidos, além disso, era esse setor confiado prioritariamente à atividade do presidente. Por tradição familiar e experiência pessoal, Roosevelt conhecia o mundo e interessava-se pela Europa. Sem demora, imprimiu à política externa, assistido por seu Secretário de Estado, Cordell Hull, a marca de sua personalidade. Em novembro de 1933, reconheceu o governo soviético, que a diplomacia americana ignorava obstinadamente desde a Revolução, como mais tarde ocorreria também com a China de Mao-Tsé-Tung. Foi sobretudo nas relações com as outras repúblicas americanas que a originalidade de sua linha política ganhou maior brilho: seus precursores, desde McKinley, interpretando a doutrina Monroe numa perspectiva imperialista, tinham trabalhado para estender a tutela política e econômica dos Estados Unidos aos outros Estados do Continente, e logrado fazer do mar do Caribe um lago americano; nos últimos vinte anos, as tropas federais tinham realizado intervenções em Cuba, São Domingos e México. Roosevelt, tanto por diplomacia quanto por convicção, rompeu ostensivamente com o que seu primo denominava a política do *big stick* (varapau) e inaugurou as relações de boa vizinhança. A sinceridade de suas intenções foi materializada em gestos: a partir de 1933, retirou da Nicarágua as tropas norte-americanas ali estacionadas; a Emenda Platt, que desde 1901 estabelecia uma espécie de protetorado sobre Cuba, foi revogada em 1934. Agiu no mesmo espírito no Haiti e em São Domingos. Os Estados ameri-

canos, tranqüilizados por essas demonstrações de boa vontade, abriram o caminho para um estreitamento de relações: o pan-americanismo reencontrou um sentido na confiança mútua, desenhou-se uma solidariedade continental, cujos alicerces foram criados por uma série de conferências interamericanas. Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos colheram os benefícios dessa atitude clarividente e generosa.

O abandono progressivo da neutralidade — A atenção do presidente não tardaria em ter de se concentrar na Europa, onde nuvens de mau agouro se adensavam no horizonte. Entre a eleição e a posse na presidência de Roosevelt, Adolf Hitler tinha-se instalado na chancelaria (30 de janeiro de 1933): as iniciativas do novo senhor da Alemanha, diplomáticas e militares, iriam pôr a paz em perigo. A partir de 1935, a Europa ingressou em águas perigosas: a expedição italiana na Etiópia, a guerra civil da Espanha multiplicaram os riscos e demonstraram, para quem não quisesse ignorá-la, a vontade de dominação das potências totalitárias. Roosevelt pressentiu o perigo, mas o povo americano não via ou não queria ver: continuava defendendo a neutralidade como fundamento da paz e garantia de sua segurança. Ausente da Liga das Nações, freado pela disposição do povo americano e pela desconfiança do Congresso, Roosevelt teve sua liberdade de ação internacional singularmente restringida. Nessa posição difícil, encurralado entre uma situação cujo rápido agravamento confirmava seus pressentimentos pessimistas e uma opinião pública que defendia cegamente o isolacionismo e imaginava poder manter-se à margem do conflito, Roosevelt revelou a medida de suas qualidades de homem de Estado: não renunciou a agir, mas evitou repetir o erro de Wilson, engajando-se sem estar certo de ser seguido. Dosando habilidade e audácia, usou plenamente todas as possibilidades que a legislação lhe conferia e, ao mesmo tempo, trabalhou para modificá-la: uma emenda à lei da neutralidade (1937) autorizou a venda de armas aos beligerantes, sob a condição de que pagassem à vista e assegurassem por conta própria o transporte (*cash and carry*); essa disposição, que suavizava o regime definido em 1935, sob o pretexto de tratar todas as potências em pé de igualdade, beneficiou de fato as democracias ocidentais, que dispunham do ouro e dos meios de proteção para suas comunicações marítimas com os Estados Unidos. Sem forçar o eleitor ou congressista, Roosevelt trabalhou pacientemente para colocar a opinião pública em face das realidades: ora precedendo-a, ora formulando sentimentos de que ela ainda não tomara consciência, fê-la percorrer o caminho que o levaria a aceitar suas responsabilidades. Em outubro de 1937, um discurso proferido em Chicago marcou uma etapa: Roosevelt constatou o fracasso do isolacionismo e introduziu entre os ditadores e as democracias uma diferença de julgamento, cuja idéia estava seguramente em conformidade com a inspiração democrática das instituições americanas, mas em desacordo fundamental com o princípio de neutralidade. Mas os acontecimentos desenrolaram-se mais depressa do que a opinião pública americana: à solicitação angustiada de Paul Reynaud, suplicando aos Estados Unidos que não deixassem a França ser esmagada, Roosevelt só pôde responder com uma manifestação de simpatia platônica. No decorrer da campanha eleitoral do outono de 1940, Roosevelt, que se apresentava uma terceira vez — fato sem precedente na história dos Estados Unidos e que somente a excepcional gravidade da situação tornava concebível —, acreditava dever prometer, contra sua convicção íntima, que o país não entraria em guerra. Sua reeleição, mais difícil do que em 1936, conferiu-lhe suficiente autoridade para obter do Congresso a aprovação de créditos e de medidas necessárias à segurança dos Estados Unidos, entendida em sua acepção mais ampla. Já no dia seguinte ao da derrota da França, indo até o limite extremo dos compromissos possíveis sem entrar na guerra, ele providenciou a transferência para a Grã-Bretanha de cinqüenta contratorpedeiros, em troca do aluguel de bases necessárias à defesa dos acessos ao golfo do México. Após sua reeleição, Roosevelt fez com que fosse adotada pelo Congresso a fórmula de empréstimo e arrendamento, que o autorizava a fornecer aos países que defendiam a democracia e, indiretamente,

os Estados Unidos, tudo o que lhes fosse necessário e que a penúria de divisas os impedia de adquirir. O empréstimo e arrendamento foi inventado para a Inglaterra, mas sua aplicação estender-se-ia a muitos outros países, inclusive a URSS, que, a partir do verão de 1941, foi um de seus beneficiários. Os Estados Unidos converteram-se no arsenal das democracias. Embora permanecendo aquém da fronteira que separava a paz da guerra, Roosevelt assinalou cada vez mais claramente com quem estavam as simpatias norte-americanas: Roosevelt e Churchill concordaram até num programa comum que definia os objetivos da guerra desses dois países que eram aliados sem o serem (1941). Os oito pontos da Carta do Atlântico, que retomavam a tradição dos catorze pontos de Wilson, exprimiam à maravilha o idealismo generoso dos Estados Unidos: eles teriam uma incalculável repercussão. Na guerra, encarnavam a esperança dos povos e ganharam numerosas simpatias para a causa dos Aliados. Na paz, inspirariam as reivindicações dos povos coloniais e modelariam a nova fisionomia do universo.

A entrada na guerra — A margem entre a paz e a guerra continuou a reduzir-se. O Japão poupou aos Estados Unidos a decisão de dar esse passo. Na madrugada de 8 de dezembro de 1941, interrompendo bruscamente as conversações que, nos últimos meses, tinham servido de biombo para seus preparativos militares, aviões japoneses atacaram de surpresa a grande base americana de Pearl Harbor, no Havaí. A esquadra americana, surpreendida ancorada, sofreu danos consideráveis. O potencial bélico americano levará meses recompondo-se do desastre, ao passo que o Japão aproveitou essa folga para se apoderar de todo o Sudeste Asiático. Mas a agressão nipônica prestou indiretamente um grande serviço ao presidente e ao povo americanos: eles foram lançados na guerra pela vontade do inimigo. No dia seguinte, a Alemanha declarou guerra aos Estados Unidos, que já não precisavam interrogar-se mais sobre o que convinha fazer ou deixar de fazer; todas as hesitações foram varridas, as discordâncias entre partidos, apagadas; a política pessoal de Roosevelt e a vontade do país deram-se as mãos.

Os Estados Unidos tinham apenas um objetivo: fazer a guerra e ganhá-la. Durante quatro anos, sua história vai confundir-se com a da Segunda Guerra Mundial.

Apesar das advertências de Roosevelt, os Estados Unidos encontravam-se bem longe de estar preparados: a ajuda prestada à Grã-Bretanha enfraqueceu, inclusive, a potência norte-americana de combate. Durante um longo período de tempo, os Estados Unidos sofreram sucessivos reveses. Tudo, ou quase tudo, estava por fazer simultaneamente: mobilizar exércitos, instruir os recrutas, formar os oficiais, fabricar as armas, construir as fábricas para produzi-las. A amplitude da tarefa teria podido desencorajar outros povos; ela serviu de estímulo aos americanos. A 6 de janeiro de 1942, a mensagem do presidente sobre o estado da União fixou os objetivos que a produção nacional deveria atingir antes do final do ano: os números pareciam despropositados: 60 mil aviões, 45 mil tanques, 20 mil canhões antiaéreos, 18 milhões de toneladas em navios. O programa seria executado. Os Estados Unidos colocaram ao serviço da alimentação da guerra as mesmas aptidões de que davam provas na paz; sua economia transformou-se toda em economia de guerra; o território estadunidense era um imenso arsenal que supria as necessidades não só dos exércitos e das frotas americanas mas as de todos os seus aliados. Foram criadas centenas de novas fábricas, sobretudo na Califórnia e nos Estados do Sul, que trabalhavam 24 horas por dia; a capacidade de produção das siderurgias elevou-se a cifras fabulosas; as fábricas e os estaleiros trabalharam num ritmo cada vez mais rápido, os *liberty ships* foram construídos em doze dias. O povo americano curvou-se espontaneamente às regulamentações de uma economia de guerra. A guerra assumia um caráter industrial; a abundância de seus recursos e a perfeição de sua organização permitiram aos Estados Unidos economizar homens e esmagar o inimigo sob o peso de material fabricado em grande série. Esse esforço gigantesco teve resultados decisivos principalmente em dois pontos: no mar, onde a atividade dos estaleiros navais ganhou a corrida de velocidade com os submarinos alemães e permitiu os desembarques na África do Norte, no Pacífico e na

Normandia; e nos ares, onde a aviação aliada depressa conquistou a superioridade. Foi o domínio conjugado dos oceanos e dos ares que abriu o caminho à conquista do continente europeu.

Esse esforço não tardou em fazer sentir seus efeitos no curso das operações. A Inglaterra e a URSS tinham contido o adversário: os Estados Unidos iriam retomar a iniciativa. A partir de novembro de 1942, eles estavam em condições de levar a cabo um grande desembarque, a milhares de milhas de suas bases, na África do Norte. No ano seguinte, foi o desembarque na Sicília; depois, na Itália peninsular. A 6 de junho de 1944 abriu-se a segunda frente na Normandia. A nomeação do general Eisenhower para o supremo comando dos exércitos aliados consagrou a posição dominante dos Estados Unidos na coligação. Onze meses depois, a capitulação da Alemanha afastou em definitivo uma das maiores ameaças que pesou sobre a liberdade dos homens. Nesse desfecho decisivo, a diplomacia e as armas americanas desempenharam um papel capital. Com efeito, os diplomatas não tinham abdicado de seus direitos. Toda uma série de conferências entre Roosevelt e os chefes das outras grandes nações aliadas tinha estreitado os vínculos, coordenado os esforços e lançado as bases para o estabelecimento da paz: Casablanca (janeiro de 1943), onde os anglo-saxões decidem exigir uma rendição incondicional ao inimigo; Quebec (agosto de 1943); Cairo, onde Roosevelt e Churchill conferenciam com Chang Kai-chek; Teerã (novembro-dezembro de 1943) e Yalta (fevereiro de 1945), entre os três grandes Aliados.

O mérito dos Estados Unidos foi tanto mais extraordinário porquanto tiveram de conduzir a luta simultaneamente em duas frentes. A prioridade concedida ao setor europeu não tinha impedido as forças americanas do Pacífico de executar contra o Japão uma série de operações duras e custosas. Reconstituídas as esquadras, tinham passado ao ataque e desalojado os japoneses de arquipélago em arquipélago, fechando o cerco em redor do Japão. Duas bombas atômicas explodiram sobre Hiroxima e Nagasáqui, desferindo o derradeiro golpe na resistência nipônica: a capitulação assinada a bordo do *Missouri* (15 de agosto de 1945) complementava a capitulação da Alemanha. Tanto aqui como ali, um chefe militar americano tinha exercido o comando supremo. Eisenhower contra a Alemanha, MacArthur contra o Japão. Os Estados Unidos foram, com a URSS, os grandes vencedores.

CAPÍTULO IX

A superpotência: de Truman a Reagan

A sucessão de Roosevelt — Roosevelt, que fora reeleito em novembro de 1944, para um quarto mandato presidencial, morreu cedo demais para assistir a esse duplo triunfo, do qual ele foi o principal artesão: uma parada cardíaca pusera fim, em 12 de abril de 1945, à mais longa presidência da história norte-americana. Seu brusco desaparecimento poderia lançar os Estados Unidos num transe comparável ao que se seguira à morte de Lincoln: como substituir inopinadamente semelhante personalidade que, nos últimos doze anos, concentrara em suas mãos poderes excepcionais e presidira à mais prodigiosa transformação de toda a história do país? Os Estados Unidos tinham-se elevado ao primeiro plano em todos os aspectos — econômico, militar, político —, mas tudo estava iniciado, nada concluído. A guerra estava virtualmente ganha, mas a paz poderia perder-se. Quis a sorte, porém, que o sucessor de Roosevelt, Harry Truman, fosse um homem de Estado à altura dessas vastas responsabilidades: esse pequeno lojista que ingressara na política depois de falir nos negócios, escolhido para ser o substituto de Roosevelt, revelou-se um dos melhores presidentes dos Estados Unidos. Em diversas circunstâncias, ele soube tomar decisões capitais sem vacilação, sustentá-las e fazê-las executar (emprego da bomba atômica, doutrina Truman, intervenção na Coréia, destituição de MacArthur). O Partido Democrata encontrou nele, assim, um excelente chefe, prudente, combativo, magnífico estrategista em política eleitoral, o que lhe propiciou em 1948 uma inesperada vitória nas urnas.

Iriam os Estados Unidos renovar os erros do primeiro pós-guerra? Tal como 25 anos antes, o corpo eleitoral trans-

feriu sua confiança para os republicanos que, nas eleições de novembro de 1946, arrebataram a maioria nas duas Casas do Congresso. O presidente Truman encontrou-se, então, numa situação análoga à de Wilson em face de um Congresso republicano. Também como então, sob a pressão de uma opinião pública impaciente por retomar o curso habitual de suas ocupações e apagar o mais depressa possível os traços da guerra no governo e na economia, a administração teve de revogar as medidas de exceção, suprimir os controles, repatriar as tropas: num prazo muito curto, cerca de 9 milhões de homens são repatriados e enviados para seus lares. A América desmobilizou ainda mais rapidamente do que tinha mobilizado: essa precipitação criou no centro da Europa um vazio que torna a URSS senhora da situação e leva o Exército Vermelho e os partidos comunistas nacionais a tentar preenchê-lo. Mas o paralelo com o outro pós-guerra ficou nisso: os Estados Unidos iriam menos longe no retorno ao isolacionismo; não repudiaram toda a responsabilidade, o Senado aprovou (dezembro de 1946) a entrada dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas, cuja Carta foi estabelecida pelos vencedores na Conferência de São Francisco da Califórnia.

A Guerra Fria e a liderança mundial — A deterioração da situação internacional e o temor do imperialismo soviético levaram os Estados Unidos a repudiar rapidamente o isolacionismo. Truman anunciou, em 12 de março de 1947, que prestaria assistência econômica e militar aos países ameaçados e decidiu substituir a Grã-Bretanha na Grécia e na Turquia. A 5 de junho, seu Secretário de Estado, o general George Marshall, num discurso histórico, convidou as nações européias a pôr-se de acordo, a fim de se beneficiarem de um plano de ajuda econômica financiado pelos Estados Unidos: o Plano Marshall salvou a Europa ocidental do desmoronamento econômico, da desordem social e da subversão política. Dois anos depois, a contribuição americana para a defesa da Europa ganhou um aspecto militar: a pedido dos governos europeus, assustados com o "golpe de Praga", foi criado um sistema de aliança, o Pacto do

Atlântico Norte (4 de abril de 1949): Eisenhower torna-se comandante supremo das forças da OTAN. Pela terceira vez, contingentes americanos desembarcaram na Europa, mas em plena paz, a título preventivo e em decorrência de uma aliança previamente concluída.

A ameaça comunista inspirava preocupações aos Estados Unidos no outro extremo do planeta. Não conseguiram estabelecer um entendimento entre os comunistas chineses e o aliado de Washington, Chang Kai-chek, nem impedir os primeiros de se apoderarem de toda a China (1949). Em 25 de junho de 1950, as forças da Coréia do Norte invadiram a Coréia do Sul: primeira ruptura do equilíbrio resultante da guerra. Truman reagiu em 24 horas e ordenou a intervenção das tropas americanas estacionadas no Japão. A ONU caucionou a operação, outras nações enviaram contigentes, colocados sob o comando de MacArthur. A situação lembrava a da Segunda Guerra Mundial: na Europa e na Ásia, duas coalizações foram reconstituídas, tendo à testa os mesmos comandantes-em-chefe. Só o adversário mudara: o aliado de ontem, o comunismo soviético e chinês. Mas Truman não pretendia deixar-se arrastar para um conflito generalizado: a 11 de abril de 1951, exonerou de seu comando o general MacArthur, cujas iniciativas ameaçavam a paz do mundo. Após intermináveis negociações, acedendo aos desejos da nação, o presidente Eisenhower pôs fim a essa guerra por um armistício que devolveu uma paz de compromisso nessa parte do mundo (1953).

A Guerra Fria levou os Estados Unidos a um envolvimento cada vez maior: a era do isolacionismo estava morta e enterrada. Eles faziam parte de vários sistemas de alianças (OTAN, OTASE, ANZUS), assinaram acordos bilaterais com numerosos países, subscreveram compromissos que os obrigavam a estar presentes. Mantinham, fora do território norte-americano, mais de uma centena de bases militares, navais e aéreas, em todos os continentes e em todos os oceanos; conservavam uma esquadra no Mediterrâneo e uma outra nos mares da China. Todos os países com dificuldades financeiras e falta de capitais para seu desenvolvimento, solicitavam ajuda americana; se esta lhes fosse recusada,

recorriam à União Soviética; se lhes fosse concedida, nem por isso ficavam agradecidos aos Estados Unidos que, aos olhos deles, eram portadores de uma tara irremediável: a riqueza. Os Estados Unidos sustentavam militar e financeiramente o peso do mundo: de 1945 a 1951, o total de créditos de ajuda ao estrangeiro, militar e econômico, elevou-se a 143 bilhões de dólares. Uma carga possivelmente esmagadora para qualquer outro país, mas que era o preço de sua superioridade econômica e estratégica.

Onde quer que suspeitassem de ameaças de subversão, os Estados Unidos intervinham: sobretudo nas Américas, que consideravam indispensáveis à sua segurança: em Cuba, Kennedy fez Moscou recuar; forneceram ajuda aos governos que combatiam a guerrilha. No Vietnã, envolvem-se progressivamente até se verem implicados numa verdadeira guerra: envio de conselheiros militares, depois de tropas, cujos efetivos acabarão por superar os 500.000 homens, finalmente os bombardeios maciços desfechados contra o Vietnã do Norte.

Entretanto, a confrontação com a URSS orientou-se para uma normalização das relações após a crise de Cuba (outubro de 1962): a consciência do perigo que se correra e o sentimento de uma responsabilidade comum levaram às negociações. O acordo de Moscou, interditando as experiências nucleares sobre a Terra, na água ou no céu (1963), inaugurou uma série de compromissos que instauraram uma certa solidariedade das duas grandes potências contra a disseminação atômica. Nixon, bem secundado pelo talento diplomático de Henry Kissinger, pôs fim à Guerra Fria e foi a Moscou e a Pequim. Simultaneamente, a competição adquiriu um aspecto científico e tecnológico: após a corrida pelo domínio da energia nuclear, a conquista do espaço, na qual os Estados Unidos tinham se deixado ultrapassar pela URSS. Um esforço colossal e sua superioridade em eletrônica e em outros campos permitiram-lhes recuperar esse atraso: em 1958, foi enviado um primeiro satélite, o *Explorer*; em 1962, foi colocado em órbita o primeiro veículo espacial tripulado e, sobretudo, em 21 de julho de 1969, houve o desembarque na Lua — os primeiros homens a

caminhar em nosso satélite eram americanos. Os mísseis tomaram o lugar dos *flat boats* e dos trens transcontinentais. A conquista do espaço era o último capítulo da epopéia que se iniciara com a marcha para o Oeste.

Os anos 70 permanecerão como um período infeliz para a diplomacia americana. No Vietnã, o presidente Nixon foi forçado a extrair as conseqüências de uma guerra desastrosa: em janeiro de 1973, as negociações conduzidas por Henry Kissinger culminaram na evacuação das tropas americanas. Foi a primeira guerra perdida pelos Estados Unidos: a opinião pública foi duramente afetada e tendeu a uma retirada geral que deixava o campo livre para as iniciativas soviéticas na África e em outras áreas. A "síndrome vietnamita" paralisou Washington por vários anos. Os Estados Unidos ressurgiriam em força a partir de 1980: a amargura das humilhações sofridas, mormente no Irã, um sobressalto de amor-próprio ferido, um retorno de confiança, tiveram um papel na vitória de Reagan em 1980. O novo presidente anunciou sua intenção de dar aos Estados Unidos seu lugar no mundo: instalou na Europa os mísseis Pershing, para restabelecer o equilíbrio da defesa, interveio em Granada, pronunciou-se a favor da iniciativa estratégica de defesa que, militarizando o espaço, asseguraria a inviolabilidade do território americano. Em face de uma União Soviética com uma economia sem fôlego, enterrada numa ideologia obsoleta, empenhada numa guerra interminável no Afeganistão, que só mantinha pela coerção seu domínio sobre a Europa oriental, os Estados Unidos apresentam-se, mais do que nunca, como a primeira potência mundial.

A sociedade americana e seus problemas depois de 1945 — O envolvimento dos Estados Unidos nos negócios mundiais não os desviou de seus próprios problemas; por vezes, aqueles até contribuíram para agravar estes, em vista de sua incidência sobre a política interna. Assim, na época da Guerra Fria, a obsessão do comunismo, o medo de espiões e a preocupação em proteger o monopólio dos segredos atômicos suscitaram um fenômeno de mentalidade coletiva que recebeu seu nome de um senador que baseou sua carrei-

ra na exploração desses sentimentos: o macartismo. A "caça às bruxas" na administração federal, na imprensa, nas universidades, em Hollywood, entre os cientistas, causou inúmeras vítimas entre os suspeitos de simpatia pelos "vermelhos": o processo de Alger Hiss e o do casal Rosenberg foram os de maior repercussão. Em dado momento, a intolerância e os procedimentos inquisitoriais assumiram tal amplitude, que foi possível temer pela sobrevivência da democracia: o respeito às liberdades, a garantia dos direitos individuais seriam, então, incompatíveis com a segurança nacional e a detenção de segredos nucleares? Depois, uma reação liberal, brotando do mais profundo do espírito americano, varreu esse ressurgimento de um fenômeno obscurantista, que se observa periodicamente na história dos Estados Unidos e já se manifestara após a Primeira Guerra Mundial, e restabeleceu uma ordem mais condizente com os princípios desse grande povo.

Republicanos e democratas alternaram-se na Casa Branca com personalidades bastante diferentes. Em 1948, Truman arrancara, para surpresa de todos, sua reeleição. O candidato democrata, Adlai Stevenson, não pôde em 1952 renovar essa façanha contra o candidato republicano, Eisenhower em pessoa. A volta dos republicanos estava na ordem das coisas, tendo vinte anos de poder extenuado os democratas: a evocação da Grande Depressão já não significava grande coisa para os jovens eleitores. Com uma maioria de 6 milhões e meio de votos, Eisenhower obteve um êxito triunfal. Foi reeleito em 1956 com uma maioria ainda mais ampla.

Em 1960, o candidato democrata John Kennedy levou a melhor por uma escassa margem sobre o vice-presidente Richard Nixon: era o primeiro católico a entrar na Casa Branca. Tinha feito uma campanha em torno do tema de uma "nova fronteira" a conquistar, e sua eleição simbolizava o acesso ao poder de uma geração que não tinha conhecido a América de antes de Roosevelt. Esse jovem presidente, que não recebera somente os dons do nascimento e da fortuna, mostrou qualidades de homem de Estado: na crise de Cuba (outubro de 1962), soube dosar a intimidação e a moderação para obrigar Kruchev a retirar seus mísseis e a iniciar a *détente*. Em 22 de novembro de 1963, as balas de um assassino puseram tragicamente fim à sua presidência em circunstâncias que não foram inteiramente esclarecidas. A figura dessem jovem presidente ocupou um lugar de destaque na galeria dos grandes presidentes que encarnaram aos olhos do mundo a mais nobre imagem do país.

Seu sucessor e vice-presidente, Lyndon Johnson, era um homem muito diferente: um *self made man* do Sul. Político hábil, obteve do Congresso a aprovação de projetos de seu predecessor: assistência médica para pessoas idosas, ajuda federal aos estabelecimentos de ensino, sobretudo a lei sobre os direitos civis que proscrevia toda a discriminação racial e facilitava a participação dos negros nas eleições (1964). Triunfou com uma esmagadora maioria em 1964 sobre seu adversário republicano, o senador Goldwater, do Arizona, cujo programa prefigurava o da revolução conservadora que triunfaria em 1980 com Ronald Reagan.

Em 1968, tendo Johnson renunciado a reapresentar-se, e após o assassinato de Robert Kennedy, Richard Nixon arrancou, por escassa margem, a vitória ao democrata Humphrey; um terceiro candidato, George Wallace, o porta-voz do racismo sulista, desviou 10 milhões de votos dos dois grandes partidos. Em 1972, Nixon foi reeleito com cerca de 18 milhões de votos de diferença sobre seu concorrente democrata MacGovern, para um segundo mandato que se anunciava tranqüilo. Alguns meses depois, entretanto, estourava uma das maiores tempestades da história política americana com o escândalo Watergate, cujos desdobramentos, ao convencerem a opinião pública de que o presidente lhe mentira, forçaram Nixon a demitir-se em 8 de agosto de 1974, depois de ter lutado palmo a palmo contra a imprensa, os juízes e o Congresso. Sucedeu-lhe Gerald Ford, que fora escolhido para substituir o vice-presidente Spiro Adnew, obrigado a renunciar para evitar um outro escândalo. Situação insólita a desse presidente que ascendeu à magistratura suprema sem ter sido eleito para isso, e que

os eleitores não manterão no cargo ao término de seu mandato incompleto. A crise e seu desenlace inspiraram comentários divergentes: que um "patife" tenha podido durante mais de cinco anos dispor de tanto poder no Estado mais poderoso do mundo não condenava o sistema? Mas que o regime tenha resistido a uma crise tão grave e, sobretudo, que Nixon tenha sido obrigado a ceder em face da indignação da opinião pública, não era também a mais bela prova da superioridade das instituições democráticas? O episódio demonstrou que ninguém está acima da lei: a tese de Nixon de que o privilégio do Executivo subtraía o presidente à lei comum foi rejeitada. A decisão do Supremo Tribunal confirmou a supremacia do Judiciário. A autoridade da função presidencial esteve enfraquecida por algum tempo.

Em 1976, os republicanos perderam a presidência: Ford foi batido, ainda que por pouca margem, pelo democrata Jimmy Carter, o primeiro sulista a entrar na Casa Branca desde a derrota dos Confederados, fazendo uma campanha em nome dos valores morais contra a classe política. Propunha-se, em termos de política externa, romper com a *real politik* de Nixon e Kissinger, e fazer imperar no mundo o respeito pelos direitos humanos. Não tardou em decepcionar: sua curva de popularidade desmoronou, e Carter conheceu o amargor excepcional de se ver recusado para concorrer a um segundo mandato. Foi batido em 1980 pelo republicano Ronald Reagan que, após uma carreira de ator cinematográfico de segunda ordem, fora um bom governador da Califórnia. Seu programa conjugava o velho individualismo americano, o dogma da livre iniciativa e as teses monetaristas da escola de Chicago: exprimia uma reação contra a expansão da administração federal e do Welfare State. Propunha um desengajamento do Estado, um desmantelamento da administração de Washington com a transferência de responsabilidade para os Estados, uma redução drástica de despesas, com exceção do orçamento da Defesa, mediante cortes severos nas verbas destinadas à assistência social e à educação, conjugada com uma volta ao equilíbrio orçamentário e uma diminuição significativa dos impostos diretos. Se pôde cortar nas despesas, Reagan

não conseguiu reabsorver o déficit orçamentário que atingiu em 1986 mais de 150 bilhões de dólares. No Exterior, Reagan dedicou-se a restabelecer o prestígio dos Estados Unidos. O mais idoso dos presidentes foi triunfalmente reeleito em 1984: com exceção de um, todos os Estados lhe deram a maioria.

Nas décadas de 1960 e 1970, a sociedade americana tinha conhecido grandes motivos de inquietação. Os mais prementes estavam ligados a seu caráter multirracial. A questão do negro passou por sucessivas fases. Nos anos 60, enquanto as iniciativas da administração federal, as disposições legislativas e as decisões do Supremo Tribunal concorriam para apagar numerosas discriminações, nas eleições, nas escolas, uma parte dos negros, sem esperanças na eficácia das medidas legais, estava atenta à tese do *black power*: o assassinato de Martin Luther King deixava o campo livre aos extremistas. Motins raciais nos bairros negros das grandes aglomerações urbanas (Harlem, 1964; Los Angeles, 1965; Newark, 1967) revelavam a gravidade de um problema que envolvia uma décima parte da população. Depois, parece ter perdido sua acuidade. Chegou então a vez de outras minorias reivindicarem o reconhecimento de sua personalidade: índios, porto-riquenhos, sobretudo a massa de *chicanos*, os elementos de origem hispânica, cuja proporção crescia regularmente, poderiam a longo prazo contestar a supremacia do elemento de língua inglesa. Outro motivo de preocupação: a escalada da violência, mal endêmico mas que assumiu proporções desconhecidas até então: o fim trágico dos irmãos Kennedy e de Martin Luther King, o atentado contra Reagan, são apenas a parte mais visível. Delinqüência juvenil, criminalidade, narcóticos: outros tantos sintomas de crise que afeta as cidades. Enfim, nos anos 60, em relação com a guerra do Vietnã, toda uma geração, em especial nas universidades, passou a duvidar dos valores americanos e a questionar os princípios em que estava assentada a socidade. A contestação não era, então, mais radical do que todos os movimentos de crítica social que os Estados Unidos tinham conhecido no passado e não ameaçava abalar os próprios alicerces do consenso coletivo? Hoje, a crise

apaziguou-se, e Reagan deve seu espantoso êxito a ter sabido encontrar as palavras e os gestos certos para exprimir a confiança reencontrada dos americanos em seu destino histórico e em sua capacidade de converter em vitórias os desafios que lhes são apresentados ora pela natureza, ora pela História.

Essa confiança encontra um de seus motivos numa expansão contínua. Através das mudanças de maioria e dos acidentes de conjuntura, o crescimento prosseguiu, vertiginoso. A população continua crescendo quase sem contribuição exterior, tendo o número de imigrantes admitidos anualmente no país um teto de 425 mil. A população recenseada em 1980, data do último censo decenal, elevou-se a 228 milhões, aos quais se somaram, sem dúvida, alguns milhões de emigrantes clandestinos, provenientes principalmente do México. Quanto à economia, conheceu desde 1945 uma prodigiosa expansão: o volume da produção industrial multiplicou-se por mais de oito. É igual à do conjunto de todos os países da OTAN mais o Japão. O produto nacional bruto ultrapassa os 2 trilhões de dólares. Com apenas 6% da população do globo, os Estados Unidos concentram a metade da riqueza mundial. No tocante à maior parte das matérias-primas, consomem a metade dos recursos do planeta. Encabeçam a lista na fabricação da maior parte dos produtos, mesmo que a diferença que os separa da segunda potência tenda, por vezes, a ser reduzida. Sua tecnologia está na dianteira em numerosos setores, e o programa estratégico no espaço estimulará ainda mais a inovação. Nem a crise do dólar dos anos 70, que obrigara Nixon a suspender sua conversibilidade com o ouro, nem o considerável déficit do comércio externo impedem a moeda americana de fazer lei e de atingir níveis recordes que se explicam pelas taxas de juros muito elevadas e pela necessidade, para o Tesouro, de recorrer ao empréstimo a fim de financiar o déficit orçamentário: o dólar, de quatro francos, em julho de 1980, atingira 10,50 francos, em fevereiro de 1985. Menos afetada pela crise mundial do que as outras, a economia americana restabelece-se: a inflação regrediu e a taxa de desemprego, que subira para 10%, foi rebaixada para 7%.

Será isso efeito da aplicação do programa Reagan ou simplesmente do dinamismo inesgotável da sociedade americana?

Tanto em seus êxitos quanto em seus fracassos e incertezas, a experiência norte-americana interessa à humanidade inteira. Esse povo, cuja originalidade consistia em não ter história, todo ele empenhado na aventura da valorização de seu solo e que voltava as costas ao resto do mundo, é hoje solidário, queira ou não, com todo o planeta. Por sua diplomacia e seu poderio militar, é a garantia de liberdade para numerosos países. Por seus capitais e sua economia, toda recessão nos Estados Unidos tem repercussões imediatas sobre a saúde da economia mundial e toda a retomada da expansão acarreta um reerguimento geral. A expressão Os Dois Grandes não deve iludir ninguém: as duas potências não têm o mesmo peso. A produção dos Estados Unidos é mais de duas vezes superior à da URSS, e os dirigentes soviéticos perderam a esperança de alcançar seu rival. Na verdade, só existe uma superportência, que são os Estados Unidos. Se o mundo tivesse que escolher uma capital, essa seria Nova York: a presença da ONU não consagra já essa supremacia? O papel intelectual e cultural dos Estados Unidos também os coloca em primeiro lugar; eles colecionam prêmios Nobel em todas as disciplinas. Inventaram, ou renovaram, formas originais de criação: romance, cinema, histórias em quadrinhos, arquitetura, coreografia, outros tantos modos de expressão, de maneiras de sentir, de raciocinar nascidos nos Estados Unidos e que propagam através do mundo inteiro uma civilização que ostenta sua marca. Mesmo em suas interrogações e nas crises que os afetam, constituem um marco de referência para todo o mundo. A civilização de amanhã será americana? Em todo caso, a história dos Estados Unidos é, a cada ano que passa, um pouco mais parte integrante da própria história da humanidade e de seu patrimônio comum.

Bibliografia sumária

O leitor encontrará um excelente guia tanto para complementos de leitura como para a exposição de problemas em: FOHLEN, Claude. *L'Amérique anglosaxonne de 1815 à nos jours*. 2ª ed., Paris, PUF, 1969 (col. Nouvelle Clio).

ARTAUD, Denise e KASPI, André. *Histoire des Etats-Unis*. Paris, Colin, 1969 (col. U).

BOORSTIN, Daniel. *Histoire des américains*. Paris, Colin, 1981. [Um grande afresco em 3 vols.: 1. *L'aventure coloniale*; 2. *Naissance d'une nation*; 3. *L'expérience de la démocratie*.]

ARTAUD, Denise, BENICHI, Régis e VAISSE, Maurice. *Lexique historique des Etats-Unis*. Paris, Colin, 1978: concebido como um dicionário, comporta todas as indicações esclarecedoras sobre as instituições e as práticas. A respeito das instituições: TUNC, André e Suzanne. *Le système constitutionnel des Etats-Unis d'Amérique*. Paris, Domat, 2 vols.: *Histoire constitutionnelle*, 1953; *Le système constitutionnel actuel*, 1954.

TURNER, Frederick J. *La frontière dans l'histoire des Etats-Unis* [tradução e prefácio de René RÉMOND]. Paris, PUF, 1963: sobre um aspecto fundamental do desenvolvimento dos Estados Unidos; além disso, grande clássico da historiografia americana, mesmo que ultrapassado.

NÉRÉ, Jacques. *La guerre de Sécession*. Paris, PUF (col. "Que sais-je?", 91).

Sobre a questão negra: FOHLEN, Claude. *Les noirs aux Etats-Unis*. Paris, PUF (col. "Que sais-je?" 1191); FABRE, Michel. *Les noirs américains*. Paris, Colin, 1967.

Sobre um capítulo fundamental da história da política exterior: DUROSELLE, Jean-Baptiste. *De Wilson à Roosevelt. Politique extérieure des Etats-Unis, 1913-1945*. Paris, Colin, 1960.

MÉLANDRI, Pierre. *La politique extérieure des Etats-Unis de 1945 à nos jours*. Paris, PUF, 1982. Prolonga até os dias de hoje o estudo de J.-B. DUROSELLE.

Ainda será leitura proveitosa o livro de SIEGFRIED, André. *Tableau des Etats-Unis*. Paris, Colin, reeditado em 1954.

LERNER, Max. *La civilisation américaine*. Paris, Le Seuil, 1961.

FOHLEN, Claude. *La société américaine (1865-1970)*. Paris, Arthaud, 1973.

KASPI, André, BERTRAND, Claude-Jean e HEFFER, Jean. *La civilisation américaine*. Paris, PUF, 1979.

EDITORA PARMA LTDA.
Impresso nas oficinas da
EDITORA PARMA LTDA.
Telefone: (011) 912-7822
Av. Antonio Bardella, 280
Guarulhos - São Paulo - Brasil
Com filmes fornecidos pelo editor